

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ
CAMPUS DE CAMPO MOURÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E DA EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA PÚBLICA
NÍVEL DE MESTRADO**

IZABELA DE PAULA GOMES

**NÃO SE NASCE ATIVISTA, TORNA-SE: TRAJETÓRIA E
MILITÂNCIA POLÍTICA DE TONI REIS**

**CAMPO MOURÃO – PR
2025**

IZABELA DE PAULA GOMES

**NÃO SE NASCE ATIVISTA, TORNA-SE: TRAJETÓRIA E
MILITÂNCIA POLÍTICA DE TONI REIS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Pública – PPGHP, nível de Mestrado, da Universidade Estadual do Paraná (Unespar), como requisito parcial para obtenção do título de Mestre.

Linha de Pesquisa: Memórias e espaços de formação

Área de Concentração: História Pública

Orientador: Prof. Dr. Frank Antonio Mezzomo

**CAMPO MOURÃO – PR
2025**

Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema de Bibliotecas da UNESPAR e Núcleo de Tecnologia de Informação da UNESPAR, com Créditos para o ICMC/USP e dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Gomes, Izabela de Paula

Não se nasce ativista, torna-se: trajetória e militância política de Toni Reis / Izabela de Paula Gomes. -- Campo Mourão-PR, 2025.

92 f.: il.

Orientador: Frank Antonio Mezzomo.

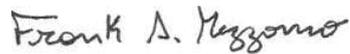
Dissertação (Mestrado - Programa de Pós-Graduação Mestrado em História Pública) -- Universidade Estadual do Paraná, 2025.

1. Toni Reis. 2. trajetória. 3. biografia. 4. Grupo Dignidade. 5. LGBTQIA+. I - Mezzomo, Frank Antonio (orient). II - Título.

IZABELA DE PAULA GOMES

**NÃO SE NASCE ATIVISTA, TORNA-SE: TRAJETÓRIA E MILITÂNCIA
POLÍTICA DE TONI REIS**

BANCA EXAMINADORA



Dr. Frank Antonio Mezzomo – Unespar, Campo Mourão



Dr. Márcio José Pereira – Unespar, Campo Mourão



Dra. Giorgiane Garabely Heil Vázquez – UEPG, Ponta Grossa

Data de Aprovação

09/06/2025

Campo Mourão – PR

Dedico esse trabalho a todos que subverteram a norma e lutaram antes de mim!

AGRADECIMENTOS

Existe um provérbio Ubuntu que diz: “Eu sou porque nós somos”. Logo, não existe um “eu” isolado: somos a junção das relações que constituímos no decorrer de nossas vidas. Assim, acredito que esse trabalho se constitui como uma obra coletiva. Minha trajetória acadêmica foi construída a muitas mãos e através de encontros, ensinamentos, afetos e de inúmeros sujeitos que contribuíram para que eu pudesse chegar até aqui.

Em primeiro lugar, gostaria de agradecer a minha família pelo incentivo e por estarem comigo nos momentos difíceis e no decorrer dessa caminhada. E a Daniely Silva Pereira, minha namorada, meu amor, agradeço profundamente por todo o apoio, carinho e paciência ao longo desta jornada. Sua presença foi essencial nos momentos de incerteza e nos dias em que pensei em desistir. Obrigada por acreditar em mim, mesmo quando eu duvidava, por celebrar cada pequena conquista e por estar ao meu lado.

Agradeço profundamente ao meu orientador, Prof. Dr. Frank Antonio Mezzomo, cuja orientação foi essencial para que esta pesquisa se tornasse possível. Obrigada pela escuta atenta e pelos ensinamentos fundamentais em minha trajetória acadêmica.

Aos professores Giorgiane Garabely Heil Vázquez e Márcio José Pereira. Esse trabalho também é resultado das contribuições realizadas na banca de qualificação e defesa. Cada sugestão e apontamento foram pertinentes e ampliaram os horizontes da pesquisa.

Aos membros do Grupo de Pesquisa Cultura e Relações de Poder. Neste espaço, encontrei não apenas um ambiente de troca de conhecimentos científicos, mas também a oportunidade de construir relações de amizade, parceria e acolhimento.

Aos professores e professoras que estiveram em minha jornada universitária, meu reconhecimento pelo conhecimento compartilhado e pela inspiração em cada aula. Vocês me fazem acreditar que a educação é transformadora.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo apoio financeiro para um período da pesquisa, essencial para o desenvolvimento deste estudo.

Aos amigos que foram para mim uma rede de apoio, pois me acompanharam de perto neste processo, oferecendo palavras de ânimo e escuta. À Lara e ao Brandon pelos cafés e diálogos na sala do grupo de pesquisa, e pelas risadas. À Emily e ao Denilton Gabriel, amigos de mestrado com quem pude compartilhar os medos, ansiedades e alegrias. A Caroline Oliva por seu olhar sensível para o meu trabalho.

Ao Grupo Dignidade e ao Centro de Documentação Prof. Dr. Luiz Mott, espaço que é meu lugar de trabalho e onde foi possível a coleta de materiais para a pesquisa. Deixo meu

agradecimento aos “cedocquers” Alisson Gonçalves, amigo e parceiro do qual tive muitas trocas, risadas e choros no decorrer do trabalho, e a Alberto Alexandre Schmitz II e Vanessa da Rosa Bueno pela parceria. Com vocês, eu aprendo todos os dias.

Em especial, gostaria de expressar minha mais profunda gratidão a Toni Reis, sujeito que inspirou esse trabalho. Obrigada por aceitar compartilhar suas vivências. Por sua generosidade, disponibilidade e confiança ao tratar de sua trajetória, experiências e reflexões. Estendo meus agradecimentos a David Harrad, esposo de Toni, cuja presença foi profundamente significativa. Obrigada pelos diálogos, cumplicidade e apoio.

Esta conquista é coletiva.

Muito obrigada!

“Nossas existências foram demonizadas, patologizadas e criminalizadas. Nossas histórias foram apagadas, preteridas e nossas contribuições foram omitidas. Hoje, agora, vivemos com orgulho os sonhos de nossas ancestrais (...). Olhando para o passado, vivendo o presente e lutando por um legado poderoso para as gerações que virão. Nós já somos o futuro”

Bruna Benevides

“Ninguém caminha sem aprender a caminhar, sem aprender a fazer o caminho caminhando, refazendo e retificando o próprio caminhar”

Paulo Freire

RESUMO

GOMES, Izabela de Paula. **Não se nasce ativista, torna-se: trajetória e militância política de Toni Reis**. 92f. Dissertação. Programa de Pós-Graduação em História Pública – Mestrado. Universidade Estadual do Paraná, Campus de Campo Mourão. Campo Mourão, 2025.

A abordagem biográfica parte da complexidade das histórias particulares, sendo uma perspectiva importante na ampliação de públicos e do saber histórico para além do espaço acadêmico. O presente estudo tem como objetivo explorar a trajetória de Antônio Luiz Martins Harrad Reis, Toni Reis, gay, professor, ativista e um dos fundadores do Grupo Dignidade, instituição voltada à promoção da cidadania e dos direitos da população LGBTQIA⁺ em Curitiba, Paraná. Buscamos compreender as vivências do biografado, atentando para as subjetividades e sentidos de sua trajetória pessoal e sua atuação pública. Como parte do corpus empírico, recorreremos a jornais de época, realizamos duas entrevistas, uma com nosso personagem e a outra com David Harrad, seu esposo, além de livros autobiográficos, flyers e panfletos de campanha eleitoral, documentos institucionais e materiais audiovisuais localizados no Grupo Dignidade. Organizamos a pesquisa a partir de três artigos, assim estruturada: a) análise bibliográfica, cujo objetivo consistiu em entender o que se tem produzido sobre Toni Reis e o Grupo Dignidade; b) a constituição identitária e atuação de Toni Reis no espaço público, em um período marcado pela efervescência da redemocratização e explosão da epidemia do HIV/AIDS, entre as décadas de 1980 e nos anos 1990; e c) a participação do nosso biografado na campanha eleitoral para o legislativo municipal de Curitiba, Paraná, em 1996. Observamos que a identidade não é uma construção estática e linear, mas um processo dinâmico que dialoga constantemente com o campo de possibilidades. Toni Reis amalgama, em sua vida, concepções oriundas do seio familiar, das experiências vivenciadas e das alianças constituídas na militância política. Entendemos, nesse movimento, que as identidades são fragmentadas, característica marcante das sociedades complexas na contemporaneidade.

Palavras-chave: Toni Reis, trajetória, biografia, Grupo Dignidade, LGBTQIA⁺.

ABSTRACT

GOMES, Izabela de Paula. **One is not born an activist, but becomes one: the journey and political activism of Toni Reis.** 92 pages. Dissertation. Graduate Program in Public History – Master’s Degree. Paraná State University, Campo Mourão Campus. Campo Mourão, 2025.

The biographical approach stems from the complexity of individual life stories, serving as an important perspective in expanding audiences and historical knowledge beyond the academic sphere. This study aims to explore the life trajectory of Antônio Luiz Martins Harrad Reis, known as Toni Reis — a gay man, teacher, activist, and one of the founders of Grupo Dignidade, an institution focused on promoting citizenship and rights for the LGBTQIA+ population in Curitiba, Paraná. We seek to understand the experiences of the biographical subject, paying close attention to the subjectivities and meanings present in both his personal journey and his public engagement. As part of the empirical corpus, we conducted two interviews — one with the central figure himself and another with David Harrad, his husband — in addition to drawing on the founding charter of Grupo Dignidade (1992), autobiographical books, electoral campaign materials such as pamphlets, institutional documents, and audiovisual content. We also referred to newspapers from the period, such as *Diário da Tarde*, *Estado do Paraná*, *Folha de Londrina*, *Jornal do Estado*, *Gazeta do Povo*, and *Folha de São Paulo*. The research is organized into three articles, structured as follows: a) a bibliographic analysis aimed at understanding existing scholarship on Toni Reis and Grupo Dignidade; b) the identity formation and public engagement of Toni Reis during a period marked by the effervescence of redemocratization and the outbreak of the HIV/AIDS epidemic, from the 1980s through the 1990s; and c) the biographee’s participation in the 1996 municipal legislative campaign in Curitiba, Paraná. We observed that identity is not a static or linear construction, but a dynamic process that constantly interacts with a field of possibilities. Toni Reis embodies, in his life, conceptions rooted in family, lived experiences, and the alliances built through political activism. We understand from this movement that identities are fragmented — a defining feature of complex societies in contemporary times.

Keywords: Toni Reis, Trajectory, Biography, Grupo Dignidade, LGBTQIA⁺.

LISTA DE SIGLAS

ABGLT – Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Travestis
ANTRA – Associação Nacional de Travestis e Transexuais
ASTRAL – Associação de Travestis e Liberados
CEDOC LGBTI⁺ – Centro de Documentação Professor Dr. Luiz Mott
CEU – Casa do Estudante Universitário do Paraná
CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
COPEL – Companhia Paranaense de Energia
DST's – Doenças Sexualmente Transmissíveis
EBGL – Encontro de Gays e Lésbicas
ENTLAIDS – Encontro Nacional de Travestis e Liberados que atuavam na Prevenção da Aids
GAPA – Grupo de Apoio à Prevenção à AIDS
GD – Grupo Dignidade
GEEP – Grupo de Entendidos e Entendidas do Paraná
GGB – Grupo Gay da Bahia
GLBT – Gays, Lésbicas, Bissexuais e Transsexuais
HIV/AIDS – Human Immunodeficiency Virus/ Acquired Immuno Deficiency Syndrom
ILGA – Associação Internacional de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Transexuais e Intersexos
LF – Grupo Lésbico Feminista
LGBTQIA⁺ – Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transsexuais, Queers, Intersexos, Assexuais
MHB – Movimento Homossexual Brasileiro
PCB – Partido Comunista Brasileiro
PcdoB – Partido Comunista do Brasil
PDT – Partido Democrático Trabalhista
PFL – Partido da Frente Liberal
PGT – Partido Geral Trabalhista
PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PSB – Partido Socialista Brasileiro
PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira
PST – Partido Socialista dos Trabalhadores
PV – Partido Verde
SANEPAR – Companhia de Saneamento do Paraná
STF – Supremo Tribunal Federal

SUS – Sistema Único de Saúde

UBS – Unidade Básica de Saúde

UFPR – Universidade Federal do Paraná

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1: Ata de fundação e reportagem sobre o Grupo Dignidade.....	42
Imagem 2: Materiais produzidos para conscientização sobre HIV/AIDS (1993).....	45
Imagem 3: Materiais informativos sobre o Projeto Arca de Noé (1994-1995).....	46
Imagem 4: A igreja e a homossexualidade	47
Imagem 5: Reportagem sobre a eficácia de preservativos.....	49
Imagem 6: Evento da campanha de Toni Reis em 1996.....	66
Imagem 7: Reações públicas diante da candidatura de homossexuais em Curitiba	67
Imagem 8: Material de campanha de Toni Reis.....	72

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	8
ARTIGO 1: PELO DIREITO DE SER QUEM SOMOS: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA SOBRE O GRUPO DIGNIDADE E TONI REIS	14
ARTIGO 2: TRANSGREDINDO A NORMA: A CONSTRUÇÃO IDENTITÁRIA DE TONI REIS E A FORMAÇÃO DO GRUPO DIGNIDADE	28
ARTIGO 3: “EU SOU GAY, E DAÍ?”: A CANDIDATURA DE TONI REIS À CÂMARA DE VEREADORES DE CURITIBA.....	56
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	81
REFERÊNCIAS.....	85

APRESENTAÇÃO

“Eu prefiro ser, essa metamorfose ambulante
do que ter aquela velha opinião formada sobre tudo”

(Raul Seixas)

Quem é você? Essa foi a pergunta feita em uma dinâmica realizada em uma roda de conversa promovida pelo Café com Diversidade, um dos projetos do Grupo Dignidade, instituição de Curitiba que atua na defesa da cidadania e direitos de pessoas LGBTQIA⁺ no Paraná. Atuando como pesquisadora dessa organização, essa questão me fez refletir sobre o percurso profissional e pessoal que venho realizando e de que forma esse processo me constitui. Assim, como na célebre música de Raul Seixas, vivenciei uma metamorfose. Entre 2024 e 2025, ano em que esse texto foi escrito, eu mudei de convicções, de cidade e de emprego. Nesse caminho percorrido, construí novos fragmentos da minha trajetória, desfazendo de modelos e recriando outras estradas, caminhos e possibilidades. Esse deslocamento, não apenas geográfico – saída de Campo Mourão para Curitiba –, permitiu entender questões que me cercavam enquanto sujeita pertencente à comunidade LGBTQIA⁺. É daqui que falo e escrevo, assumo meu lugar enquanto mulher, cis, lésbica, branca, pesquisadora e professora, entre outros marcadores que me constituem como indivíduo.

Tomei conhecimento da existência de Toni Reis, um dos fundadores do Grupo Dignidade, e as iniciativas da instituição durante a graduação. Foi em 2019, nas aulas de História e Relações de Gênero, ofertada no curso de História na Universidade Estadual do Paraná (Unespar), Campo Mourão, ministrada pelo professor Ronielyssom Cezar Souza Pereira. Após terminar esse ciclo formativo, busquei me aprofundar sobre o tema. Percorri banco de dados, textos acadêmicos, mapeando o que encontrava sobre a temática. Me intrigava o fato de esse grupo ter pouca repercussão no espaço acadêmico e não aparecer entre artigos, dissertações ou teses no campo da História. Tal levantamento me trouxe algumas questões: como se configurou a história do movimento homossexual em Curitiba? Quais (r)existências foram estabelecidas? Como esse grupo atuava no Paraná, estado conservador com grande apreço pela extrema direita, como tem demonstrado, por exemplo, os resultados das eleições majoritárias em 2018 e 2022 (Gazeta do Povo, 2018; G1 Paraná, 2022).

Diante dessas indagações, no ano de 2023, ingressei no mestrado em História Pública, na Unespar de Campo Mourão. Apesar do medo e da insegurança, acreditava que estudar essa

memória era descobrir sobre mim mesma em um mergulho identitário. Como paranaense e parte da população LGBTQIA⁺, surgiu o desejo de me debruçar sobre uma história que evidenciava a memória desses sujeitos no espaço onde vivo. Sabemos que a historiografia do movimento homossexual brasileiro destaca as mobilizações que ocorreram no eixo Rio-São Paulo. Trabalhos sobre essa temática vêm sendo produzidos na academia desde o processo de pós-redemocratização do Brasil, na década de 1980. Nomes como Edward MacRae, Cristina Luci Câmara da Silva e Elaine Marques Zanatta passaram a esmiuçar os estudos sobre a formação dos primeiros grupos do movimento homossexual brasileiro. Na área da História, estudiosos como James Green e Claudio Roberto da Silva trouxeram contribuições para o surgimento de uma historiografia do movimento (Facchini, 2003). Enfim, mesmo que esparsas, havia pesquisa sendo realizadas e divulgadas.

O Brasil lidera o *ranking* dos países que mais matam pessoas LGBTQIA⁺, com 291 mortes registradas no ano de 2024 (Lacerda, 2025). Essa informação, fruto da proliferação dos discursos de ódio contra esses indivíduos, se intensificou especialmente durante o Governo de Bolsonaro (2019-2022), quando vivenciamos retrocessos sociais e de direitos desses grupos. O reflexo dessa agenda política da extrema direita vem colocando em risco as conquistas institucionais dessa comunidade. O ápice da fragilidade da lei foi evidenciado em setembro de 2023, ocasião em que surgiu a discussão em âmbito nacional em torno da votação do projeto inconstitucional contra o casamento de pessoas do mesmo sexo, reconhecido desde 2011 pelo Supremo Tribunal Federal (STF). Logo, vemos a necessidade dessa pauta enquanto demanda da sociedade no ambiente acadêmico.

Na esteira do movimento homossexual brasileiro, e enfatizando a memória e as histórias de grupos dissidentes, partimos da trajetória de Antônio Martins Harrad Reis, mais conhecido como Toni Reis. Nascido em 1964 na cidade de Limeira, distrito de Coronel Vivida, no Paraná, vivenciou durante a adolescência um processo de conflito pessoal ligado à sua religiosidade, pois buscava a vocação sacerdotal ao tempo que se descobria como homossexual. Em 1989, após se formar no curso de Letras pela Universidade Federal do Paraná (UFPR), foi para o exterior, engajando-se no ativismo internacional. No período em que esteve na Inglaterra, conheceu David Harrad, com quem vive até os dias atuais. Em 1992, funda, com seu companheiro e alguns amigos, o Grupo Dignidade com sede em Curitiba, Paraná.

Como se percebe, construir um trabalho que apresenta como enfoque a biografia em diálogo com a história pública permite refletir sobre a forma como nós, historiadores, nos comunicamos com outros públicos para além do ambiente acadêmico. Esse passo vem sendo dado, com certa articulação, por outras áreas disciplinares, como a literatura e o jornalismo, e

de onde parcela do público tem se utilizado para saber sobre o homem, sua cultura e suas histórias (Neto, 2022; Ferreira, 2016). O campo das biografias, por exemplo, tem sido potencializado pela História como uma estratégia para não só ampliar leitores, mas fazer dos diferentes segmentos da sociedade um público instruído e conhecedor das questões que tocam o ser humano (Levi, 2014). Para além da comunicação, ao realizar um trabalho científico que envolve sujeitos, sabemos da responsabilidade ética e do impacto social sobre esses indivíduos. Entendemos que um trabalho em história pública possibilita o diálogo entre pesquisadores e a comunidade, trazendo experiências de sujeitos para o centro do debate, como atores e protagonistas de sua própria narrativa.

Benito Bisso Schmidt (2024) destaca que a história queer, enquanto estudo das dissidências de sexo e gênero, já nasceu pública. Antes de adentrar a academia, os militantes do movimento LGBTQIA⁺ – conhecido como movimento homossexual – já demonstravam preocupação em preservar a história e a memória como forma de conscientizar as gerações seguintes e incentivar a luta por direitos e cidadania. Atualmente, como exemplos dessas experiências, destacam-se iniciativas como o Centro de Documentação Prof. Dr. Luiz Mott do Grupo Dignidade de Curitiba, o Centro de Referência da História LGBTQIA⁺ (CLOSE), do Rio Grande do Sul e o Museu da Diversidade Sexual de São Paulo, além do Museu Movimento LGBTI⁺ (MUMO) e do Grupo Arco-Íris do Rio de Janeiro. Também estão se multiplicando os acervos digitais: dentre eles, destacam-se o Arquivo Lésbico Brasileiro, o blog Um Outro Olhar, o Acervo Bajubá e o Tropicuir: arquivo transviado. Esses e outros projetos surgem do esforço de ativistas que buscam preservar suas histórias e registrar suas experiências. Além disso, esses arquivos ajudam a democratizar o acesso às fontes a pesquisadores, iniciativa essencial para o desenvolvimento de pesquisas.

A história pública pode exercer um papel importante na mediação entre a academia, a comunidade LGBTQIA⁺ e outros públicos. Entendemos que ela não se faz apenas dos sujeitos dissidentes, mas *com* eles. Assim, se estabelece uma história pública *queer* preocupada com a construção da memória e da história por parte do movimento LGBTQIA⁺ e com a busca em evidenciar as discontinuidades dessa narrativa no passado. O desafio desse campo de estudos está em estabelecer o diálogo “de igual para igual” com outras áreas da historiografia, levando em consideração os compromissos éticos e políticos com pautas inclusivas. Sabemos que, mais do que garantir a presença dessas identidades na academia, é necessário que as narrativas incidam efetivamente sobre a produção historiográfica (Santhiago, 2016; Schmidt, 2024). Nessa perspectiva, a pesquisa que desenvolvemos propõe ser uma possibilidade de diálogo

entre o meio acadêmico, a história e a memória, inscritas a partir de uma trajetória individual, compreendida como expressão de experiências coletivas.

Para problematizar as memórias dos sujeitos, nesse caso, de Toni Reis e sua inserção política, procuramos articular a abordagem biográfica em diálogo com a história pública e a história oral. Essa escolha se justifica na medida em que essas perspectivas, teóricas e metodológicas, incorporam às narrativas dos movimentos sociais o debate a partir das trajetórias individuais. Ainda, dá ênfase na promoção de políticas públicas que abrange as reivindicações marcadas pela luta, resistência e busca pela cidadania (Santhiago, 2011; Almeida, 2016). Entendemos que a produção histórica com determinados grupos, comunidades e indivíduos democratiza as vozes, com o pesquisador atuando como mediador das diferentes vivências e demandas sociais (Rovai, 2018; Portelli, 2010).

A abordagem biográfica possibilita o acesso a narrativas não acionadas. De fato, a biografia se configura como um instrumento para entender processos sociais, culturais e históricos mais amplos. A vida do indivíduo se relaciona com a sociedade, as relações de poder e as práticas cotidianas. Uma trajetória individual reflete e tensiona o coletivo, em cujo âmbito os sujeitos se inserem, resistem e negociam dentro das estruturas sociais. Assim, se estabelece como um fio condutor para o entendimento do sistema social, visto que os indivíduos “transitam entre diversos mundos socioculturais, frequentam múltiplos níveis de realidade e desenvolvem ações sociais em contextos, situações e momentos diferenciados” (Velho, 2006, p. 7-8). O individual não é compreendido em oposição ao social, mas resulta das interações entre os sujeitos (Avelar, 2010). O biografado é como uma janela de acesso à sociedade, ao passo que a biografia permite a prática da História pública a partir da difusão do saber histórico (Velho, 2003; Avelar, 2010, Schmidt, 2016)

O campo biográfico, com efeito, se constitui como possibilidade de diálogo com a história pública, entendendo-a como caminho para se pensar as demandas sociais com os públicos e por meio deles pensar o espaço político e democrático (Almeida, 2016; Rovai, 2018). Ao trabalhar com populações historicamente silenciadas, os historiadores devem repensar o papel que assumem, exercendo um compromisso ético e de alteridade. Compartilhamos a ideia de “escuta sensível”, em um ato de escutar o outro, perceber e se atentar para as suas singularidades. O sujeito passa a ser entendido não como vítima de um contexto que o cerca, mas como protagonista de sua história a partir de suas vivências (Rovai, 2015).

Compartilhamos do entendimento de que a história oral se constitui a partir do encontro entre duas vozes, a do narrador e a do pesquisador. Nesse processo, os sujeitos não apenas recordam fatos, mas também interpretam e atribuem sentidos aos acontecimentos. Narrar é,

portanto, uma ação em constante movimento, na qual as memórias são negociadas, recriadas e atualizadas no tempo presente, reafirmando o caráter vivo e dinâmico da memória (Portelli, 2016). A memória individual está entrelaçada à coletiva. Essa conexão permite compreender as vivências de sujeitos dissidentes da cis-heteronormatividade como parte de uma história LGBTQIA⁺ compartilhada. Desse modo, através dos relatos de Toni Reis, durante nossas interações, é possível identificar deslocamentos, tensões e negociações em sua trajetória. Ele viveu essas experiências em um contexto de transição: o Brasil, pós-ditadura, caminhava para a redemocratização ao mesmo tempo em que enfrentava os impactos da epidemia de HIV/AIDS. Nesse cenário, novos diálogos entre movimentos sociais e o Estado começaram a se formar.

Dessas indagações, reflexões junto aos colegas e professores, e das metamorfoses da escrita, nasce esse trabalho, que tem como objetivo central analisar o papel de Toni Reis na cena pública e como sua trajetória permite problematizar elementos de uma sociedade. Para isso, realizamos a análise a partir de jornais de época como: *Diário da Tarde*, *Estado do Paraná*, *Folha de Londrina*, *Jornal do Estado*, *Gazeta do Povo* e *Folha de São Paulo*. Consultamos dois livros autobiográficos: *Direito de amar: a história de um casal gay* (1996) e *Família Harrad Reis: uma família de todas as cores e todos os amores* (2021) e o livro *Uma história de Dignidade... Grupo Dignidade – contribuindo para a construção da cidadania de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais (LGBT)* (2008). Além dessas fontes, utilizamos a ata de fundação do Grupo Dignidade (1992), materiais de campanha eleitoral como panfletos, materiais audiovisuais, e duas entrevistas, uma com Toni Reis e outra David Harrad, seu esposo.

Para abordar a trajetória de nosso biografado, desenvolvemos a discussão em três artigos. No primeiro, realizamos um levantamento bibliográfico sobre as produções que abordam Toni Reis e o Grupo Dignidade. Identificamos e analisamos nove trabalhos que apresentam a temática a partir da consulta em três bases de dados eletrônicas: Google Acadêmico, Portal de teses e dissertações da CAPES e Portal Scielo Brasil. Esse movimento demonstrou a escassez do tema no espaço acadêmico. Destacamos que esse texto foi publicado na Revista Interfaces Científicas – Humanas e Sociais, em março de 2024.

No segundo artigo, buscamos adentrar as vivências de Toni Reis, atentando-nos para as subjetividades e os sentidos de sua trajetória pessoal e sua atuação pública. Procuramos, do mesmo modo, entender como se constituiu sua identidade, a partir de situações e eventos significativos de sua infância, adolescência e juventude, e como se deu a sua presença no espaço público, partindo do surgimento do Grupo Dignidade em 1992, em um cenário marcado pelo combate e prevenção do HIV/AIDS.

No terceiro artigo, analisamos a candidatura de Toni Reis a vereador de Curitiba em 1996. Buscamos problematizar alguns elementos de sua trajetória biográfica em um momento que o Brasil participava das primeiras eleições democráticas após o regime cívico-militar (1964-1985). Nesse momento, interessava compreender como nosso personagem constrói sua campanha e pauta política, estabelecendo alianças e se posicionando diante a reações contrárias à sua candidatura, apresentando pautas em torno da educação, da saúde e dos direitos humanos.

Para os artigos 2 e 3, optamos por acionar um modo de escrita com uso da metáfora da viagem. Arrumada as malas no artigo 1, procuramos localizar a estação em que Toni Reis e o Grupo Dignidade estão. Buscamos entender o percurso elaborado por Toni em sua trajetória: nesse caminho, “o migrante parte de seu território, pedaço querido de que tem que se desgarrar e vai deixando pelo caminho fragmentos de sua vida” (Junior, 2007, p. 247). Logo, pensar em trajetórias de vida é pensar nos movimentos, nas mudanças e nos deslocamentos que percorremos no decorrer das vidas. Esse processo também pode ser notado quando viajamos para algum território. Nosso viajante, Toni Reis, protagonista de sua história, assume a complexidade a partir de suas diferentes personas.

ARTIGO 1

PELO DIREITO DE SER QUEM SOMOS: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA SOBRE O GRUPO DIGNIDADE E TONI REIS¹

Resumo: O presente artigo tem por objetivo identificar e analisar as produções bibliográficas produzidas sobre o Grupo Dignidade, precursor na busca pela promoção da cidadania e dos direitos da população LGBTQIA⁺ em Curitiba, Paraná. Esse exercício permite compreender como a instituição e um de seus fundadores, Toni Reis, são tematizados no espaço acadêmico e como tem sido sua visibilidade no espaço público. Para isso, consultamos três bases de dados eletrônicas: Google Acadêmico, Portal de teses e dissertações da CAPES e Portal Scielo Brasil. Identificamos 9 trabalhos que abordam a temática proposta tendo como recorte temporal os anos entre 2013-2023. Para análise das produções construímos três eixos temáticos: 1) formação do Grupo Dignidade; 2) adoção homoafetiva; e 3) atuação do Grupo e de Toni Reis no espaço público. Concluímos que as discussões no âmbito acadêmico têm sido insipientes, a despeito da relevância e do papel político e social desempenhado pelos envolvidos.

Palavras-chave: Movimento LGBTQIA⁺. Grupo Dignidade. Toni Reis.

Introdução

Em 16 de maio de 2023 foi instituído pelo então ministro dos Direitos Humanos e Cidadania, Silvio Luiz de Almeida², um grupo de trabalho com o intuito de esclarecer as violações de Direitos Humanos contra pessoas LGBTQIA⁺³. Contando com a presença de professores, advogados e ativistas, a ação visou garantir o direito à memória e à dignidade desses indivíduos (Brasil, 2023). Essa iniciativa permite entender o contexto de polarização que passamos no Brasil nos últimos anos, em especial durante o Governo de Bolsonaro (2019/2022), marcado por uma agenda política da extrema direita, com visíveis retrocessos sociais e de direitos das minorias. No cenário atual, a partir das eleições majoritárias e proporcionais de 2022 no Brasil, o discurso político tem se voltado às demandas desses grupos marginalizados, colocando-os na cena pública e no debate sobre o direito à cidadania e a reparação do apagamento histórico. Apesar da onda progressista, sabemos dos intensos embates políticos e ideológicos, discussões no âmbito midiático e mobilizações que marcam a trajetória de militância dessas identidades dissidentes.

A luta pela cidadania da população LGBTQIA⁺ no Brasil surge nas décadas de 1970 e 1980 com a formação do Grupo de Afirmação Homossexual (Somos), que promoveu a difusão

¹ Texto publicado no segundo semestre de 2024 na Revista Interfaces Científicas – Humanas e Sociais. Para mais informações, acessar: <https://periodicos.set.edu.br/humanas/article/view/11988>.

² No momento da escrita deste texto, o cargo de Ministro dos Direitos Humanos e da Cidadania era ocupado por Silvio Luiz de Almeida. Em abril de 2025, quando da revisão desse texto, a pasta é chefiada pela professora e assistente social Macaé Evaristo.

³ Utilizamos LGBTQIA⁺ por considerarmos ser uma das nomenclaturas utilizadas atualmente, compreendendo lésbicas, gays, bissexuais, transsexuais, queers e intersexos sendo o ⁺ adicionado ao final para representar as outras pessoas que não estão contempladas nessas 6 orientações sexuais.

de materiais impressos na busca de uma autoafirmação identitária. Em uma “segunda onda” de ativismo nos anos 1990, a epidemia da AIDS marcou o aparecimento de políticas públicas de saúde mobilizando as esferas locais, estaduais e federal (Green, 2018; Simões, Facchini, 2009). Ainda nesse período, Luiz Mott e João Antônio Mascarenhas lideraram uma campanha junto ao Conselho Federal de Medicina (CFM), cuja pauta girava em torno das disputas acerca dos usos do termo “homossexualidade”, enquadrado até então na lista de doenças decorrente do desvio mental e transtorno sexual. Por conta disso, o dia 17 de maio é marcado como o Dia Internacional contra a Homofobia. Essas ações possibilitaram o fortalecimento do movimento homossexual (Facchini, 2003), com a criação de diferentes grupos organizados institucionalmente e a discussão no âmbito público acerca dos direitos humanos.

O avanço de políticas afirmativas se deu sobretudo em 2011, com o reconhecimento da união estável entre pessoas do mesmo sexo pelo Supremo Tribunal Federal (STF). Em 2015 tivemos a aprovação da lei de adoção por casais homoafetivos. Com a ascensão do conservadorismo e do fortalecimento da bancada evangélica no Congresso Nacional e em muitas Assembleias Legislativas, ocorrida na virada dos anos de 2010, passou a ocorrer disputas entre o discurso conservador na conjuntura política e a agenda dos direitos humanos. A atuação dos setores evangélicos e católicos trouxe à tona tensões em relação as políticas destinadas a comunidade LGBTQIA⁺, além da falta de investimentos e limitações quanto à participação política. O debate está em curso, com polêmicas e discursos de ódio reverberando em diversos espaços e às vezes publicizadas nas redes sociais, tais como as falas do pastor da Igreja Batista da Lagoinha André Valadão, que teria afirmado que “Deus odeia o orgulho” e incitado a morte de pessoas LGBTQIA⁺ durante a transmissão de uma pregação religiosa (Band UOL, 04 jun. 2023). O que temos visto é que o Brasil lidera o ranking dos países que mais matam pessoas LGBTQIA⁺, com 291 mortes no ano de 2025 de acordo com dados do Grupo Gay da Bahia (Bulgarelli, 2018; Facchini; Rodrigues, 2017; Lacerda, 2025).

Nesse ambiente de mobilizações, reivindicações e violências está inserido o Grupo Dignidade, criado em 1992, em Curitiba, Paraná. Constituído na “clandestinidade” através de uma demanda pessoal dos fundadores Toni Reis e David Harrad, recém-chegados da Inglaterra, e de um grupo de amigos do casal. Com a epidemia da AIDS em 1992, os membros do Dignidade junto ao então secretário da saúde do Estado, Dr. Nizan Pereira, iniciaram alguns projetos voltados a grupos dissidentes. Esse movimento permitiu um diálogo com a população através de uma agenda de enfrentamento em parceria com o Ministério da Saúde (Grupo Dignidade, 2008).

Atualmente o Grupo Dignidade continua promovendo ações de atendimento aos LGBTQIA⁺ e iniciativas voltadas para a área educacional, de arte, cultura e questões jurídicas. Dentre algumas formas de atuação podemos citar o atendimento em casos de LGBTfobia, com apoio psicológico e assessoria jurídica a partir do Centro de Referência LGBTI João Antônio Mascarenhas, instalado em Curitiba no ano de 2006. Ademais, desenvolvem capacitações de lideranças do interior do Paraná no controle da AIDS e hepatites virais a partir do Espaço Paranaense da Diversidade LGBT, buscando diálogos entre os municípios com apresentação de projetos de leis e conferências. Organizam ações como o “diversidade trans” que estabelece suporte de modo virtual a pessoas trans através do acolhimento, acompanhamento jurídico e psicológico.

Em parceria com o Ministério da Saúde, Secretaria Municipal de Saúde, Universidade Federal do Paraná e FIOCRUZ, surgiu o “A hora é agora”, destinado a testagem rápida para AIDS sendo realizado gratuitamente em alguns locais de Curitiba. Junto ao Fundo Brasil de Direitos Humanos, o Dignidade elaborou o projeto “Sinergia”, que sistematiza ações de direitos a comunidade LGBTQIA⁺ perante ao Supremo Tribunal Federal (STF). Com diálogos entre a sociedade civil e ministros do STF procuram executar as demandas ainda pendentes de julgamento. No âmbito internacional, o “Perspectiva global”, vinculado ao Grupo e à Aliança Nacional LGBTI, procura articular pautas LGBTQIA⁺ no sistema internacional de proteção e promoção de direitos humanos. Ligado a Organização dos Estados Americanos, membros do Grupo Dignidade são representantes em audiências da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH).

O Grupo Dignidade conta com o Centro de Documentação Professor Doutor Luiz Mott – o nome é em homenagem a um dos militantes do movimento homossexual brasileiro. O intuito do arquivo é a organização e sistematização de materiais sobre a história do movimento LGBTQIA⁺ a fim de facilitar o acesso as informações e contribuir com a academia, a partir de estudos e produção de conhecimento. O acervo detém materiais produzidos pelo Dignidade, tais como DVDs, filmes, cartazes, livros, jornais como as edições do Lâmpião da Esquina produzidos entre 1978 a 1981. Além disso, para promover os programas e eventos relacionados ao público LGBTQIA⁺ há a utilização das redes sociais como o Facebook e Instagram.

Parte dos trabalhos realizados são disseminados no site do Grupo, que se insere como uma estratégia de divulgação das atividades promovidas, já que constam informações sobre a formação, atuação e objetivos do Dignidade. Na aba “Eventos” são divulgadas marchas e exposições realizadas em torno da pauta da inclusão, liberdade, direitos humanos, respeito à diversidade sexual. Essa iniciativa estabelece a apropriação de espaços da cidade enquanto local

de resistência e existência desses indivíduos e de suas memórias. Ainda, expõe sugestões de filmes e peças que exploram a temática da homossexualidade, legislação (municipais, estaduais e federal) e projetos de leis que abarcam os direitos LGBTQIA⁺. A página digital também divulga vagas de empregos destinadas às pessoas trans e de cursos de profissionalização, ação que parece interessante já que esse público enfrenta resistência para acesso ao trabalho. Por ser uma organização sem fins lucrativos, o Dignidade promove parcerias com diferentes empresas e órgãos estatais. Por meio de um portfólio institucional disponível no site, as instituições que desejam apoiar a causa tomam conhecimento sobre as atividades realizadas. Além disso, na sessão “transparência”, os internautas têm acesso aos informes financeiros que são atualizados anualmente. O site se oferece como uma ferramenta de divulgação e de promoção da causa defendida pelo grupo (Cf. <https://www.grupodignidade.org.br/>).

Diante desses cenários adversativos, vividos não somente no Brasil, e entendendo o papel político e social que o Grupo Dignidade vem desenvolvendo, realizamos um balanço bibliográfico a fim de entender como a academia tem se atentado para a atuação da organização e de Toni Reis, seu fundador. Com esse movimento, procuramos identificar o perfil das produções a partir de três eixos de análise: 1) a criação do Grupo Dignidade; 2) a adoção homoafetiva; e 3) a atuação do Grupo e de Toni Reis no espaço público. Ao final, esboçamos uma reflexão em relação a bibliografia produzida e perspectivas temáticas que podem ser ampliadas e problematizadas.

Identificando a literatura

Para realizar a revisão da literatura consultamos três bases de dados eletrônicas: Google Acadêmico, Portal de teses e dissertações da CAPES e Portal Scielo Brasil. Delimitamos os anos entre 2013-2023 como recorte temporal, já que nos anos anteriores não foram encontradas produções acadêmicas sobre o Grupo Dignidade ou Toni Reis. Para realizar a consulta utilizamos os descritores “Grupo Dignidade” (638 ocorrências), “Toni Reis” (631 ocorrências) e “Jornal Folha de Parreira” (9 ocorrências), totalizando 1.278 produtos localizados exclusivamente no Google Acadêmico.

Após esse movimento, verificamos o tipo de material encontrado em cada descritor. No que se refere ao “Grupo Dignidade” selecionamos cinco textos: uma tese, uma dissertação, dois capítulos de livro e um trabalho de evento. Os demais materiais apresentavam campanhas e cartazes voltados à divulgação, que não foram selecionados por não se tratar de conteúdos descritivos e reflexivos. Quanto ao descritor “Toni Reis” identificamos três artigos relacionados a temática. Já o “Jornal Folha de Parreira”, periódico produzido pelo Grupo desde 1992,

elegemos apenas uma dissertação. A partir da leitura dos títulos e resumos identificamos nove trabalhos entre teses, dissertações, artigos, capítulos de livros e trabalhos de eventos relacionados ao objeto de estudo. Consideramos como critério de inclusão as produções que falavam sobre o Grupo Dignidade e sobre Toni Reis, a fim de analisar como essa temática aparece no decorrer dos textos. Entre os nove textos identificados três possuem autoria de Claudia Moraes e Silva Pereira, doutora em Ciências Sociais Aplicadas. Dois trabalhos são do historiador e mestre em História Cultural Jeferson Ramos, sendo um dos textos em coautoria com Paulo Roberto Souto Maior, doutor em História. As autoras Celia Regina Piontkiewicz e Tatiana Lima são formadas em Serviço Social e contam com uma produção. Com um trabalho temos as autoras, graduadas em Direito, Jessica Batista Correa, Vitoria Chaves Nabarro, Taina Temp Kreutzer, Vanessa Steigleder Neubauer. Também um trabalho em coautoria de Carolina Stéphanie Rodrigues Gonçalves, mestre em Psicologia, e Samira Cristina Pereira Silva, com mestrado em Ciências Sociais. Por fim, e também com um trabalho, a comunicóloga Mayara Thalita de Almeida e Marcos José Zablonky, com doutorado em Educação.

Formação do Grupo Dignidade: o movimento homossexual no Paraná

A luta homossexual no Paraná é constituída pela participação do Grupo Dignidade enquanto primeira organização de Curitiba a promover discussões relacionadas ao direito e a cidadania de sujeitos LGBTQIA⁺. Para entendermos como essa trajetória é apresentada no espaço acadêmico, selecionamos três textos que discutem em sua estrutura a história do Grupo. O trabalho de Ramos e Maior (2020) analisa a formação do Dignidade articulada com a história do movimento homossexual no Brasil. Nesse exercício utilizam os jornais Correio de Notícias (1992), Diário do Paraná (1974), Folha de Londrina (1993) e o Folha de Parreira (1992). Sabemos que a imprensa reúne um conjunto de indivíduos tendo como função divulgar informações e expressar valores e ideias de uma dada sociedade, a fim de construir consensos ou oposições (Luca, 2008, Motta, 2013). Assim, os jornais se estabelecem como espaço de transgressão para os homossexuais que buscavam denunciar as violências e mobilizar suas ações, e local onde se difundia ideias em uma sociedade intolerante ao que fugia da norma cis/heterossexual.

Um ponto interessante é entender os antecedentes e o terreno em que se constitui o Grupo Dignidade. Ramos (2019) investiga as identidades dissidentes em Curitiba na década de 1970 e menciona a criação do Celsu's bar em um cenário de fechamento político marcado pelo regime militar. O autor utiliza periódicos como o Diário do Paraná (1955-1983), Diário da Tarde (1899-1983) e o Folha de Parreira (1995), que contém uma entrevista com o dono do

estabelecimento consultado através do Centro de Documentação Dr. Luiz Mott (CEDOC LGBTI⁺). O bar, inaugurado por José Celso Filho, ator, bailarino e artista plástico, se tornou um espaço de sociabilidade entre entendidos e entendidas até então inexistente em uma Curitiba conservadora, onde o clima preconceituoso era notável (Ramos, 2019). Desse modo, esse lugar de subjetividades era palco da liberdade, servindo a esses indivíduos um ambiente dos quais suas identidades eram reconhecidas.

Esse cenário político perpassa o campo das religiosidades, tendo uma relação com a trajetória de Toni Reis. Ramos (2019), em uma entrevista com Toni, busca analisar a presença de elementos religiosos no discurso do entrevistado, enquanto elemento de constituição de subjetividades, sentimentos e silenciamentos. Com esse fim, o pesquisador articula eventos da história de Toni como a infância na cidade de Limeira, relatada como uma região que em sua maioria eram católicos, o processo de descoberta enquanto homem “gay” na adolescência e a expulsão da igreja devido as “recaídas”. O ato de “se assumir” em uma conjuntura marcada por repressões expressa uma sociedade que não tinha “profundos conhecimentos a respeito do mesmo ou de qualquer sentimento confessado e que fugisse ao normal heterossexual” (Ramos, 2019, p. 220).

Na década de 1990, ocorre o estigma da AIDS, quando os sujeitos homossexuais passaram a ser culpabilizados por tal “doença”. De acordo com o Correio de Notícias (1992), periódico que compartilhava ideias hegemônicas e de cunho homofóbico, aqueles que tinham “atividades ou hábitos homossexuais” eram impossibilitados de doar sangue. Além disso, Curitiba era palco da violência contra homossexuais, marcada por assassinatos e tendo reverberações em jornais regionais. Essa situação fez com que Toni Reis e outros amigos criassem um espaço onde esses problemas pudessem ser debatidos (Ramos; Maior, 2020).

Outra questão destacada pelos autores é o enfoque dos trabalhos acadêmicos acerca da história do movimento homossexual no Brasil. Segundo eles, a historiografia esteve direcionada no eixo Rio de Janeiro-São Paulo, tendo como consequência uma escassez de trabalhos que explorem as primeiras mobilizações no interior do país. A memória das homossexualidades e travestilidades permaneceu invisibilizada, limitando os diálogos. Para a região sul, “esse silêncio é uma realidade e um desafio” (Ramos; Maior, 2020, p. 72). Tal inquietação também é apresentada por Green (2012), brasileiro precursor na militância homossexual no Brasil, que afirma a importância da descentralização da memória das homossexualidades e travestilidades com o intuito de explorar novas experiências. Sabemos das lacunas historiográficas e históricas sobre a população LGBTQIA⁺ e entendemos como um processo em construção. Torna-se fundamental um olhar para esses indivíduos, seus trânsitos, negociações e modos de existirem

nas regiões do interior do Brasil, pois assim como nas demais localidades apresenta o discurso em favor do padrão da heteronormatividade.

Pereira (2014) em seu texto faz uma apresentação acerca do Grupo Dignidade. Essa escolha deve-se ao fato de seu trabalho ter como protagonismo os relatos dos membros da instituição e suas subjetividades. Pensando no “estado da arte” ela escreve a seção a partir de informações contidas no Estatuto do Grupo Dignidade e no livro que conta a história do Grupo produzido em 2008. Apresenta elementos sobre a formação da instituição, seus objetivos, composição dos cargos exercidos e suas dinâmicas através da observação participante da autora. No movimento de entender os trânsitos que são constituídos, é mencionado elementos como a aproximação de Toni Reis com o Grupo Gay da Bahia, liderado por Luiz Mott e o Grupo Atobá do Rio de Janeiro, chamado atualmente de Grupo Arco-íris. Dessa interação com outros grupos surge o nome “Dignidade” e o Centro de Documentação Professor Dr. Luiz Mott, onde “sem iniciativas como esta, a memória LGBT⁺ não teria condições de ser investigada” (Ramos, 2019, p. 17).

Adoção homoafetiva: o caso de Toni Reis e David Harrad

Com a conquista do direito para união estável de casais homoafetivos em 2011, e posteriormente o direito à realização do casamento civil em 2013, o anseio de se constituir enquanto unidade familiar tornou-se um assunto em debate. Sabe-se que desde março de 2015 a adoção homoafetiva no Brasil é reconhecida legalmente pelo Supremo Tribunal Federal (STF). Ao equiparar os mesmos direitos a casais do mesmo sexo modificou-se o conceito de família que historicamente era entendido a partir de padrões heteronormativos. Apesar desse avanço, vemos frequentemente casais homoafetivos travando longas batalhas perante a justiça para efetivar o desejo de construir um núcleo familiar. Dentre esses casos, destacamos o processo de adoção realizado por Toni Reis e seu companheiro, o inglês David Harrad. Para esse exercício, utilizamos dois artigos selecionados que abordam especificamente as discussões sobre a adoção homoafetiva.

Gonçalves e Silva (2019) evidenciam, a partir de um balanço bibliográfico, as conquistas jurídicas dos sujeitos LGBTQIA⁺ e as lacunas a serem discutidas no âmbito jurídico. Nesse caminho, os autores abordam as disputas enfrentadas por Toni e David para alcançarem a adoção plena. De acordo com David, desde o momento em que se conheceram ressaltavam à vontade de serem pais. Depois de discussões sobre o tema, em 2006 deram entrada na Vara da Infância e Juventude de Curitiba com o intuito de obterem a adoção conjunta, tornando-se o primeiro casal homoafetivo a realizar esse processo na cidade.

Essa modalidade seria importante para a garantia de direitos e bem-estar dos filhos, se porventura algum deles viesse a falecer não prejudicaria a segurança das crianças, porém, pela lei, só poderiam adotar como solteiros. Após embates na justiça conseguiram entrar com o pedido de adoção em 2008 que foi aceito com restrições. Em uma fala a BBC Brasil (Barifouse, 2015), Toni expressa os embates sofridos nessa ação. “Será que é preconceito? Pensam que vamos abusar se for menino?” Tais indagações compõem parte das condições que a eles foi imposta, ou seja, só poderiam adotar uma menina e com mais de 10 anos. Após recorrerem à decisão, uma promotora estadual entrou com um recurso do qual a adoção não poderia ser realizada em conjunto, pois eles não eram reconhecidos como uma família.

No texto “Adoção homoafetiva no direito brasileiro” (2015), esse acontecimento também é apresentado a partir de uma reportagem revelando o processo de rejeição pelo Ministério Público e a demora do Supremo Tribunal Federal (STF) em aceitar a adoção conjunta. Após dez anos de disputas judiciais e o impedimento de adotarem na Comarca de Curitiba, o casal adotou três crianças com a ajuda da advogada Gianna Carla Andretta e da ministra do STF Carmem Lucia, em março de 2015, que julgou improvido o recurso colocado pela promotora. O estudo traz o enfoque na perspectiva da psicologia pelo viés da criança e os posicionamentos contrários e favoráveis acerca da adoção homoafetiva a partir dos novos arranjos familiares.

Os dois trabalhos exploram os “avanços” dos direitos desses sujeitos e os embates que são percorridos nessa trajetória. Fica evidente o preconceito na busca de constituição de uma família por parte de indivíduos LGBTQIA⁺, como foi o caso de Toni Reis e David Harrad, pois “negar a adoção a um casal, pelo simples fato de ela ser considerada diferente dos padrões gerais estabelecidos pela sociedade é um ato de discriminação” (Correa et al., 2015, p. 11). Dessa forma, Gonçalves e Silva (2019) afirmam que é preciso afastar-se de uma visão endossada em relação ao judiciário brasileiro, pois, apesar de ser um aliado na garantia de direitos, vemos resistências nesses espaços. Sobre esse tema, propostas de leis e emendas à Constituição são barradas ou arquivadas, demonstrando uma agenda política cujos interesses buscam atender determinados grupos da sociedade e deslegitimar outros.

Atuação do Grupo Dignidade e de Toni Reis no espaço público

A frase “Assumir é essencial para a conquista de direitos” foi estampada na capa do Jornal Folha de Parreira, em agosto de 1992, periódico produzido pelo Grupo Dignidade. A fala chama atenção para mobilização dos sujeitos homossexuais no sentido de reconhecerem sua sexualidade. E, a partir disso, buscarem seus direitos frente aos silenciamentos e apagamentos

por parte da sociedade. Assim, os integrantes entendiam que “a sociedade curitibana precisava perceber que não apenas os homossexuais existiam, mas que suas vidas importavam” (Ramos; Maior, 2020, p. 87). A partir disso, compartilhamos do entendimento de que ações produzidas pelo Grupo são importantes para se pensar sua relevância frente à população. A fim de problematizar essa atuação no espaço da cidade, partimos das discussões apresentadas em quatro trabalhos acadêmicos.

As ações em prol da comunidade homossexual iniciam em 1992 no contexto da AIDS. A visibilidade do Grupo no espaço público surge a partir da participação de Toni Reis em um programa de TV local de Curitiba, colocando-o como representante de uma organização homossexual na cidade. A repercussão foi apresentada no periódico *Correio de Notícias* (1992) dando notoriedade ao Dignidade. Como resultado, nasceu uma parceria com o Ministério da Saúde lançando a campanha “Arrastão da vida”, que levava a distribuição de camisinhas e informativos a população na luta pelo enfrentamento do vírus (Ramos; Maior, 2020).

Essa articulação entre o Grupo Dignidade e o Ministério da Saúde pode ser compreendida na tese de Pereira (2021). A autora analisa as campanhas realizadas pela entidade e o Ministério da Saúde, a partir do conceito de equidade, tendo como objetivo uma reflexão acerca do atendimento à população LGBTQIA⁺ referente ao direito à saúde. Afirma que no campo da saúde há a manutenção de padrões heteronormativos, visto que os profissionais que trabalham com famílias homoafetivas e transgêneras não possuem conhecimento adequado na promoção da cidadania desses indivíduos. Assim, para ela, é necessário a capacitação dos profissionais da saúde e implementação de políticas públicas voltadas para essas questões.

Consoante a essa pesquisa, Pereira (2022) utiliza como fontes a Política Nacional de Saúde LGBT, documento instituído no Governo de Dilma Rousseff em 2012, e imagens contidas nas campanhas do Ministério de Saúde e do Grupo Dignidade sobre equidade LGBTQIA⁺ em parceria com o estado do Paraná. Observa que os materiais analisados não atendem a outras ramificações como a população negra que pouco são mostradas. Para ela, a partir das fontes há uma representação parcial do conceito de interseccionalidade, sendo necessário aprofundamento nessas questões no âmbito da saúde e atenção a comunidade LGBTQIA⁺. Sobre o exposto, concordamos que a cidadania se faz a partir da garantia de direitos fundamentais como a saúde. A inviabilização desse debate nos múltiplos espaços restringe a elaboração de políticas públicas de saúde. Vivenciamos esse apagamento a partir dos discursos políticos em que o tema da sexualidade é entendido como um dos perigos à instituição familiar. Evidencia disso são os projetos como o Movimento “Escola Sem Partido” e a “Ideologia de Gênero”, ações que buscaram conter os avanços da laicidade através de setores

católicos e evangélicos, principalmente carismáticos e neopentecostais (Anjos, 2022; Barzotto, 2020).

Os avanços e desafios quanto ao direito à cidadania de pessoas LGBTQIA⁺ a partir das ações desenvolvidas pelo Grupo Dignidade é descrito no texto de Piontkiewicz e Lima (2015). Nele, as autoras apresentam de maneira sucinta alguns projetos desenvolvidos no Dignidade como: a Prevenção combinada e o “A hora é agora”, ligado à prevenção da AIDS e a testagem gratuita na sede do Grupo; o Projeto Espaço Paranaense que promove a cidadania e combate à violência e a discriminação; o “Igualdade na veia”, que atua na regularização da doação de sangue por parte dos sujeitos homossexuais; e o *advocacy* que promove ações na promoção dos direitos humanos.

O termo “*Advocacy*” surge enquanto defesa em favor de uma causa, tendo como objetivo a formulação e implementação de políticas públicas que atendam às necessidades da população (Enriconi, 2017). Sobre isso, Almeida e Zablonky (2019) realizam uma assessoria de comunicação a fim de auxiliar na ampliação do público em atividades promovidas pela organização. Como materiais são utilizados dados do portfólio da ONG, regimento interno, métricas da página do Facebook e do Instagram do Grupo Dignidade. Segundo os autores, o Grupo precisava do apoio relacionado as mídias sociais “tanto para evidenciar as conquistas e avanços da comunidade LGBTI⁺, quanto para reivindicar políticas públicas, conseguir captar voluntários e instituições interessadas em realizar parcerias, patrocínios e alianças” (Almeida; Zablonky, 2019, p. 7). Mobilizando membros do Grupo e o público LGBTQIA⁺ que participaram da Marcha da Diversidade em Curitiba em 2018, tal iniciativa promoveu a atualização do site do Grupo Dignidade e nas mídias do Grupo, contribuindo para as pautas do *advocacy* e a divulgação na luta pelos direitos.

Considerações finais

O balanço bibliográfico realizado se propôs a analisar como o Grupo Dignidade e um de seus fundadores, Toni Reis, são tematizados através da consulta em três bases de dados eletrônicos: Google Acadêmico, Portal de teses e dissertações da CAPES e Portal Scielo Brasil. Identificamos nove trabalhos publicados nos últimos 10 anos, os textos tratam do histórico da organização, do tema da adoção homoafetiva que atravessa a vida de Toni Reis e a atuação da instituição na cena pública em favor de políticas e direitos à comunidade LGBTQIA⁺.

Em alguns trabalhos acadêmicos o Grupo Dignidade compôs a contextualização dos objetos estudados, como é o caso da dissertação de Pereira (2014) que se debruçou nas trajetórias de membros da instituição. Ramos (2019) utiliza o Jornal Folha de Parreira, periódico

criado pelo Dignidade, problematizando o cenário de Curitiba e do Celsu's bar enquanto espaço de resistência. Salientamos a importância do Centro de Documentação Prof. Dr. Luiz Mott, que faz parte do Grupo Dignidade e disponibiliza materiais em seu acervo para a produção acadêmica e o acesso a histórias que ainda podem ser contadas.

Ainda, textos como o de Almeida e Zablonsky (2019), do campo da Comunicação, proporciona a compreensão e o diálogo da instituição com o público e a sociedade. Novos caminhos podem ser acionados principalmente com a História Pública a partir da produção do conhecimento histórico em diferentes espaços, que junto aos movimentos sociais promove a construção de uma história colaborativa e democrática, trazendo visibilidade às narrativas de grupos subalternizados (Rovai, 2018).

Compartilhamos do pensamento de Ramos e Maior (2020) quando apontam as lacunas dessas discussões no campo da historiografia, notadamente na produção de uma história dos movimentos homossexuais para além dos grandes centros. A invisibilização, inclusive nas Ciências Humanas, ocorre a despeito da realidade de se viver em um país que mais mata pessoas LGBTQIA⁺ no mundo, cuja ojeriza também é expressa em discursos de ódio e intolerância proferida por representantes políticos e religiosos.

Apesar dos “avanços” nas políticas com o direito a união estável e o reconhecimento da adoção que atravessam a trajetória de Toni Reis e seu companheiro David Harrad, como pontuam Correa et al. (2015) e Gonçalves e Silva (2019), há questões a serem debatidas e problematizadas. Sabemos que o casamento civil por pessoas do mesmo sexo não é amparado pela lei, o que permite brechas proibitivas. Vivenciamos recentemente discussões em âmbito nacional como a votação do projeto inconstitucional contra o casamento de pessoas LGBTQIA⁺ ocorrida em setembro de 2023.

A partir dos resultados encontrados podemos concluir que o assunto é pouco expressivo no âmbito da academia, recebendo alguma atenção do campo do Direito, das Ciências Sociais e da Comunicação. Isso sinaliza para uma dissonância entre as ações e discussões promovidas pelo movimento e como essa temática reverbera, ou não, nos espaços acadêmicos. Essa constatação abre espaço para questionamentos sobre o tipo de ciências humanas estamos produzindo, talvez excessivamente endógena à universidade.

As discussões sobre o Grupo Dignidade e Toni Reis são insipientes, à despeito da relevância e do papel político e social desempenhado pelos envolvidos. Desde 1992 a luta pela cidadania e os direitos das pessoas LGBTQIA⁺ é uma bandeira levantada pelo Grupo, sendo precursor no movimento homossexual no Paraná e tendo um diálogo junto à população

curitibana através de projetos sociais. É possível dizer que Toni Reis e o Grupo se colocam como mediadores e articuladores da causa junto às organizações públicas.

O percurso em prol da cidadania inclusiva aparece no horizonte, já que convivemos com resquícios de um governo que promoveu uma série de discursos de violência e a discriminação de diferentes grupos da sociedade, incluindo a população LGBTQIA⁺. Essa onda de ataques trouxe à tona o medo de viver em uma sociedade que nega o direito a esses sujeitos colocados à margem. Nesse embate, o Grupo Dignidade e Toni Reis firmam militância, buscando estratégias para a efetivação de políticas públicas de liberdade e igualdade.

O campo biográfico, em diálogo com a História Pública, pode ser uma possibilidade de ampliação da temática tendo o indivíduo como centro da narrativa, pois este não está condicionado às estruturas predeterminantes, mas atua e transforma o ambiente do qual faz parte (Velho, 2006). Ao trazer a vida para dentro da história, se atentando aos detalhes da dinâmica cotidiana, é possível explorar os meandros, singularidades e especificidades dos envolvidos. Logo, permite entender as potencialidades desses sujeitos que através de uma rede de sociabilidade forjam suas identidades.

Referências

ALMEIDA, Mayara; Zablonsky, Marcos. Ações de advocacy como garantia de diversidade na democracia. In: Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. 2019. Belém. **Anais [...]** Belém: Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, 2019, p. 1-15.

ANJOS, Brandon; MEZZOMO, Frank. “Uma luta do bem contra o mal”: a instrumentalização da agenda moral na eleição estadual paranaense. **Revista de Estudos de Religião**, v. 13, n. 2, p. 81-99, 2022.

BARZOTTO, Carlos; SEFFNER, Fernando. Escola Sem Partido e sem gênero: Redefinição das fronteiras público e privado na educação. **Educação e Contemporaneidade**, v. 29, n. 58, p. 150-167, 2020.

BAND UOL. Pastor André Valadão incita fiéis a matar LGBTs em culto nos Estados Unidos. Disponível em: <https://bitly.ws/3aZjC>. Acesso em: 10 maio 2025.

BARIFOUSE, Rafael. “Ninguém mais pode dizer que não somos uma família”. **BBC Brasil**. São Paulo. 9 abr. 2015. Disponível em: <https://bitly.ws/3aZjI>. Acesso em: 10 maio 2025.

BRASIL, Decreto n. 11. 341, de 1 de janeiro de 2023. Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania e remaneja cargos em comissão e funções de confiança. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, 2023. Disponível em: <https://bitly.ws/3aZjP>. Acesso em: 10 maio 2025.

LACERDA, Nara. Brasil teve quase 300 mortes violentas por LGBTfobia em 2024. **Brasil de Fato**, São Paulo, 18 jan. 2025. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2025/01/18/brasil-teve-quase-300-mortes-violentas-por-lgbtfobia-em-2024/>. Acesso em: 10 maio 2025.

BULGARELLI, Lucas. Um *impeachment*, algumas *tretas* e muitos *textões*: notas sobre o movimento LGBT brasileiro pós-2010. In: GREEN, James; QUINALHA, Renan; CAETANO, Marcio; FERNANDES, Marisa (Org.). **História do Movimento LGBT no Brasil**. São Paulo: Alameda, 2018, p. 487-499.

CARVALHO, Bruno Leal. Digitalização de jornais: uma reflexão sobre desafios e melhores práticas. **Acervo**, v. 29, n. 2, p. 89-102, 2016.

CORREA, Jessica et al. Adoção Homoafetiva no direito brasileiro. In: Seminário Internacional de Educação do Mercosul. 2015. Rio Grande do Sul. **Anais [...]** Rio Grande do Sul: Unicruz, 2015.

ENRICONI, Louise. Advocacy: o que é? **Politize**, 10 ago. 2017. Disponível em: <https://bitly.ws/3aZka>. Acesso em: 10 maio 2025.

FACCHINI, Regina. Movimento homossexual no Brasil: recompondo um histórico. **Caderno AEL**, v. 10, n. 18/19, 2003.

FACCHINI, Regina; Julian, RODRIGUES. Que onda é essa? Guerras culturais e movimento LGBTT no cenário brasileiro contemporâneo. In: MACHADO, Frederico; BARNART, Fabiano; MATTOS, Renan de (Org.). **A Diversidade e a Livre Expressão Sexual entre as Ruas, as Redes e as Políticas Públicas**. Porto Alegre: Rede UNIDA, 2017, p. 35-60.

FACCHINI, Regina; SIMÕES, Júlio Assis. **Na trilha do arco-íris: do movimento homossexual ao LGBT**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2009.

GONÇALVES, Carolina; SILVA, Samira. Os “LGBT+” como novos sujeitos coletivos de direitos: Lutas Políticas e Construções Jurídicas. **Revista Ensaios**, v.12, p. 99-118, jan./jun. 2018.

GREEN, James N. Como a história pública pode se comprometer com a diversidade LGBT? In: MAUAD, Ana Maria; SANTHIAGO, Ricardo; BORGES, Viviane Trindade (Org.). **Que história pública queremos? / What public do we want?** São Paulo: Letra e Voz, 2018, p. 249-260.

GREEN, James N. Homossexualidade e a história: recuperando o passado. **Revista Gênero**, Niterói, v. 12, n. 2, p. 65-76, 2012.

GRUPO DIGNIDADE. **Uma história de dignidade** – contribuindo para a construção da cidadania de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais (LGBT). Curitiba: Grupo Dignidade, 2008.

GRUPO DIGNIDADE. Disponível em: <https://bitly.ws/3aZkq>. Acesso em: 10 maio 2025.

LUCA, Tania Regina de. **História dos, nos e por meio dos periódicos**. PINSKY, Carla Bassanezi. Fontes históricas. 2 ed., São Paulo: Contexto, 2008, p. 111-153.

MOTTA, Rodrigo. A ditadura nas representações verbais e visuais da grande imprensa: 1964-1969. **Topoi**, v. 14, n. 26, p. 62-85, jan./jul. 2013.

O que significa a sigla GLS e por que ela foi substituída por LGBT⁺. **GZH comportamento**. Rio Grande do Sul. 29 de jun. 2023. Disponível em: <https://bitly.ws/3aZjv>. Acesso em: 05 maio 2025.

PEREIRA, Claudia. **Relações familiares homoafetivas: as contradições e a construção cotidiana das famílias vinculadas ao Grupo Dignidade**. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais Aplicadas). Universidade Estadual de Ponta Grossa. Ponta Grossa, 2014.

PEREIRA, Claudia. **Desafios e tensões no atendimento equitativo da família homoafetiva e da família transgênera:** um estudo sobre as Representações Sociais e Imagéticas no Campo da Saúde. Tese (Doutorado em Ciências Sociais Aplicadas). Universidade Estadual de Ponta Grossa. Ponta Grossa, 2021.

PEREIRA, Claudia. Interseccionalidade para a garantia da equidade no âmbito da saúde da população LGBTQI⁺ no Brasil. *In:* Ramon Missias Moreira (Org.) **Representações Sociais, saúde e qualidade de vida em tempos de pandemia COVID-19:** uma análise sobre Brasil e Portugal. Petrolina, Brasil: Editora UNIVASF, 2022, p. 110-123.

PIONTKIEVICZ, Celia; LIMA, Tatiana. A História pela visibilidade do Grupo Dignidade pela cidadania LGBT em Curitiba. *In:* Evento de Iniciação Científica- EVINCI. 2015. Curitiba. **Caderno de Resumos** [...] Curitiba: Uni Brasil, 2015.

RAMOS Jeferson. **A norma, os corpos e os prazeres:** Moral sexual, tra(ns)versalidades e “homossexualismo” no Paraná dos anos de 1970. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2019.

RAMOS Jeferson; MAIOR, Paulo Souto. Inventando a dignidade: a emergência da luta homossexual organizada no paraná. *In:* Elenita Malta Pereira; Rose Elke Debiase (Org.). **Movimentos sociais e resistências no Sul do Brasil.** Curitiba: Appris, 2020, p. 71-93.

ROVAI, Marta. Publicizar sem simplificar: o historiador como mediador ético. *In:* ALMEIDA, Juniele Rabêlo; MENESES, Sônia. **História pública em debate:** patrimônio, educação e mediações do passado. São Paulo: Letra e Voz, 2018.

SANTHIAGO, Ricardo. Palavras no tempo e no espaço: A gravação e o texto de história oral. *In:* ALMEIDA, Juniele Rabêlo; ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira (Orgs.). **Introdução à História Pública.** São Paulo: Letra e Voz, 2011, p. 97-108.

VELHO, Gilberto. Ciências sociais e biografia individual. **Estudos Históricos**, n. 38, p. 3-9, jul./dez. 2006.

ARTIGO 2

TRANSGREDINDO A NORMA: A CONSTRUÇÃO IDENTITÁRIA DE TONI REIS E A FORMAÇÃO DO GRUPO DIGNIDADE

Resumo: Neste artigo, exploramos aspectos das múltiplas dimensões de Antônio Luiz Harrad Reis, conhecido como Toni Reis, com foco em sua formação identitária e atuação pública. Para isso, estruturamos a análise em dois eixos: (I) sua infância e adolescência, marcadas pela “descoberta” da homossexualidade; e (II) sua atuação como ativista, especialmente na fundação do Grupo Dignidade e no enfrentamento da epidemia de AIDS nos anos 1990. Compõe o corpus empírico da pesquisa uma entrevista com Toni Reis, documentos e livros autobiográficos localizados no Grupo Dignidade. A partir da abordagem biográfica, problematizamos o movimento, as mudanças e os caminhos traçados por nosso personagem, entendendo que a vida não se constitui em uma estrada linear, senão por seus ramais, vielas e bifurcações, tão constitutivas dos sujeitos.

Palavras-chave: Toni Reis. Trajetória. Grupo Dignidade. História Oral.

A viagem se inicia..., mas, antes pensar nos preparativos

Na pós-modernidade, parece necessário pensar não em processos mais confusos, difusos e plurais, mas, especialmente supor que o sujeito que viaja é, ele próprio dividido, fragmentado e cambiante. É possível pensar que esse sujeito também se lança numa viagem, ao longo de sua vida, na qual o que importa é o andar e não o chegar. Não há um lugar de chegar, não há destino pré-fixado, o que interessa é o movimento e as mudanças que se dão ao longo do trajeto (Louro, 2004, p. 13).

No excerto acima, Guacira Lopes Louro (2004) apresenta a complexidade envolvida nas vivências dos indivíduos em uma sociedade multifacetada. A autora convida a abandonar a ideia de um ente unificado, que segue uma lógica linear e progressiva ao falar dos padrões cisheteronormativos impostos aos indivíduos desde o nascimento. Aos que não se enquadram nesse processo determinado, se desviando da rota, assumem uma “identidade desviante”, que em geral provoca ruídos e reclamos sociais. Assim como na construção de identidades, compreendemos que uma trajetória se constitui nos deslocamentos, trânsitos e desvios. Pensamos nessa construção de identidade como um percurso de uma viagem, ao longo do qual descobrimos lugares, encontramos pessoas e nos transformamos, deixando e levando de cada espaço que passamos um fragmento de nossa história.

Partindo desse entendimento, procuramos percorrer, nesse texto, alguns aspectos que constituem as múltiplas personas de Antônio Luiz Harrad Reis, conhecido como Toni Reis. Nesse caminho, procuramos sinalizar elementos de sua formação identitária, atentando-se para momentos da infância e adolescência e suas inserções públicas quando da constituição do Grupo Dignidade (GD). Essa organização surgiu em 1992 em Curitiba, Paraná, e tem atuado na defesa pela cidadania de pessoas LGBTQIA⁺, em um campo de possibilidades marcado pelas

eleições democráticas nacionais, as primeiras após o fim do regime militar brasileiro, e pela epidemia do HIV/AIDS na década de 1990.

Essa movimentação que nosso sujeito viajante encampa parte de alguns debates e experiências que se constituem a partir do movimento homossexual brasileiro⁴ (MHB) e dos rastros de uma memória dissidente em Curitiba, entre os anos de 1970 e 1990. As agitações políticas durante o regime militar fizeram emergir mobilizações através de dinâmicas de alianças e sociabilidades. Com a eclosão do HIV/AIDS entre as décadas de 1980 e 1990, algumas instituições passaram a realizar ações na luta contra a doença, gerando uma aproximação dos ativistas homossexuais junto a agenda política estadual e federal. Esses novos moldes de atuação ocorrem consoantes ao processo de redemocratização do país. Em 1992 surge em Curitiba o Grupo Dignidade, também tributário de experiências organizativas que ocorriam na capital paranaense (Green, 2018; Quinalha, 2018; Schmitz II, 2023; Macrae, 2018; Fachini, 2003; Fachini, Simões, 2009).

É oportuno lembrar que Curitiba foi palco de movimentações de identidades dissidentes, ou seja, de sujeitos que expressam modos de ser e de se identificar que desafiam e fogem das normas socialmente estabelecidas (Louro, 2004; Moreira *et al.*, 2024). Na década de 1950, o clube Tulipas Negras⁵ era frequentado por homens homossexuais da elite local, que se reuniam secretamente, a fim de se socializarem. Esses encontros ocorriam no edifício Kwasinski, na Praça Osório, no centro da capital. A presença desses sujeitos no espaço da cidade e no imaginário curitibano expressa um terreno de disputa entre narrativas, violência e silenciamento⁶. Durante as décadas de 1970 e 1980, o município, que visava à modernização das regiões centrais, iniciou junto aos órgãos de segurança uma cruzada moralista. A “limpeza dos indesejados” ocorria, a partir de prisões ilegais que se davam nas ruas e nos estabelecimentos de sociabilidades homossexuais, como foi o caso do Café Concerto Rainbow, fechado em 1979, sob a alegação de imoralidade. Outro rastro da memória dissidente é a circulação das revistas eróticas da Editora Grafipar, entre 1970 e 1983. Com sede na capital paranaense, as publicações giravam em torno do erotismo, do sadomasoquismo e do fetiche. Contemplando o público heterossexual e homossexual, o impresso chegou a alcançar 1,5 milhão

⁴ Segundo Fachini (2003), o termo movimento homossexual é entendido como o conjunto das associações e entidades, mais ou menos institucionalizadas, constituídas com o objetivo de defender e garantir direitos relacionados à livre orientação sexual.

⁵ Há poucos registros encontrados sobre os Tulipas Negras, que em sua maioria refere-se a reportagens e páginas policiais de jornais. O Prof. Dr. Remom Matheus Bortolozzi se dedicou em encontrar materiais dessa natureza e que estão disponíveis para consulta no acervo Bajubá, localizado em São Paulo. É possível encontrar mais informações em: <https://acervobajuba.com.br>.

⁶ O silenciamento, como aborda a historiadora Marta Rovai (2018), refere-se a censura e interdição dos sujeitos subalternizados, que pode ocorrer através do discurso hegemônico.

de exemplares mensalmente, além de inúmeras cartas de leitores de todo o país (Schmitz II, 2023; Folha de Parreira, set. 1994; Fernandes, Amaral, 2021).

Com base nesse terreno de movimentações e a partir de um trabalho de levantamento bibliográfico⁷, identificamos lacunas dessa temática no âmbito acadêmico, o que parece justificar o chamamento para problematizar essa pauta em torno das sexualidades não normativas no Paraná. Entendemos que, por meio de uma trajetória, é possível compreender o cenário de uma época e contribuir para pensarmos a efetivação de políticas públicas voltadas para estes grupos e setores da sociedade. Assim, construímos esse texto em dois eixos de discussão: (I) a infância e adolescência de Toni Reis e a “descoberta” da homossexualidade; e (II) seu ativismo na constituição do Grupo Dignidade e a principal bandeira do período, o combate e a prevenção da AIDS na década de 1990.

O *corpus* documental que utilizamos é constituído por uma entrevista com Toni Reis, jornais de época – como o Diário da Tarde, Estado do Paraná, Folha de Londrina, Jornal do Estado e Folha de São Paulo –, dois livros autobiográficos, relatórios e atas do Grupo Dignidade⁸. A trajetória de nosso viajante, como entendemos Toni Reis, ajuda a problematizar o movimento, as mudanças e os caminhos percorridos, entendendo que a vida não se constitui em uma estrada linear, senão com seus ramais, vielas e bifurcações, tão constitutivas dos sujeitos.

“Seja você, mesmo sem permissão”: nasce um sujeito de sexualidade desviante

É comum em filmes, novelas ou séries a presença de trilha sonora. O personagem principal, geralmente, conta com uma canção que expressa seu percurso, dando sentido a sua trajetória no decorrer da trama. Com Toni Reis, não é diferente. A composição denominada *My Way*, interpretada pelo cantor norte-americano Frank Sinatra, é considerada como a letra que melhor traduz sua vida. Ela foi citada quando realizamos uma entrevista⁹, no dia 23 de julho de

⁷ Trata-se do texto “Pelo direito de ser quem somos: uma revisão bibliográfica sobre o Grupo Dignidade e Toni Reis”, de nossa autoria, publicado na Revista Interfaces Científicas – Humanas e Sociais, em 2024.

⁸ A entrevista semiestruturada foi realizada em 23 de julho de 2024, na sede do Grupo Dignidade, a pedido de Toni Reis. Optamos pela gravação em audiovisual, pois esse material ficará sob guarda do Centro de Documentação Prof. Dr. Luiz Mott, CEDOC LGBTI⁺. Os materiais empíricos que compõem a pesquisa também foram disponibilizados pelo acervo a partir da coleção “Grupo Dignidade”.

⁹ A entrevista com Toni Reis foi realizada em uma tarde fria típica de Curitiba. Em uma pequena sala de atendimento, ele recebeu de forma amistosa e aberta as perguntas, uma característica de sua experiência em lidar com a esfera pública. Ao longo da conversa houve momentos de silêncio, pausa e emoção, em especial quando tocamos em assuntos dolorosos de sua trajetória e ao falar sobre o possível legado de militância à frente da pauta LGBTQIA⁺.

2024, na sede do Grupo Dignidade, ao relembrar momentos de sua trajetória e de seus 40 anos de ativismo.

A entrevista em história oral, abordagem utilizada em nossa pesquisa, configura-se como um campo metodológico e epistemológico marcado pela multivocalidade, acolhendo a interlocução entre as vozes do entrevistado e pesquisador. Nesse processo, é compreendida não apenas como uma técnica de coleta de informações, mas como um espaço relacional e dialógico, em que se produzem sentidos a partir do encontro entre memórias, expectativas e intencionalidades. O que interessa ao pesquisador nem sempre corresponde ao que o narrador deseja expressar, ocorrendo, portanto, um tensionamento entre expectativa e entrega, entre pergunta e revelação (Portelli, 2010). No diálogo com Toni Reis, essa complexidade se manifestou de maneira evidente. Sua narrativa priorizou acontecimentos que, em sua perspectiva, assume centralidade na construção de sua trajetória subjetiva e política, especialmente aqueles marcados por experiências de superação, enfrentamento de adversidades e afirmação identitária. Havia uma intenção clara de afirmar um percurso de resistência e conquista, mais do que expor sua participação nos sindicatos e partidos políticos. Tal escolha narrativa revela não uma omissão, mas uma intenção, um movimento: o de construir um legado simbólico.

A intencionalidade narrativa, longe de ser um dado isolado, evidencia como a história oral opera como em um território de resistência, sobretudo quando aplicada às trajetórias de populações historicamente marginalizadas. É um campo de disputa de memória, onde silêncios, esquecimentos e lembranças se entrelaçam. Nesse sentido, em consonância com uma pauta inclusiva da história pública, a história oral potencializa os registros e amplifica experiências da memória LGBTQIA⁺ a partir da sensibilidade e reconhecimento de quem narra. Em uma dimensão coletiva, tais narrativas não expressam apenas as existências singulares, mas também tensionam os discursos hegemônicos sobre sexualidade, gênero, cidadania e pertencimento. Elas assumem, assim, um papel político-pedagógico, configurando-se como práticas de história pública comprometidas com a transformação social. Logo, ao acionar um papel de escuta sensível, ou seja, o ato de ouvir o outro a partir de uma relação dialógica, assumimos a responsabilidade quanto às narrativas daqueles que esperam de nós ouvidos atentos (Rovai, 2011, 2015, 2024; Portelli, 2016).

Após chegarmos à estação na qual localizamos nosso biografado, iniciamos a viagem. Partiremos de um passado recente, deslocando-nos para o ano de 2018, momento em que o Brasil vivenciou a vitória de Jair Messias Bolsonaro (2018-2022) para presidência do país. Incertezas, medo e insegurança em relação aos direitos eram algumas das preocupações

enfrentadas pelo movimento LGBTQIA⁺ naquele momento. No período de transição governamental, no mês de novembro do mesmo ano, a pastora evangélica Damares Alves foi anunciada como futura ministra dos Direitos Humanos. Nessa ocasião, instituições defensoras dos direitos LGBTQIA⁺ foram convocadas para apresentarem um documento contendo suas reivindicações ao Estado. Na busca de diálogos, Toni Reis, presidente da Aliança Nacional LGBTI⁺¹⁰, afirmou ao ser perguntado sobre a nomeação da pastora: “o bom barqueiro é aquele que não reclama do vento, e sim ajeita as velas”¹¹. Apesar das divergências e das bandeiras levantadas pela ministra, Toni foi diplomático, reafirmando uma prática – um tanto controversa – de estabelecer diálogos com diferentes setores da sociedade, fossem eles progressistas ou conservadores. No trajeto dessa viagem, acompanhando o viajante, inferimos que as paradas eram importantes. Desbravar o que se encontra no percurso é ir além da superficialidade de apenas observar o caminho. Tal postura faz jus ao desafio de entender as complexidades e singularidades de cada indivíduo, descortinando uma história pelo buraco da fechadura (Neto, 2022).

Sáimos de 2018 e retrocedemos para 1964, início da ditadura militar no Brasil, evento político que depôs João Goulart da Presidência da República, dando início ao governo do general Castelo Branco. No sábado, dia 20 de junho daquele ano, nascia em Limeira, distrito de Coronel Vivida, no Sudoeste do Paraná, Toni Reis. Filho da paranaense Maria Conceição dos Reis e de Miguelino Martins dos Reis, de São Leopoldo, Rio Grande do Sul. Sobre os momentos com o pai, nosso viajante não se recorda, já que ele teria falecido quando menino tinha um ano de idade.

Vivendo na zona rural, morava em uma casa de madeira com pomar, repleto de variadas frutas, como bergamota, laranja e limão. O leite, da vaca Uveirinha, era ordenhado por sua mãe, com o qual alimentava outros seis irmãos. Todos gostavam de jogar bola – aquela, de meia velha, que enchem de pano –, atividade que Toni diz não gostar. Preferia brincar de casinha, tendo uma penteadeira, onde guardava os perfumes, e um armário, que era a cozinha, pelo qual simulava exercer seus dotes culinários. Quando ganhava carrinhos e bolas, usava-os para compor a decoração da “casa” imaginária (Harrad, Reis, 1996). Por não apreciar o esporte, relata que os irmãos caçoavam e o agrediam na ausência da mãe, gerando sentimento de medo e aversão. Eles possuíam profissões consideradas socialmente masculinas, já Toni não tinha

¹⁰ A Aliança Nacional LGBTI+ é uma organização sem fins lucrativos que luta pelos direitos das pessoas LGBTI+ no Brasil. Fundada em 2003, tem como diretor presidente Toni Reis. É possível encontrar mais informações em: <https://aliancalgbti.org.br>.

¹¹ Notícia publicada no site Amazonas atual em 07/12/2018. Disponível em: <https://amazonasatual.com.br/ha-dialogo-no-fim-do-tunel-com-ministra-pastora-diz-presidente-da-alianca-lgbti>. Acesso em: 05 maio 2025.

força que as atividades braçais exigiam. Todos “eram pedreiros, marceneiros, chapeiros e tinham uma oficina mecânica e queriam me colocar para trabalhar. Era horrível, porque sujava as mãos e eu não conseguia” (Reis, 2024).

Sabemos que, ao nascer, inicia-se um percurso de construção identitária dos sujeitos que, dentro da norma, assumem papéis pré-estabelecidos. A ordem social, construída a partir do modelo do homem, cis e hétero exclui aqueles que porventura se desviam desses marcadores. Nesse sentido, como propõe Judith Butler (2019), a identidade não deve ser compreendida como algo fixo ou imutável, mas como um ponto de partida em constante processo de negociação. A constituição identitária se dá de forma performativa, ou seja, por meio da repetição de atos, discursos e práticas situadas em contextos sociais específicos.

Nesse processo, corpos são disciplinados através de organismos como a família, o estado e a religião. Para além desses dispositivos, as relações de poder se constituem das interações sociais se manifestando nas trocas cotidianas entre discursos e saberes. Não se estabelece apenas como aparato repressivo, mas produz comportamentos (Foucault, 1979; Louro, 2004). Essas questões vivenciadas por Toni expressam a pressão social em se conformar a papéis de gênero rigidamente definidos e classificados como masculinidade. Não se adequando ao ambiente de trabalho, e no enquadramento de gênero, nosso personagem se desvia do que, socialmente, se espera de uma performance masculina. Logo, a agressão física é também ampliada por diferentes tipos de violência simbólica. Essa é uma prática de dominação, que atua por meio de mecanismos sociais, culturais e linguísticos, que se manifesta nas relações e no cotidiano (Bourdieu, 2019).

Em um certo período da adolescência, Toni recorda do filho da vizinha, um garoto chamado Ney, que havia inventado uma *fake news* sobre uma alegada relação entre os dois. Os rumores se espalharam, o que gerou piadas promovidas pelos irmãos. Nessa época, ele diz que não sabia o significado de ser gay (Reis, 2024). O impacto quanto aos boatos sofridos evidencia um processo de homofobia internalizada e questionamentos quanto a sua identidade e autoimagem. Por não se entender como homossexual, não possuía conhecimento de termos como “viado” e “bicha”, mas presumia seu caráter pejorativo, sendo utilizados para ofender alguém, independentemente de sua orientação sexual. James Green (2000) sinaliza que essas expressões também definiam os comportamentos sexuais masculinos. Logo, o sujeito afeminado rompia com o padrão de masculinidade do homem heterossexual. Transgredindo tais papéis, esses termos foram sendo apropriados e ressignificados por esses indivíduos, passando a ser utilizados como motivo de orgulho e existência pela comunidade.

Até os 10 anos, Toni e a família viveram em Limeira e em Pato Branco, Sudoeste do Paraná. Após esse período, muda-se para Quedas do Iguaçu, na região oeste, considerada para ele sua cidade natal por recordar de maiores detalhes de sua vida (Harrad, Reis, 1996). Nesse caminho, nosso viajante destaca alguns momentos significativos e de mudanças expressivas em relação a sua identidade. Entre os 14 e 19 anos enfrentou um processo de conflito pessoal ligado à sua religiosidade, pois almejava a vocação sacerdotal ao tempo que se descobria como homossexual. Durante essa época, estudava no Colégio Anchieta, uma instituição educacional administrada por freiras, além de se integrar em atividades e ações promovidas pelas religiosas. Diz Toni Reis (2024), em um momento da entrevista:

Nessa época eu queria muito ser padre e por isso participava de todas as ações das irmãs. Elas me adoravam. Lembro de uma coisa que me marcou muito. Teve um show de talentos e eu escolhi dublar Sidney Magal, cantar a música Sandra Rosa Madalena e outra de Gretchen. Terminou a atividade e meu diretor espiritual falou: acho que não dá para ser padre. Porque padre tem que ser mais comedido.

Apesar de envolvido com a vida religiosa e se sentir parte dessa comunidade, observamos que, ao participar do show de talentos, há uma inversão de comportamento em relação ao que se espera de um futuro sacerdote: figura que adota, tradicionalmente, uma postura mais recatada. Ao buscar ajuda do padre, este teria enfatizado que o garoto estava em estado de pecado, sugerindo-lhe fazer uma novena para Nossa Senhora do Perpétuo Socorro. Após uma série de “recaídas”, Toni relata que foi excluído da igreja, sendo afastado do grupo de jovens e dos encontros vocacionais (Reis, 2024). A postura do líder religioso expressa uma rejeição de Toni Reis dos espaços de sociabilidade que giraram em torno da escola, da catequese e demais atividades litúrgicas em torno da igreja. Impondo um afastamento social e espiritual, o discurso moralista marca um episódio doloroso e que agrava o conflito interno do personagem: parte da família e membros da igreja não o acolhiam, repeliam do convívio social e sinalizavam para um futuro *in off*.

A Igreja católica, enquanto instituição que contribui na formação de percepções e valores, influencia no discurso do que é aceito em uma dada sociedade. A tensão entre pertencer a um organismo religioso e se sentir excluído atinge não apenas a fé, mas, sobremaneira, sua identidade. Para ser acolhido, deve deixar o “estado de pecado”, como adverte o padre, e acatar os preceitos da religião, o que significa viver uma relação heterossexual (Souza, 2020). Diante das pressões sentidas, Toni teria admitido para sua mãe que era doente e pecador, situação que lhe causava culpa e vergonha. Com o passar dos dias e meses, o sentimento de culpa se agravou,

de modo que evitava, até mesmo, sair de casa e manter contato com as pessoas do seu entorno. Esse cenário de isolamento como fuga da realidade vivenciada é acarretado por fatores como medo da rejeição, a falta de apoio, entre outros fatores emocionais que acometem inúmeros jovens LGBTQIA⁺, ocasionando o que a psicologia denomina como estresse de minoria¹² (Meyer, 2003; Paveltchuk, Borsa, 2020). Ao falar sobre a homossexualidade para sua mãe, ela teria chorado. Essa reação expressa uma série de aspectos relacionados as suas crenças pessoais, religiosas, valores e expectativas em uma sociedade que assume um modelo heterossexual.

Diante do martírio vivenciado, Toni Reis tenta alcançar soluções em outras religiosidades, buscando diferentes caminhos para a “cura”:

Eu fui na igreja do pastor Gilson, da Assembleia de Deus. Lá tinha de manhã a cura, o sangue de Cristo tem poder. Cheguei e o pastor disse: esse menino tem um problema e vamos orar por ele. O pastor não falou o problema que eu tinha para os membros da igreja. Rezamos seis meses, mas não deu certo (Reis, 2024).

No discurso do pastor, a homossexualidade é vista como um mal que não pode ser exposto à comunidade religiosa. Em um processo de libertação dos desejos, são acionadas orações realizadas em um longo período de tempo. Sabemos que a “cura gay” nas igrejas evangélicas, estabelecidas por meio de campanhas de “cura e libertação”, expressam a homofobia presente nas instituições (Natividade; Oliveira, 2009). A frustração diante da falta de resultados leva Toni e sua família a recorrerem a um pai de santo. Este, por sua vez, afirmou que o jovem teria uma Pombagira com duas cabeças desgovernadas. A solução, então, seria fazer uma oferenda, levando batom e champanhe, o que foi feito, com a ajuda de sua mãe e seus irmãos. Dentro de religiões de matriz africana, a Pombagira é considerada um exu feminino que lida com questões amorosas e desejos sexuais. Sendo no quimbanda uma entidade ligada às fraquezas humanas, ela transita entre os mundos espiritual e humano (Prandi, 2022; Barros, 2007). Mesmo com esses esforços, e diante de pressões sociais enfrentadas, nosso viajante se vê em uma crise marcada por pensamentos suicidas, agudizada pelo sentimento de exclusão, isolamento e tristeza.

¹² O estresse de minoria (EM) é uma teoria que defende que as minorias sociais enfrentam fatores estressantes que levam o adoecimento mental devido à constante opressão. O termo ganhou destaque com o psiquiatra americano Ilan Meyer durante a década de 1990 (Meyer, 2003).

Na trajetória de Toni Reis, desde sua infância e adolescência, fica marcada suas aproximações com o universo da religião, em especial da católica. Sobre isso, ele fala de suas concepções:

Eu acredito que há algo muito superior a gente e que Deus é dez. O meu Deus dança, o meu Deus não é punitivista. O meu Deus não é misógino. Não sou hermeneuta, mas eu gosto da ideia que a gente cria os deuses e, o meu Deus, é o da Igreja Católica. Eu gosto muito dos rituais, mas eu sou crítico da igreja (Reis, 2024).

Nessa relação entre indivíduo e sua espiritualidade, concluímos que Toni relata uma visão inclusiva de um Deus que acolhe os sujeitos. Essa concepção chama atenção, pois contrasta com os discursos religiosos tradicionais que apresentam um caráter de punição frente aos pecados, principalmente, no que se refere à homossexualidade. Nota-se uma crítica à maneira como, em geral, se interpretam e utilizam determinadas concepções espirituais. Outro ponto interessante é o modo como Toni Reis valoriza os aspectos culturais e simbólicos da tradição ao reconhecer a influência da Igreja Católica. Porém, se opõe à visão de alguns dogmas e preceitos como a falta de liberdade individual. Esse entendimento expressa o debate da espiritualidade na contemporaneidade e a busca por sentido diante às experiências humanas. Com o advento da modernidade, a religiosidade passa assumir uma fluidez, essa fragilidade quanto as certezas até então definidas pela religião dá lugar a novas ressignificações da fé, em que o indivíduo se apropria e reinterpreta as tradições (Mezzomo, Anjos, 2020; Silveira, 2014).

A dimensão religiosa na vida de Toni Reis ultrapassa os momentos vivenciados na infância e adolescência, como presenciamos, em sua casa, e na companhia de David Harrad, seu esposo. Era o dia 27 de julho de 2024: um sábado ensolarado, mas frio na cidade de Curitiba. A equipe de pesquisadores do Centro de Documentação Prof. Dr. Luiz Mott (CEDOC LGBTI⁺), atualmente formada por Alisson Gonçalves, Alberto Schmitz II, Vanessa Bueno e Izabela de Paula Gomes, foi convidada para discutir projetos a serem desenvolvidos pelo Grupo Dignidade em parceria com o CEDOC LGBTI⁺. Subimos as escadas do prédio e fomos recebidos pelo cachorro, de médio porte, do casal. Na sala, há uma parede repleta de fotografias e ações realizadas pelo casal, além de fotos dos três filhos. Chama atenção uma carta assinada com a fotografia do Papa Francisco com uma moldura verde ao lado das recordações de viagens realizadas com as crianças. O anfitrião não titubeia, e com regozijo diz que a missiva do

Vaticano autorizava o batizado de seus filhos. Esse material simbolizou para ele a “aceitação” da sua família no seio maternal da Igreja, enquanto fiéis e membros da instituição religiosa¹³.

Os aspectos religiosos também estão presentes na constituição familiar. O batismo dos filhos e o casamento demonstra que a religião promove sentidos e significados em sua vida. Além disso, intuímos que, em torno do Papa Francisco, como liderança religiosa, vem à tona debates entre diferentes alas do catolicismo, sobretudo, quando as temáticas giram em torno da sexualidade. Compreendemos as novas fronteiras entre sexualidade e religião colocadas sempre de lados opostos, mas que constituem a identidade de nosso viajante.

Voltamos para a juventude de nosso biografado. Toni se encontrava sem esperanças sobre o que sentia em relação ao desejo por pessoas do mesmo sexo. Diante do insucesso das novenas e orações familiares, a “cura” da homossexualidade poderia vir pela medicina, quando sua mãe o acompanhou a uma consulta com o doutor Antônio Freire, em Pato Branco. Ao revisitar essa memória, Toni afirma que o especialista lhe teria informado sobre sua homossexualidade. O profissional, além disso, teria aconselhado o jovem a se dedicar aos estudos e se deslocar para a cidade maior, devido à discriminação enfrentada nas regiões interioranas. Essa postura se difere da abordagem tradicional e patológica, que via a homossexualidade como desvio mental. Em um exercício de solidariedade e apoio, o médico aponta alternativas para que Toni pudesse viver de maneira autêntica.

Ao falar das pequenas cidades, vemos a valorização de tradições e aspectos morais que colidem com as identidades alternativas, causando sofrimento a esses indivíduos. Essa possível “aceitação”, nos grandes centros, faz emergir múltiplos trânsitos e dinâmicas nas metrópoles. A diversidade cultural e os diferentes fluxos identitários possibilitam a construção de sociabilidades, e de um espaço destinado ao público homossexual formando uma rede de apoio a esses sujeitos. Durante a década de 1970, as relações entre pessoas do mesmo sexo começam a sair da “clandestinidade” para ocupar locais públicos e que, posteriormente, se tornam palco de uma espécie de resistência pública (Macrae, 2018; Feitosa, Silva, Zacarias, 2020).

O processo de se entender homossexual foi marcado por desafios. Toni enfatiza que não tinha nenhuma referência sobre homossexualidade masculina. Na televisão, esses sujeitos eram vistos como personagens caricatos que traziam o alívio cômico, dentre eles, Capitão Gay (Jô Soares) e Haroldo (Chico Anísio), o que reforçava o estereótipo da homossexualidade. A falta de representação dentro do âmbito público e o isolamento devido a hostilidade em relação a sua

¹³ Toni e David formalizaram o casamento civil, cuja cerimônia ocorreu na Igreja Episcopal Anglicana do Brasil e oficiada pelo bispo Primaz Dom Naudal Alves Gomes, em 2018.

orientação sexual fazia com que ele encontrasse nos estudos um modo de se expressar e buscar aceitação (Reis, Harrad, 1996).

Não conseguindo prosperar na carreira eclesiástica, Toni viu nos estudos uma maneira de se encontrar e, posteriormente, iniciar seu ativismo político. Na escola, buscava ser um dos melhores alunos, criando estratégias para sobreviver em meio ao sistema educacional que reproduz violências contra corpos dissidentes. Sentindo-se inferior perante os comentários dos irmãos, e na busca por respeito diante da sociedade, Toni foi aprovado no concurso para funcionário do Banco do Brasil. Porém, a escolha da profissão acabou sendo outra.

Nos deslocamos, temporalmente, para 1984, quando Toni sentiu liberdade após passar as férias em Balneário Camboriú, Santa Catarina. Em dias regados a festas e rapazes, ele conta que ali foi o momento de extravasar o que havia reprimido durante sua vida (Reis, Harrad, 1996). Após voltar dessa experiência, mudou-se de Quedas do Iguaçu para Curitiba, iniciando sua formação acadêmica no curso de Letras pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Escolheu esse curso em período noturno, pois trabalhava durante o dia para se sustentar durante essa época.

Na mudança para Curitiba, se engajou em questões políticas e sociais, participando de agremiações políticas, como o Partido dos Trabalhadores (PT), e frequenta movimentos estudantis e de professores. Morou na Casa do Estudante Universitário do Paraná (CEU), assumindo a liderança de 414 estudantes, após vencer as eleições, concorrendo contra seis candidaturas, cujo mandato se estendeu de 1987 a 1988. Nesse período, enfrentou a violência e a discriminação em relação a sua identidade perante a comunidade estudantil. O jornalzinho feito por estudantes contrários à sua candidatura, por exemplo, questionava sua liderança por ser homossexual. Esse episódio demonstra os desafios que indivíduos LGBTQIA⁺ enfrentam em diferentes ambientes e mesmo em posições de liderança (Reis, 2024).

Ao lançarmos o olhar sobre uma biografia e reduzindo a escala de observação, temos como foco desvendar os fios que ligam as esferas do indivíduo e da sociedade, sem que uma se sobreponha à outra (Levi, 1992; Schmidt, 1996). Entender a construção identitária de um sujeito envolve a compreensão das diferentes camadas que o constitui. Na dinâmica das relações cotidianas, observamos que, enquanto estudante, esses eventos vivenciados por nosso viajante são mais que situações passageiras, pois revelam a (in)intensidade das trocas humanas, das disputas de poder que ocorrem nas micro relações, de maneira horizontal (Foucault, 1979). Logo, podemos compreender como o sujeito e a sociedade mutuamente se impactam. Toni Reis parece ter se desviado da rota determinada desde o nascimento e buscou criar estratégias, a fim de seguir sua própria estrada. “Eu quebrei os meus aquários, porque a sexualidade é um

oceano”, afirmou Toni (2024), acrescentando que a liberdade em ser quem é ultrapassa as fronteiras, ou nessa metáfora, rompe as margens que o sufocava.

“A bicha vai se organizar”: a construção pública de Toni Reis e a formação do Grupo Dignidade

Como Antônio Luiz Martins dos Reis se tornou Toni Reis? Essa foi uma das indagações que me fizeram refletir sobre a construção de uma figura pública conhecida por parlamentares e ativistas do movimento LGBTQIA⁺. Como integrante e pesquisadora do Grupo Dignidade, frequentemente, escuto, em reuniões e atividades de caráter público, como a trajetória de Toni se cruza com a formação do Grupo Dignidade. Procuramos, pois, compreender a construção da sua persona política e o surgimento do Grupo Dignidade, ocorrido em um dos momentos emblemáticos da sociedade brasileira, que se deu em meio à euforia das eleições democráticas nacionais em 1989 e as ações em torno da epidemia do HIV/AIDS.

A história de Catarina, narrada por Velho (2003), é um lampejo de luz para analisarmos o nosso personagem. Catarina é uma jovem de Açores que imigrou para os Estados Unidos com sua família. A trajetória da garota se dá a partir de suas múltiplas relações com os familiares, com a escola e os espaços sociais que frequenta. Essa dinâmica ocorre em meio à efervescência política e cultural do país na década de 1970. Diante da complexidade da sociedade, os sujeitos fragmentados adotam diferentes identidades. Inseridos em um *campo de possibilidades*, que se estabelece enquanto terreno de diferentes dimensões socioculturais, a Catarina formula *seus projetos*, a fim de alcançar finalidades específicas. Os projetos se modificam, assim como os sujeitos se transformam através dos projetos, pois a globalização e a fragmentação da sociedade promovem novas concepções sociais e identitárias.

Estamos com nosso viajante em fins dos anos de 1980 e início da década de 1990. Após se formar em Letras, em 9 de março de 1989, Toni embarca em sua aventura para a Europa. Agora com 24 anos de idade e com as passagens adquiridas com apoio da mãe, o jovem entra com 10 dólares na Espanha. Em uma conversa informal que tivemos, já referida acima, comenta que sua experiência internacional contou com o jeitinho brasileiro e um mês vivendo nas ruas, onde foi ajudado por mulheres trans e travestis, auxiliando com roupas e alimentação. Após esse período, conseguiu trabalho em um circo como cuidador de animais (Reis, 2024).

Entre 1989 e 1991, participou de manifestações e movimentos organizados. Estando em países como Espanha, Inglaterra, França e Itália, se engajou no ativismo, tendo participado em 1989, em Viena, da primeira conferência da Associação Internacional de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Transsexuais e Intersexos (ILGA). Nessa ocasião, durante passagem pela

Inglaterra, conheceu David Harrad, que passaria a ser seu esposo e com quem convive há 34 anos. Os dois se conheceram na saída da estação de Highgate, em Londres. Nessa época, David era casado com uma mulher, e Toni o ajudou a se entender como homossexual (Reis, Harrad, 1996).

Depois da separação de David, em 1991, ambos embarcam para o Brasil. Influenciados pelas experiências políticas e pela interação com ativistas da segunda onda¹⁴ do movimento homossexual brasileiro, decidiram fundar um grupo de luta. Toni relata que o gatilho, ou seja, o estopim para a decisão aconteceu depois de uma discriminação sofrida no aeroporto.

No aeroporto de São Paulo, eu perdi uma mala e tive que descrever ao atendente sobre o ocorrido. Eu tinha comigo o Luiz Gustavo, um coelhinho de pelúcia. Aí o cara começou a discriminar, dizendo coisas como, ‘ah, então você é bicha’. Sabe quando você se sente assim? Quando volta aos 14 anos. Aí puxa os meus gatilhos. Deixa que a bicha vai se organizar. Chegamos em Curitiba e começamos a fazer a organização no nosso apartamento (Reis, 2024).

Toni Reis, seu companheiro David Harrad e cinco amigos, todos professores, criam o Grupo de Entendidos e Entendidas do Paraná (GEEP)¹⁵. Posteriormente, a instituição passa a adotar o nome Grupo Dignidade, pela Conscientização e Emancipação Homossexual. Fundado em 14 de março de 1992, atuava inicialmente de maneira informal, realizando reuniões quinzenais no próprio apartamento, situado na Rua Cruz Machado, 353 (Ata Fundação, 14 mar. 1994). O intuito do grupo era compartilhar experiências, questionamentos, dúvidas e discussões acerca da homossexualidade. Toni Reis narra sobre a importância em obter o registro formal do Dignidade, afinal, a institucionalização, além formalizar a existência, conferiria legitimidade legal e social para os projetos que se almejavam desenvolver a partir do grupo.

A primeira reportagem sobre o surgimento da organização se deu em 23 de junho de 1992 pelo jornal Estado do Paraná, com o título “Gays criam grupo de luta em Curitiba: o movimento quer garantir os direitos dos homossexuais e batalhar contra o preconceito”. Na foto da matéria, temos Toni Reis, David Harrad e Valéria, que na época era professora de geografia

¹⁴ Para Regina Facchini (2002), o movimento homossexual brasileiro pode ser compreendido em três momentos, ou ondas. A primeira onda ocorreu no final da década de 1970, tendo como marcos o surgimento do grupo SOMOS e o lançamento do periódico Lampião da Esquina. A segunda compreende a década de 1980, marcada pela epidemia do HIV/AIDS e a redemocratização brasileira, tendo Luiz Mott e Antônio Mascarenhas como expoentes. E a terceira ocorre na década de 1990, considerado um período de reflorescimento do movimento, com uma grande proliferação de grupos, associações e ONGs ligadas ao movimento LGBTQIA⁺ e a prevenção a Infecções sexualmente transmissíveis.

¹⁵ O termo “entendido” refere-se aos homossexuais que tinham medo de se expor, buscando uma forma de se identificar de uma maneira menos explícita devido a discriminação que esses indivíduos enfrentavam.

e uma das primeiras mulheres lésbicas da instituição. A repercussão desse acontecimento foi, nas palavras de Toni Reis, “um *boom* em Curitiba, foi um caos na minha vida”, já que na época atuava como professor da rede pública do Estado do Paraná.

O diretor me ligou e falou, Toni, nós sabemos que você era viado. Por que você vai contar? Finja que você não é e a gente finja que não sabe. Você pode ficar 15 dias sem dar aula. Teve várias resistências, falavam que eu sujava a imagem do magistério (Reis, 2024).

Apesar de ter sido orientado a não realizar suas atividades como professor, Toni relata que foi até São José dos Pinhais, cidade onde atuava como professor de Inglês, para dialogar com os professores e estudantes a respeito da sua sexualidade. A postura do diretor, ao querer que Toni escondesse sua orientação sexual, reflete um problema na escola que, em suma, deveria ser um ambiente inclusivo. Mesmo sendo um espaço de formação, a escola reproduz padrões sociais, perpetuando valores, naturalizando hierarquias e sistemas de opressão e reiterando as desigualdades. Logo, nega a homossexualidade mediante a concepção heteronormativa (Lionço, Diniz, 2009; Louro, 2001).

Imagem 1: Ata de fundação e reportagem sobre o Grupo Dignidade



Fonte: Acervo Centro de Documentação Prof. Dr. Luiz Mott - CEDOC LGBTTI⁺

O Grupo Dignidade surge no processo de transformações políticas e novos moldes do movimento homossexual brasileiro, em um momento que explodia no Brasil a epidemia da AIDS. Com ela, a população evidenciou outras violências para além das repressões policiais. A desinformação de que a doença era propagada por homossexuais masculinos trouxe à tona discursos religiosos, que enxergavam na doença um castigo de Deus, como resultado da prática pecaminosa. A mídia, enquanto formadora de valores e comportamentos, estampava nas páginas de jornais rostos famosos e as consequências letais da doença. Por meio de uma chuva de distorções e equívocos, iniciou-se uma onda de perseguição a homossexuais, gerando um pânico moral no que tange a liberdade sexual, colocada por diferentes setores da sociedade como promiscuidade e impureza (Luca, 2011; Pelúcio, Miskolci, 2009). Em 1989, a Revista Veja trazia a seguinte manchete: “Cazuza: uma vítima da Aids agoniza em praça pública”. O cantor e compositor brasileiro foi uma das primeiras personalidades a assumir ser soropositivo. O texto, de cunho preconceituoso, evidencia uma espetacularização da doença o que reforçava o estereótipo de ser gay.

Entre as décadas de 1980 e 1990, o movimento homossexual esteve relacionado a políticas de enfrentamento da AIDS. Diante dos primeiros casos no Brasil, foi criado o Grupo de Apoio à Prevenção à AIDS (GAPA), vinculado à Secretaria da Saúde de São Paulo, que prestava assistência aos soropositivos e fiscalizava a atuação médica (Macrae, 2018). Porém, é importante ressaltar as tensões quanto à agenda da epidemia e dos movimentos sociais. Alguns grupos homossexuais, como o Arco Iris e o Triângulo Rosa, liderado por João Antônio Mascarenhas, do Rio de Janeiro, não assumiam esse papel de combate do vírus por buscarem se dissociar dessa pauta em função dos marcadores estigmatizados (Caetano, Nascimento, Rodrigues, 2018). Outras organizações, primordialmente, aquelas formadas por homens gays, se alinharam aos programas de políticas públicas para o combate da doença, se articulando na luta de enfrentamento e assumindo uma agenda política na promoção de cidadania e direitos humanos (Andrade, 2002). Essa parece ter sido a postura do Grupo Dignidade, que se aliou à pauta, na busca em combater e promover a prevenção e informação a sociedade sobre o vírus. Vale ressaltar os altos índices de casos de portadores do vírus na capital paranaense, além de ser uma realidade presente entre os membros da organização.

Toni relata que João Antônio Mascarenhas e Luiz Mott inspiraram o seu ativismo, ainda que com opiniões opostas sobre quais posicionamentos tomar relativamente ao HIV/AIDS. Mascarenhas acreditava que o combate ao vírus era um problema de saúde pública, enquanto Mott defendia que as ONGs trabalhassem com a questão do HIV. Apesar de Toni assumir uma visão ligada a Mascarenhas devido ao estigma sobre os homossexuais, acaba adotando a postura de Mott, em decorrência das preocupações em torno da doença e a forma como esta atingia os homossexuais (Reis, 2024).

O mote das reuniões do Grupo Dignidade girava em torno das causas da homossexualidade. Encontrando-se aos sábados, contava com homossexuais de diferentes classes sociais, que frequentavam o espaço por diversos motivos: dúvidas sobre o HIV/AIDS, preconceito, rejeição familiar, solidão, curiosidade, entre outros. Toni conta que enviava cartas para grupos do movimento nacional e internacional além de dialogar com o Grupo Pela Vida Paraná¹⁶, que trabalhava com questões relacionadas ao HIV/AIDS.

Uma das primeiras ações da organização consistiu na criação do boletim informativo Folha de Parreira, por meio do qual eram divulgadas as ações desenvolvidas. As primeiras

¹⁶ Grupo fundado em 1989, no Rio de Janeiro, por Herbert Daniel, era composto por pessoas portadoras do HIV/AIDS. Procuravam apresentar uma resposta comunitária para o enfrentamento da epidemia, além de discutir questões relacionadas à cultura do pânico, do preconceito e da estigmatização. Possuíam vários núcleos no país e no Paraná se localizava na Rua Carneiro Lobo, 35, Água Verde, Curitiba. Para saber mais acessar: www.pelavidda.org.br.

edições do jornal, datilografado por David Harrad e impresso em folha A4, começou por intermédio da doação do material pela Secretaria Municipal de Saúde. Nesse momento, o grupo de amigos que se reuniam quase que clandestinamente começam a ser conhecidos, de sorte que foram chamados para uma rodada de entrevistas no Jornal Comunicação da Universidade Federal do Paraná, além de serem solicitados para contribuírem na mobilização política da Reforma Constitucional, que aconteceria em 1993 (Grupo Dignidade, 2008).

Em 1992, segundo dados da Secretaria Municipal de Saúde de Curitiba, o número de pessoas com HIV/AIDS contabilizava 182 casos, além de 131 óbitos registrados. Nesse cenário, o Grupo Dignidade, representado por Toni Reis, e o então secretário de saúde do Estado, Nizan Pereira, vão a público em um debate televisivo, cujo objetivo era discutir estratégias de combate à epidemia que se expandia na capital e no Paraná (Grupo Dignidade, 2008). Esse episódio se configurou como um debate em torno da saúde coletiva, pautado na busca por políticas públicas. Toni mostra um possível caminho ao falar da utilização de preservativos por parte da população, considerando a preocupação com o avanço da doença.

Discutir esse assunto na esfera pública se dava, em grande medida, pela falta de informação e, por consequência, a multiplicação estigmatizava da homossexualidade. Ao falar de medidas a serem tomadas pela Secretaria de Saúde, o secretário admitia as dificuldades e a falta de preparo e conhecimento das equipes. Como atender e acolher esses indivíduos? Logo, a epidemia da AIDS “projetou uma sombra sobre a liberdade sexual, abalou os usos e costumes dos eruditos e dos homens comuns, e mostrou claramente a grandeza e os limites da ciência” (Moulin, 2008, p. 33). Toni Reis e o Grupo Dignidade se colocaram como agentes que atuavam nas ações de enfrentamento da doença, dialogando com o poder público e a comunidade homossexual. Da aproximação com as autoridades de Curitiba, surge a primeira sede do Grupo Dignidade localizada na travessa Tobias de Macedo 53, 2º andar (Reis, Entrevista, 2024). Esse espaço foi alugado, mediante um convênio vinculado à Secretaria do Estado para a realização dos encontros da organização. Esse movimento expressa como Toni Reis traçou uma estratégia de trabalho dialogando com os setores públicos da cidade. Essas parcerias permitem que nosso viajante e o Grupo Dignidade transitem em locais de destaque político, o que demonstra o jogo de interesses na efetivação de políticas públicas e consequentemente angariar apoio.

A necessidade de conter o avanço da doença promoveu uma série de medidas, como a conscientização do sexo seguro através da utilização de preservativos. Nessa esteira, nasceu dois importantes projetos do Grupo Dignidade, o *Arrastão da Vida* e o *Arca de Noé*. O Arrastão da Vida se configurou como primeiro projeto do Grupo Dignidade, implementado em 1993. Financiado pela Secretária da Saúde, a iniciativa buscava tirar dúvidas sobre o que era e como

se dava a transmissão da AIDS aos trabalhadores do sexo, como michês¹⁷, prostitutas e travestis, além colaborar na distribuição de preservativos a essa população. O nome “Arrastão” surgiu em contraposição aos arrastões policiais, que tinham como intuito a higienização e violência contra a população homossexual curitibana. Nessa construção de políticas públicas na cidade, o Grupo Dignidade se estabeleceu como ponte entre o governo e a sociedade. As ações do projeto ocorriam em boates, clubes, e em pontos conhecidos, como a Praça Tiradentes, a rua XV de Novembro e a Praça Carlos Gomes (Grupo Dignidade, 2008).

Imagem 2: Materiais produzidos para conscientização sobre HIV/AIDS (1993)



Fonte: Acervo Centro de Documentação Prof. Dr. Luiz Mott – CEDOC LGBTI⁺

O Arca de Noé foi um projeto financiado em 1994 pelo Programa Nacional de Controle de DST e AIDS, do Ministério da Saúde, do governo federal e do Banco Mundial. Tinha como objetivo informar a população masculina homossexual sobre o HIV/AIDS, incentivando o uso do preservativo na busca pela mudança de comportamento sexual que não apresente risco. A denominação “Arca de Noé”, segundo Toni, se refere à narrativa bíblica alusiva ao dilúvio. O *design* do cartaz do projeto trazia uma camisinha em formato de uma arca, com “todos os gays entrando na camisinha”, pois a epidemia caracterizou um dilúvio, ou seja, ocasionou a morte de inúmeros homossexuais (Reis, 2024).

¹⁷ Termo utilizado para se referir ao profissional do sexo masculino, que oferece serviços dessa natureza em troca de dinheiro.

Buscando um diagnóstico educativo, o projeto se deu a partir de um questionário com 70 perguntas, que foi aplicado por 178 homens em diferentes locais frequentados por homossexuais (Relatório Arca de Noé, 1994). Esse diagnóstico foi de suma importância para a produção de cartazes, folhetos e materiais informativos sobre o HIV/AIDS. Nesse movimento, criam o Super Babado Forte, um personagem de quadrinhos, sendo o primeiro super-herói gay soropositivo. De maneira didática, o material informava sobre o sexo seguro. Além disso, ocupavam os espaços públicos da cidade, com ações realizadas na Boca Maldita, entre a Rua XV de Novembro e a Praça Ozório, na área central de Curitiba. No Dia Mundial de Combate à Aids, comemorado em 1º de dezembro, o Grupo circulava nas ruas para conscientizar a população curitibana. Ainda, utilizavam a imprensa alternativa, entre elas o Jornal Folha de Parreira, que se colocava como um veículo de informação para chamar atenção dos leitores em relação ao trabalho e às campanhas desenvolvidas pelo Grupo Dignidade.

Imagem 3: Materiais informativos sobre o Projeto Arca de Noé (1994-1995)



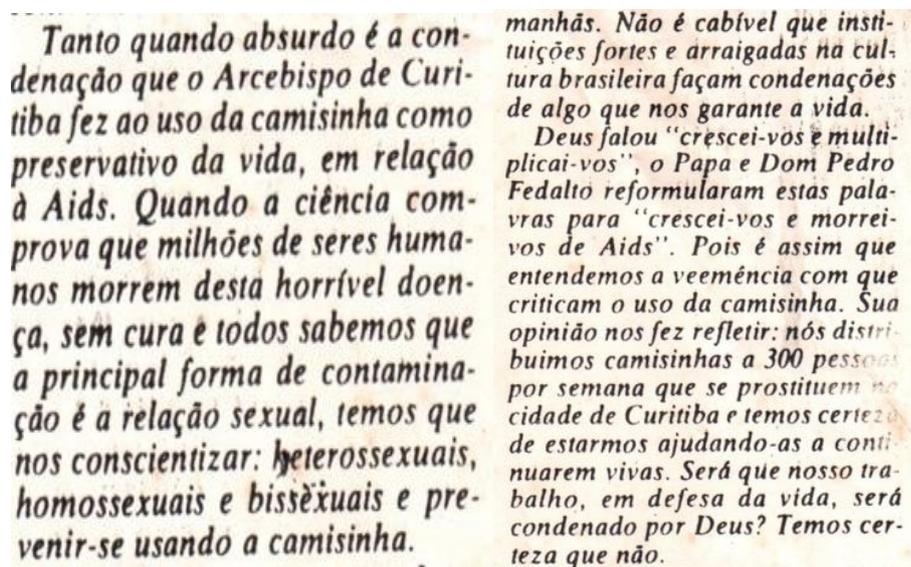
Fonte: Centro de Documentação Prof. Dr. Luiz Mott (CEDOC LGBTI⁺)

Apesar dos esforços e da luta pela conscientização sobre o uso da camisinha, a epidemia da AIDS era tratada como tabu, dentro e fora dos círculos de homossexuais. Sendo uma doença associada à morte, havia um silêncio por parte daqueles que adquiriam o vírus. O medo de uma suposta identidade homossexual ser descoberta causava pânico, predominantemente, para aqueles que possuíam relações homoeróticas, de modo que a solução era negar a identidade e assumir, forçosamente, a heterossexualidade. Além disso, o vírus, de caráter sexualmente transmissível, era combatido a partir dos discursos da família tradicional e de instituições como a Igreja Católica que enfatizavam a monogamia como alternativa preventiva. Logo, a fidelidade

se contrapõe à promiscuidade que, sob equívoco, seria inerente à própria identidade gay. A moralidade sexual ganha força a partir do advento do HIV/AIDS, chamando atenção para o “estilo de vida” adotado pela sociedade (Costa, 1992; Macrae, 2018; Sontag, 2007).

Nesse cenário, Toni Reis, enquanto representante do Grupo Dignidade, se pronunciava quanto à postura religiosa, como foi o caso do arcebispo emérito de Curitiba, Dom Pedro Fedalto. Em 1993, em um texto intitulado “A igreja e a homossexualidade”, ele questiona a visão conservadora do bispo e do Papa João Paulo II com relação à AIDS.

Imagem 4: A igreja e a homossexualidade



Fonte: O Estado do Paraná (19 set. 1993)

Outros embates e discordâncias com alguns segmentos da Igreja foram publicizados entre 1993 e 1995, a partir de uma encíclica papal e da Campanha da Fraternidade, cujo tema era exclusão social. O documento “Veritatis Splendor”, de João Paulo II, abordou questões morais e éticas à luz da fé cristã, mostrando a importância da verdade moral. A condenação da homossexualidade e do sexo pré-matrimonial, para o nosso viajante, representa uma hipocrisia do clero, pois relega “ao segundo plano questões como a fome e a miséria humana” (Folha de São Paulo, out. 1993). Em nota criticando a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), Toni Reis enfatiza as contradições sob o modo em que o acolhimento da Igreja é colocado, principalmente, em relação aos portadores do HIV, “o porquê de uma exclusão paradoxal de uma campanha de não-exclusão” (Jornal do Estado, mar. 1995). Nessa esteira, o silêncio da Igreja em relação a questões caras da comunidade converge com o discurso pregado sobre o dever de o cristão de acolher cada pessoa como irmão ou irmã na pessoa de Jesus Cristo

(Natividade, Oliveira, 2009). Assim, compreendemos que nosso viajante, nesses episódios conflituos com a Igreja, demonstrava a necessidade de se manifestar e questionar mediante o que estava sendo veiculado no âmbito público. Respondendo aos discursos religiosos de forma direta, em um movimento de desmentir e contra-argumentar, Toni Reis assume essa imagem de quem fala o que pensa perante alguns setores.

Nesse processo, Toni Reis, até então, professor da rede pública na cidade de São José dos Pinhais, ganha os olhares da imprensa local. Sendo presidente do Grupo Dignidade, ele representava a instituição em reportagens e veículos midiáticos. Nas palavras de José Carlos Reis, editor do Jornal Gazeta do Povo, Toni virou um “personagem que os repórteres viviam atentos”. A importância de ir a público e reivindicar os direitos era uma bandeira levantada no Grupo Dignidade. Falar abertamente sobre sexualidade em um período marcado pelos estigmas da homossexualidade era estar diante do medo e da insegurança, em uma cidade que se afirmava modelo europeu (branco, hetero e cis) na narrativa oficial. Na verdade, a construção de Curitiba se deu a partir da negação das diferenças e pela invisibilidade perante outros sujeitos históricos que participaram da formação do município (Moraes, Souza, 1999).

Assumindo esse caráter enquanto uma figura pública, Toni Reis debatia sobre as distorções de discursos que iam contra a camisinha e sua eficácia em relação ao sexo seguro. Na reportagem veiculada no Jornal Folha de Londrina, de 28 de outubro de 1994, vemos um embate de opiniões sobre o uso de preservativos para evitar a transmissão do vírus. Em primeiro plano, temos a descrição: “Grupo gay luta por direitos humanos: em Curitiba, Grupo Dignidade Gay faz trabalho de prevenção à Aids e trata de direitos humanos entre prostitutas e homossexuais”. A matéria fala sobre a atuação do Grupo e os diálogos com as autoridades da área da saúde na conscientização sobre a doença. Nota-se que a foto que acompanha o texto apresenta Toni Reis sentado na Boca Maldita, em Curitiba, e atrás vemos frases como: “os homossexuais também querem viver”; “impunidade gera violência”. Para além da questão da doença, que dizimou inúmeros homossexuais, o protesto refere-se aos assassinatos que estavam ocorrendo na cidade e o descaso das autoridades em relação à impunidade. No chão, e também na roupa de Toni, vemos triângulos cor-de-rosa, símbolo antes utilizado para designar homossexuais perseguidos nos campos de concentração durante a Segunda Guerra Mundial e que, posteriormente, foi ressignificado pela comunidade LGBTQIA⁺. Era, definitivamente, uma chamada histórica dramática, afinal rememorava, em alguma medida, a experiência do holocausto, realizado sob os auspícios do nazismo.

Imagem 5: Reportagem sobre a eficácia de preservativo

Organização defende o uso da camisinha

Na edição do dia 2 de julho deste ano, o presidente da Associação Nacional dos Terapeutas Naturistas, Rogério Fagundes Filho, afirmou em reportagem à Folha de Londrina que tem tempo e o uso de preservativos pode evitar a transmissão da vírus da Aids. Em palestra, participação e encontro realizado em Curitiba, Fagundes Filho, segundo especialistas, chegou a dizer que as ONGs (Organizações Não-Governamentais) entre as quais se inclui o Grupo Dignidade Gay participam da "indústria do preservativo, uma indústria de milhões de dólares".

Com base no depoimento da de Lar decida entrar com pedido de inquérito policial contra Fagundes Filho na Delegacia do 1º Distrito Policial de Curitiba. Em seguida, o grupo prepara um dossiê, enviado a autoridades da saúde pública do Brasil, Inglaterra e Estados Unidos, exigindo uma prova que o uso da "camisinha" evita a Aids, como diz o presidente do grupo, professor Toni Reis.

Na introdução usada na reportagem da Folha de Londrina, fomentada pela universidade inglesa, John Hopkins, o grupo afirma que a eficácia da camisinha é de 98%, enquanto a eficácia da camisinha é de 98%, enquanto a eficácia da camisinha é de 98%.

Segundo Toni Reis, estudos laboratoriais comprovam que o preservativo não pode justificar a prevenção da gravidez. Os preservativos não conseguem impedir os espermatozoides. Como é que eles poderiam impedir outros vírus e o vírus HIV, transmitidos em ejaculações comparativas acima? Somente a certeza do espermatozoides mede cerca de 5 microns e o vírus HIV tem cerca de 0,1 microns, ou seja, dez mil vezes menor do que um milímetro".

A tradução correta da legenda, diz Toni Reis, mostrando o documento original da universidade John Hopkins, seria: "Proteções demais para serem usadas, mas não pequenas demais para causar gravidez ou doenças, e o vírus HIV tem cerca de 0,1 microns, ou seja, dez mil vezes menor do que um milímetro".

Grupo elaborou dossiê sobre o uso dos preservativos

No dossiê elaborado pelo Grupo Dignidade Gay, foram reunidos documentos originais, com textos em inglês e traduzidos para português, sobre a eficácia do preservativo na prevenção à Aids. Os documentos são oriundos de estudos de laboratórios franceses, ingleses e norte-americanos, além de opiniões de cientistas e pesquisadores sobre testes de camisinha, feito pela Organização Mundial de Saúde, Universidade John Hopkins, University of California e outras entidades.

Meu Health Care e outras entidades.

O dossiê completo está à disposição dos interessados na rede da Grupo Dignidade Gay de Curitiba - Avenida Teófilo de Maceo, nº 51, 2º andar, telefone (81) 232-9829. (M.V.)



Grupo Dignidade contesta a narrativa Rogério Fagundes Filho (foto) e afirma que a camisinha previne a Aids

Grupo gay luta por direitos humanos

Em Curitiba, Grupo Dignidade Gay faz trabalho de prevenção à Aids e trata de direitos humanos entre prostitutas e homossexuais

Marcos Vinícius

Uma iniciativa não-governamental do estado do Paraná a fazer um trabalho de prevenção à Aids, considerado como um dos melhores do Brasil, é o Grupo Dignidade Gay, formado por integrantes da comunidade homossexual, mas com o apoio de profissionais da área de saúde pública. O grupo atua em Curitiba e em outras cidades do Paraná, oferecendo serviços de prevenção à Aids e tratamento de doenças sexualmente transmissíveis.

O grupo foi fundado pelo professor Toni Reis, em 1992, e registrado em Curitiba em 1993. Em 15 de agosto daquele ano, Toni Reis foi preso por 30 dias no centro da cidade. O grupo faz parte da Rede Nacional de Prevenção à Aids e da Rede Nacional de Prevenção à Aids e da Rede Nacional de Prevenção à Aids.

Segundo o professor Reis, o grupo tem dois objetivos principais: lutar pelos direitos humanos de homossexuais, pela prevenção da doença e contra todos os preconceitos que envolvem a Aids. O grupo conta com a participação de profissionais especializados em direitos humanos, que participam de forma ativa na divulgação de informações sobre a doença e os métodos de prevenção.

Nos últimos dez anos, 39 ONGs foram autorizadas. Nos últimos dois anos, foram 18, e há nove meses isso ocorre em relação a essas profissionais de sexo.

Toni Reis conta que, em Brasília, apesar de ser considerada uma cidade progressista em relação à causa homossexual, "há uma resistência". Em termos de América Latina, sempre tem resistência. Em Curitiba, há resistência.

proteção contra a Aids. 42 milhões de pessoas, ou 20% da população mundial, são infectadas pelo vírus da Aids. O tempo médio de vida de quem é infectado é de 10 a 15 anos. O tempo médio de vida de quem é infectado é de 10 a 15 anos. O tempo médio de vida de quem é infectado é de 10 a 15 anos.

Atualmente, há um trabalho com profissionais de saúde e profissionais de sexo. O trabalho com profissionais de sexo é realizado em Curitiba e em outras cidades do Paraná. O trabalho com profissionais de sexo é realizado em Curitiba e em outras cidades do Paraná.

O grupo Dignidade Gay, formado por integrantes da comunidade homossexual, mas com o apoio de profissionais da área de saúde pública, atua em Curitiba e em outras cidades do Paraná, oferecendo serviços de prevenção à Aids e tratamento de doenças sexualmente transmissíveis.

Segundo o professor Reis, o grupo tem dois objetivos principais: lutar pelos direitos humanos de homossexuais, pela prevenção da doença e contra todos os preconceitos que envolvem a Aids. O grupo conta com a participação de profissionais especializados em direitos humanos, que participam de forma ativa na divulgação de informações sobre a doença e os métodos de prevenção.

Em Londrina, o trabalho do grupo é realizado em parceria com a Secretaria Municipal de Saúde. O trabalho do grupo é realizado em parceria com a Secretaria Municipal de Saúde.

Segundo o professor Reis, o grupo tem dois objetivos principais: lutar pelos direitos humanos de homossexuais, pela prevenção da doença e contra todos os preconceitos que envolvem a Aids. O grupo conta com a participação de profissionais especializados em direitos humanos, que participam de forma ativa na divulgação de informações sobre a doença e os métodos de prevenção.

'Heterossexuais são grupo de risco'

Dados da Secretaria Estadual de Saúde, computados até setembro, mostram que existem no Paraná 83.250 pessoas infectadas pelo vírus da Aids. O número de pessoas doentes de Aids é de 1.675 - 1.374 são homens e 301, mulheres. Como cada doente tem a possibilidade de infectar de 0 a 100 outras pessoas, a secretaria faz as contas multiplicando-se o total de 1.675 por 50 obtém-se o número de 83.250 pessoas infectadas pelo vírus.

As cidades mais atingidas são: Curitiba, com 810 casos (48%) já identificados de doentes; Londrina, com 268 casos (16,10%); região metropolitana de Curitiba, Maringá e Paranaguá. Dos 1.675 doentes, 35 são crianças de 0 a 14 anos de idade.

O professor Toni Reis, do Grupo Dignidade, diz que hoje a incidência da epidemia reverteu: "Dos casos detectados este ano, 14% são de homossexuais e 37,9% de heterossexuais. Então podemos dizer que a doença está se generalizando e que os heterossexuais, hoje, são um grupo de risco".

A pesquisa da Secretaria de Saúde mostra ainda que dos 1.675 casos identificados da doença 23,75% são de homossexuais, 15,7% de bissexuais, 23,2% de usuários de droga, 1,3% de hemofílicos, 3,7% de receptores de sangue, 2,6% de perinatais e 6,3 de infectados.

(M.V.)

Fonte: Folha de Londrina (28 out. 1994)

Uma informação interessante sob a descrição 'Heterossexuais são grupo de risco' revela que a maioria dos infectados com o vírus era composta por heterossexuais. Segundo Toni Reis, esse dado estabelece uma mudança no perfil dos portadores do HIV/AIDS, desmistificando a ideia de que seria uma doença exclusivamente transmitida por homossexuais. Essas notícias veiculadas na imprensa operam como ferramenta, informando a sociedade sobre o vírus. Em segundo plano, observa-se o seguinte título: "Organização defende o uso de camisinha". Nele temos um debate entre Toni Reis e o presidente da Associação Nacional dos Terapeutas

Naturalistas, Rogério Fagundes Filho. O profissional teria dito que os preservativos eram apenas uma jogada de “milhões”, enfatizando que esses produtos não evitavam a transmissão do vírus. Na busca para descredenciar o naturalista, Toni Reis e o Grupo Dignidade elaboraram um dossiê sobre o uso de preservativos. O documento utilizado pelo naturalista teria sido traduzido erroneamente para fundamentar seu argumento contra o uso da camisinha.

Desse modo, a epidemia do HIV/AIDS se configurou como um momento de evidência para Toni Reis e o Grupo Dignidade. A partir de ações de prevenção e conscientização, temos a construção de uma visibilidade pública em diálogo com a agenda política a nível municipal, estadual e federal. Essas alianças trouxeram a discussão envolvendo políticas públicas em prol da saúde e da população considerada nesse contexto grupo de risco. Essa postura é fruto da terceira onda do movimento homossexual, em que o processo de organização se modificou a partir das articulações com o poder público e a cobrança de posicionamento inclusivo do Estado. Hoje em dia, o HIV/AIDS deixou de ser um estigma exclusivamente ligado à homossexualidade, sendo presente e discutido nas relações heterossexuais e monogâmicas. Além disso, sabemos dos avanços da medicina em relação ao tratamento por meio de coquetéis e das políticas de conscientização. O combate a doenças sexualmente transmissíveis, e ao vírus do HIV/AIDS, continua sendo uma bandeira levantada pela instituição e por Toni Reis. A partir de projetos financiados pelo Ministério da Saúde, nos anos subsequentes ao *boom* da epidemia, constatamos que o Grupo passou a contar com autotestes gratuitos, distribuição de camisinhas e formações nas Unidades Básica de Saúde (UBSs), com programas como o *A Hora é Agora* (Grupo Dignidade, 2008).

Não é o fim da estrada..., possibilidade de novos caminhos

Acompanhamos, no decorrer desse texto, alguns caminhos tomados por nosso viajante, cobrindo momentos de sua infância e adolescência e início de seu ativismo, demonstrando como sua identidade se constituiu a partir de um processo contínuo. Entender Toni Reis é evidenciar um processo de luta que conta com desvios da norma e elaboração de novas estratégias para (re)existir. Para alcançar seus objetivos e construir ações em prol da defesa da população LGBTQIA⁺, Toni dialoga com diferentes setores públicos, que apresentam perspectivas políticas diferentes, tanto de direita quanto de esquerda. Contraditório ou diplomático? Talvez, esperávamos uma trajetória constituída na linearidade e coerência. Por outro lado, sabíamos da complexidade que cada indivíduo assume em suas tomadas de decisões e na construção de sua narrativa individual.

Relembrando os momentos, completados 60 anos, Toni confirma que está em uma nova mudança, um novo caminho: aquele que se refere à declaração existencial. Ultrapassando os limites do “nome público”, Antônio passará a se dar a conhecer como Toni Reis, nome pelo qual quer ser lembrado. Desse modo, buscou construir sua identidade a partir de suas concepções. A imposição religiosa em relação ao nome revela como essa instituição influenciava na formação identitária para além dos valores morais e culturais. Reconhecer-se enquanto Toni é afirmar sua própria história construída ao longo do tempo. O nome, transcende um mero dado biográfico, é um símbolo de liberdade, de aceitação e luta por direitos em uma sociedade que ainda violenta pessoas que fogem da estrada cis heteronormativa.

Escrever uma história sobre as homossexualidades no Brasil é “ajudar a recompor um território tantas vezes camuflado (quando não apagado) da vida e da cultura brasileira” (Trevisan, 2018, p. 25). Sabemos das lacunas no que concerne à memória de identidades minoritárias no Paraná e das poucas pesquisas que se debruçam nessa temática no campo da História. Nesse sentido, é que nos sentimos impulsionados a problematizar a trajetória de Toni Reis, entendendo que cada indivíduo possui sua singularidade e complexidade. A identidade não é uma construção estática e linear, mas um processo dinâmico que dialoga, constantemente, com o campo de possibilidades. Toni Reis é, portanto, a junção de concepções oriundas do seio familiar, das experiências vivenciadas e das alianças que constituiu na militância. Entendemos, nesse movimento, que as identidades são fragmentadas: característica marcante das sociedades complexas na contemporaneidade.

Ao pensarmos sobre suas vivências, compreendemos sua relevância junto ao Grupo Dignidade na construção de um ativismo que atuou em prol da luta de direitos a comunidade LGBTQIA⁺ em Curitiba. Enquanto representante da instituição, buscou combater e conscientizar questões sobre o HIV/AIDS em um cenário em que os discursos estigmatizavam esses indivíduos, ora colocados como “bodes expiatórios”. Vemos a intersecção entre a luta individual e coletiva, em que questões identitárias ligadas a sexualidade se entrelaçam em seu ativismo.

Sabemos da necessidade em discutirmos essa temática, a fim de evidenciar trajetórias até então não acionadas, democratizando o saber científico e o compromisso ético junto aos movimentos sociais. Diante disso, sinalizamos que essa estrada não termina aqui, mas permite abrirmos novos caminhos através de outras pesquisas. Nas palavras de Bruna Benevides, presidenta da Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA), “vivemos o futuro que nossos antepassados LGBT sequer sonhavam”. Elaborar um trabalho como esse é articular

as demandas do presente, descortinando uma história marcada por um passado silenciado, criminalizado e demonizado dentro das narrativas tradicionais.

Fontes

ATA DE FUNDAÇÃO. **Grupo Dignidade**. 14 de mar. 1992.

DIÁRIO DA TARDE. Começa a incomodar o antro de homossexuais. **Diário da tarde**, Curitiba, 19 mar. 1979.

ESTADO DO PARANÁ. A igreja e a homossexualidade. **Estado do Paraná**, Curitiba, v. 19, n. 2, ago. 1992 a set. 1993.

FOLHA DE LONDRINA. Grupo gay luta por direitos humanos: Em Curitiba, Grupo Dignidade Gay faz trabalho de prevenção à Aids e trata de direitos humanos entre prostitutas e homossexuais. **Folha de Londrina**, Londrina, 28 out. 1994.

FOLHA DE SÃO PAULO. Encíclica. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 11 out. 1993.

JORNAL DO ESTADO. Começa a campanha da fraternidade de 95. **Jornal do Estado**, Curitiba, 2 mar. 1995.

PROJETO ARCA DE NOÉ: Homossexuais x Aids. **Relatório**. Curitiba, maio 1994.

REIS, Toni. **Entrevista concedida a Izabela de Paula Gomes**. Curitiba, 23 jul. 2024.

Referências

ALMEIDA, Juniele Rabêlo de. Práticas de História pública: O movimento social e o trabalho de história oral. *In*: MAUAD, Ana Maria; ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; SANTHIAGO, Ricardo (Orgs.). **História pública no Brasil: sentidos e itinerários**. São Paulo: Letra e Voz, 2016, p. 47-55.

ANDRADE, Augusto José de Abreu. **Visibilidade gay, cotidiano e mídia: Grupo Arco-Íris consolidação de estratégia. Um estudo de caso**. 2002. Dissertação (Mestrado em Comunicação). Universidade de Brasília, 2002.

BARROS, Sullivan Charles. A simbólica da violência e da transgressão no universo da quimbanda. **Caminhos**, v. 5, n. 1, p. 107-127, jan./jun. 2007.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Arquivos permanentes: tratamento documental**. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

BEZERRIL, Simone da Silva. Os impressos jornalísticos e a escrita da história. **Revista Temática**, v. 7, n. 8, p. 1-13, 2011.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina e a condição feminina e a violência simbólica**. Rio de Janeiro: Bertrand, 2019.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.

CAETANO, Marcio; NASCIMENTO, Claudio; RODRIGUES, Alexsandro. Do caos re-emerge a força: AIDS e mobilização LGBT. *In*: GREEN, James N; QUINALHA, Renan; CAETANO, Marcio; FERNANDES, Marisa (Org.). **História do Movimento LGBT no Brasil**. São Paulo: Alameda, 2018, p. 279-295.

- COSTA, Jurandir Freire. **A inocência e o vício**. Rio de Janeiro: Relume e Dumará, 1992.
- DE LUCA, Tania. História do, nos e por meio dos periódicos. *In*: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **Fontes históricas**. São Paulo, SP: Contexto, 2011.
- FACCHINI, Regina. Movimento homossexual no Brasil: recompondo um histórico. **Cad. AEL**, v. 10, n. 18/19, 2003.
- FACCHINI, Regina; SIMÕES, Júlio Assis. **Na trilha do arco-íris: do movimento homossexual ao LGBT**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2009.
- FACCHINI, Regina. **“Sopa de letrinhas”? Movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 90: um estudo a partir da cidade de São Paulo**. 2002. Dissertação (Mestrado em Antropologia) Departamento de Antropologia do IFCH, UNICAMP, Campinas, São Paulo, 2002.
- FEITOSA, Cleyton; SILVA, Elder Luan dos Santos; ZACARIAS, Vinicius Santos da Silva. Reflexões críticas da mesa “Ser ‘gay’ de interior”. **Cadernos de Gênero e Diversidade**. Salvador, v. 6, n. 2, p. 310-332, 2020.
- FERNANDES, José Carlos; AMARAL, Agnes do. Grafipar Edições: uma reação erótica à ditadura militar. **Revista Internacional de Folkcomunicação**, v. 19, n. 42, p. 173-193, 2021.
- FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.
- GREEN, James N. **Além do carnaval: a homossexualidade masculina no Brasil do século XX**. São Paulo: Editora Unesp, 2020.
- GRUPO DIGNIDADE. **Uma história de dignidade** – contribuindo para a construção da cidadania de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais (LGBT). Curitiba: Grupo Dignidade, 2008.
- LIONÇO, T.; DINIZ, D. (Org.). **Homofobia e educação: um desafio ao silêncio**. Brasília: Letras Livres: Ed. da Uniban, 2009.
- LEVI, Giovanni. Sobre a micro-história. *In*: BURKE, Peter. **A escrita da história**. São Paulo, SP. Unesp, 1992, p. 133-161.
- LOURO, Guacira Lopes. **Um corpo estranho: ensaio sobre a sexualidade e teoria queer**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.
- LOURO, Guacira Lopes. **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. Belo Horizonte: Autêntica. 2001.
- MACRAE, Edward. **A construção da igualdade: política e identidade homossexual no Brasil da “abertura”**. Salvador: EDUFBA, 2018.
- MEYER, I. H. Prejudice, social stress, and mental health in lesbian, gay, and bisexual populations: conceptual issues and research evidence. **Psychological Bulletin**, v. 129, p. 674-97, 2003.
- MEZZOMO, Frank Antonio; ANJOS, Brandon Lopes dos. “Um tesouro escondido”: ressignificações de signos antigos no Festival de Música Católica Cristo é Nosso Show. **PLURA**, Revista de Estudos de Religião, v. 11, n. 1, 2020, p. 219-239.
- MOULIN, Anne Marie. O corpo diante da medicina. *In*: CORBIN, Alain *et al.* (Orgs.). **História do corpo: as mutações do olhar: o século XX**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2008, p. 15-82.

- MOREIRA, Reginaldo *et al.* Quando corpos dissidentes proclamam seus lugares como corpos diz-sonantes. **Ciência e saúde coletiva**, v. 29, n. 7, p. 1-9, 2024.
- MORAES, Pedro Rodolfo Bodê de; SOUZA, Marlene Garcia de. Invisibilidade, preconceito e violência racial em Curitiba. **Revista de sociologia política**, s/v, n. 13, p. 7-16, nov. 1999.
- NATIVIDADE, Marcelo; OLIVEIRA, Leandro. “Nós acolhemos os homossexuais”: homofobia pastoral e regulação da sexualidade. **Tomo**, s/v, n. 14, jan./jun. 2009.
- NETO, Lira. **A arte da biografia: como escrever histórias de vida**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.
- PAVELTHUK, Fernanda de Oliveira; BORSA, Juliane Callegaro. A teoria do estresse de minoria em lésbicas, gays e bissexuais. **Revista SPAGESP**, v. 21, n. 2, jul./dez. p. 41-54, 2020.
- PELÚCIO, Larissa; MISKOLCI, Richard. A prevenção do desvio: o dispositivo da aids e a repatologização das sexualidades dissidentes. **Sexualidad, Salud y Sociedad**, n. 1, p. 125-157, 2009.
- PORTELLI, Alessandro. Sempre existe uma barreira: a arte multifocal da história oral. *In*: PORTELLI, Alessandro. **Ensaio de história oral**. São Paulo: Letra e Voz, 2010, p. 17-43.
- PORTELLI, Alessandro. **História oral como arte da escuta**. São Paulo: Letra e Voz, 2016.
- PRANDI, Reginaldo. Pombagira e as faces inconfessadas do Brasil. **Revista Estudos Afro-Brasileiros**, Itanhaém, v. 3, n. 1, p. 79-132, jan./jun. 2022.
- REIS, Toni; HARRAD, David. **Direito de amar: a história de um casal gay**. Curitiba, 1996.
- RICOUER, Paul. A marca do passado. **História da historiografia**, s/v, n. 10, p. 329-349, dez. 2012.
- ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira. Publicizar sem simplificar: o historiador como mediador ético. *In*: ALMEIDA, Juniele R.; MENESES, Sônia. **História pública em debate: patrimônio, educação e mediações do passado**. São Paulo: Letra e Voz, 2018, p. 184-196.
- ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira. A ética da escuta: o desafio dos pesquisadores em história oral. **Revista Testimonios**, s/v, n. 4, p. 109-119, 2015.
- ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira. Aprendendo a ouvir: a história oral testemunhal contra a indiferença. **Revista de História Oral**, São Paulo, v. 14, n. 2, p. 149-166, 2011. Disponível em: <https://www.revista.historiaoral.org.br/index.php/rho/article/view/313>. Acesso em: 05 maio 2025.
- ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira. Ocupar espaços e tecer histórias: as paradas de Alfenas e a dimensão pública das memórias LGBTQIA+. *In*: SCHMIDT, Benito Bisso (Org.). **História pública e queer**. São Paulo: Letra e Voz, 2024, p. 69-87.
- SCHMIDT, Benito Bisso. O gênero biográfico no campo do conhecimento histórico: trajetória, tendências e impasses atuais e uma proposta de investigação. **Anos 90**, v. 4, n. 6, p. 165-192, 1996.
- SCHMITZ II, Alberto Alexandre. **Identidade, imprensa e movimento homossexual brasileiro dos anos 1970**. 2023. 128f. Dissertação (Mestrado), Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2023.
- SILVEIRA, Emerson Sena da. Configurações corporais e afetivas em rituais carismático-católicos: cura, salvação e memória. **Revista Brasileira de História das Religiões**, v. 7, n. 19, maio, 2014.

SONTAG, Susan. **Doença como metáfora/AIDS e suas metáforas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

SOUZA, Alessandra dos Reis de. **“A Boa Nova também é para mim”**: novos sentidos sobre as homossexualidades no Projeto Aprisco. 2020. 135f. Dissertação (Mestrado), Programa de Pós-graduação Interdisciplinar Sociedade e Desenvolvimento. Universidade Estadual do Paraná, Câmpus de Campo Mourão, Campo Mourão, 2020.

TREVISAN, Joao Silvério. **Devassos no paraíso**: a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade. 4. ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2018.

VELHO, Gilberto. Trajetória individual e campo de possibilidades. *In*: VELHO, Gilberto. **Projeto e metamorfose**: antropologia das sociedades complexas. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003, p. 31-48.

ARTIGO 3

“EU SOU GAY, E DAÍ?”: A CANDIDATURA DE TONI REIS À CÂMARA DE VEREADORES DE CURITIBA

Resumo: Nesse texto, problematizamos a trajetória de Toni Reis, tomando como ponto de partida sua participação na campanha eleitoral para o legislativo municipal de Curitiba, Paraná, em 1996. Militância política e ativismo partidário são analisadas a partir das vivências do personagem, autodeclarado gay, que apresenta pautas voltadas para essa parcela da população. O *corpus* empírico é composto de entrevistas, panfletos de divulgação da campanha, jornais e materiais audiovisuais. Construímos o texto articulando três movimentos: surgimento da candidatura de Toni Reis em um cenário estadual e nacional de redemocratização; organização da campanha a partir de alianças e reações contrárias à candidatura dissidente; e análise das pautas, construídas em torno da educação, da saúde e dos direitos humanos. A candidatura de Toni Reis chamou a atenção da mídia, dando visibilidade pública às questões da diversidade sexual e definição de políticas públicas inclusivas.

Palavras-chave: Toni Reis, Partido dos Trabalhadores, Campanha Eleitoral.

Em que estação estamos nessa viagem?

O campo biográfico no Brasil, desde a década de 1970, tem ganhado relevância nas discussões sobre a produção do conhecimento histórico. O interesse pelo passado coloca as biografias como um dos principais gêneros consumidos na contemporaneidade, movimento catapultado, em parte, pela maneira como a História tem procurado se comunicar com outros públicos, não mais restritos a pequenos círculos universitários. A biografia, a partir de então, distancia-se do tom ufanista e heroico, procurando compreender as vivências dos sujeitos, com suas singularidades, oriundos da elite ou da margem da sociedade, do espectro ideológico de esquerda ou direita, político, religioso ou um personagem sem láureas públicas. A vida de um indivíduo, seja ele quem for, é tomada como não linear e homogênea, constituída em um campo de possibilidades em que esse sujeito é forjado (Avelar, 2010; Schmidt, 2003; Velho, 2003).

Partindo desse entendimento, buscamos, nesse texto, problematizar a participação política-eleitoral de Antônio Martins Harrad Reis, Toni Reis, nas eleições proporcionais de Curitiba, ocorrida em outubro de 1996, articulando elementos de sua trajetória biográfica com a nascitura pauta LGBTQIA⁺, em um momento que o Brasil participava das primeiras eleições democráticas após o regime civil-militar (1964-1985). Interessamos compreender como nosso personagem constrói sua campanha e pauta política, estabelecendo aliança e definindo enfrentamentos públicos. Para percorrer esse caminho, adotamos a metáfora da viagem como fio condutor da narrativa, compreendendo a vida como um percurso marcado por movimentos, transformações e deslocamentos que constituem os sujeitos.

Nesse sentido, para a compreensão desse recorte específico na trajetória de Toni Reis,

pai, esposo e um dos fundadores do Grupo Dignidade¹⁸, estacionamos em 1994. Nesse momento, no Brasil, ocorre a segunda eleição presidencial da renovada república democrática, que passara vinte anos sob o domínio dos coturnos militares. Com a redemocratização do país, e o surgimento de alguns partidos políticos, a participação dos movimentos sociais no campo institucional começa a ganhar novos contornos, graças a reivindicações e busca por políticas públicas. Essa movimentação pode ser notada em um trecho do documento publicado pelo Núcleo de Gays e Lésbicas do Partido dos Trabalhadores de São Paulo (1994), quando diz que uma das maneiras de vencer a homofobia “é o enfrentamento, porque fugirmos desta responsabilidade já que os partidos são parte dessa mesma sociedade opressora?”

Em tom provocativo, o material apresenta uma reflexão crítica sobre a homofobia estrutural e o papel dos partidos no combate a essas práticas discriminatórias. Nesse contexto, após o 9º Encontro Nacional do PT, realizado em 1993, foi elaborado o programa da campanha presidencial de Luiz Inácio Lula da Silva, que em 1994 disputaria pela segunda vez o pleito presidencial. O objetivo era incluir propostas relacionadas a diversidade e o compromisso em estimular iniciativas de prevenção e combate a AIDS e campanhas contra a violência, preconceito e discriminação (Zero Hora, 01 maio 1994). Em um cenário de renovação institucional, a participação de militantes homossexuais e transsexuais nos partidos políticos representou um novo modo de articulação. Esse movimento trouxe para o campo político debates em prol do reconhecimento da dignidade e cidadania de pessoas GLBT¹⁹.

A inclusão de propostas que atendam as minorias sociais dentro do programa de Lula significou, para aquele momento, um avanço importante. Dessas alianças, surgiu as primeiras mobilizações do Projeto de Parceria Civil que começou a ser elaborado por Marta Suplicy, candidata a deputada federal por São Paulo em 1994. Estamos falando de um terreno marcado por disputas de poder e as pautas de igualdade de direitos de gênero e sexualidade sofriam resistências dentro do PT, afinal o partido era composto por diferentes correntes e bandeiras políticas.

Paralelamente, na década de 1990, a presença marcante na mídia por meio das mobilizações sociais da comunidade GLBT ampliou as discussões de direitos humanos. Articulações nacionais atuaram em resposta à epidemia da AIDS, tanto com as redes e

¹⁸ O Grupo Dignidade é uma organização não governamental fundada em 1992, em Curitiba, por Toni Reis e seu esposo David Harrad, cujo foco é a defesa dos direitos da população LGBTQIA+. A entidade atua em áreas como educação, saúde, direitos humanos e políticas públicas, promovendo ações para a inclusão e o respeito à diversidade. Para mais informações acessar: <https://www.grupodignidade.org.br>

¹⁹ Na década de 1980, a sigla que identificava o movimento era GLS, fazendo referência a gays, lésbicas e simpatizantes. Na década de 1990, a sigla passou a ser GLBT, com a inclusão de bissexuais e pessoas trans.

associações internacionais, quanto em diálogo com parlamentares, mediante proposição de projetos de lei nos níveis federal, estadual e municipal. A organização de eventos de rua, como as primeiras paradas do Orgulho Gay em São Paulo, levou a uma projeção e reconhecimento social e político do movimento (Simões, Facchini, 2009; Trevisan, 2004).

Nesse processo de transformações, ocupar novos espaços de decisão foi uma das estratégias adotadas pelo movimento homossexual brasileiro, que passou a entender que as mudanças podiam ocorrer pelas vias institucionais, ou seja, modificando as leis que não reconheciam as demandas desse segmento da sociedade. É nessa conjuntura que localizamos nosso viajante, Toni Reis, que se candidatou, em 1996, pelo PT, a uma das vagas da Câmara Municipal de Vereadores de Curitiba.

Para desenvolver a temática, organizamos o texto a partir de três eixos de discussão. Primeiro, trabalhamos a organização da candidatura de Toni Reis ao legislativo curitibano, e que veio a ser o primeiro pleito articulado nacionalmente pelo movimento homossexual. Na sequência, apresentamos a construção da sua campanha a partir das alianças e reações contrárias à uma “candidatura homossexual” em Curitiba. Por fim, em terceiro lugar, procuramos apresentar as principais pautas do pleito eleitoral, construídas ao redor de temas como da educação, da saúde e dos direitos humanos. Nesse processo, procuramos lançar luz para o papel e atores que atuaram na articulação da campanha, em especial David Harrad, esposo de Toni Reis.

Por fim, utilizamos como *corpus* empírico entrevistas, comunicados, manifestações e panfletos de campanha, jornais de circulação estadual e material audiovisual. Parte da documentação foi produzidas durante nossa pesquisa e outra localizada no Centro de Documentação Prof. Dr. Luiz Mott (CEDOC LGBTI⁺), vinculado ao Grupo Dignidade, que mantém um acervo impresso e eletrônico, cujo intuito é promover práticas de preservação da memória e da história da comunidade LGBTQIA⁺ no Paraná e no Brasil.

Pavimentando a candidatura de Toni Reis ao legislativo de Curitiba

Desembarcamos em 1980, momento que para o movimento homossexual é entendido como declínio do ativismo organizado no Brasil. As causas estavam relacionadas sobretudo ao impacto causado pela epidemia do HIV/AIDS e disputas internas, envolvidos em dilemas sobre como se organizar diante da falta de igualdade de gênero entre homens gays e mulheres lésbicas, diferentes visões partidárias e reconfigurações do ativismo.

Apesar dessa oscilação, o momento era de esperança, na medida em que o país transitava do regime ditatorial para um processo de abertura política, marcado pela reforma partidária e

pelas eleições presidenciais de 1982. Esses acontecimentos foram importantes na formação de um novo perfil de organização da sociedade. As reivindicações, que até então eram discutidas em protestos nas ruas e encontros nacionais, passam a chegar ao Congresso Nacional e às câmaras legislativas dos estados e municípios. Nessa dinâmica, a esquerda partidária, em especial o PT, que estava em um processo de formação, se estabelece como uma “porta de entrada” para homossexuais na política institucional (Facchini, 2005; Macrae, 1990; Quinalha, 2018; Cruz, 2018; La Dehesa, 2010).

O PT contou, desde sua criação em 1980, com a participação de diferentes movimentos sociais, dentre eles, os ativistas homossexuais. No mesmo ano, em Belo Horizonte, surge o Núcleo Gay do Partido dos Trabalhadores, fundado por Edson Nunes. Na capital paulista, a Facção Homossexual da Convergência Socialista criou, em 1981, o Núcleo de Gays e Lésbicas, que tinha como objetivo atrair filiados ao partido. Com isso, se constituiu como a primeira agremiação a incluir em suas pautas a defesa dos direitos dos homossexuais, trazendo um espaço com propostas alternativas e proporcionando uma participação democrática. Essas alianças propiciaram, nas eleições de 1982, o lançamento de algumas candidaturas de homossexuais no país, dentre elas, de José Carlos Dias de Oliveira no Rio Grande do Sul, Caterina Koltai e João Baptista Breda em São Paulo, e Herbert Daniel e Edson Nunes em Minas Gerais. Apesar de não serem eleitos, as candidaturas representaram novos caminhos para o movimento homossexual (Cruz, 2015).

Amadurecendo esse processo, tal modelo de ativismo fez com que o movimento se adaptasse aos desafios da arena política, o que, posteriormente, inspirou grupos de homossexuais a lançarem candidaturas e construir uma interlocução de suas demandas junto ao Estado. A inserção institucional contribuiu para mobilizações como o processo de despatologização da homossexualidade, em 1985, com liderança do Grupo Gay da Bahia (GGB) e outras instituições do Brasil. Também figura nessas articulações, a inclusão do termo “orientação sexual” na Constituição Federal de 1988, resultante de uma campanha promovida pelo grupo Triângulo Rosa, liderado por João Antonio Mascarenhas e outros ativistas do movimento (Santos, 2016; Gama, 2021).

Entretanto, apesar desses avanços, o discurso de apoio às dissidências sexuais não ocorria de maneira homogênea em todas as correntes internas do PT. Em 1981, por exemplo, quando ainda era líder sindical, Lula teria afirmado em entrevista ao jornal *Lampião da Esquina* que não havia homossexuais no partido. Na sua candidatura à presidência do Brasil, em 1989, o primeiro nome sugerido pela comissão do partido como vice era o do deputado Fernando Gabeira, que foi substituído por José Paulo Bisol. A mudança teria ocorrido em função de

pautas polêmicas que o político levantava e sua aproximação com as minorias sexuais, temas avaliados como impopulares para a campanha de Lula. Outro ponto é a formação tardia de um setor de direitos GLBT na estrutura do partido, que foi criado apenas em 1992. Esses acontecimentos demonstram as dificuldades da esquerda em contemplar as pautas da diversidade em seu projeto político (Trevisan, 2004; Green, 2003).

Avançando para a década de 1990, esse momento foi marcado por eventos e articulação social que reivindicavam políticas públicas inclusivas e democráticas. Após quase trinta anos, os brasileiros tiveram a oportunidade de votar na primeira eleição direta pós-ditadura militar. Apesar da vitória de Fernando Collor de Mello contra Lula, os casos de corrupção o levaram ao *impeachment* em 1992. A mobilização desse período resultou em experiências de organização política contribuindo para o crescimento do ativismo LGBTQIA⁺. Em 1993, durante o 7º Encontro Brasileiro de Lésbicas e Homossexuais²⁰, a maioria dos participantes tenderam a apoiar o PT como única alternativa progressista nas eleições de 1994, temendo a polarização entre PT e o Partido da Social Democracia Brasileira (Green, 2022).

Apesar das esperanças depositadas no partido, as eleições presidenciais de 1994 foram uma decepção para a esquerda e ativistas LGBT que eram apoiadores do partido. Lula estava concorrendo com o ex-ministro da Economia Fernando Henrique Cardoso. O sociólogo tinha como aliados empresas nacionais e multinacionais, grandes proprietários de terras e setores da classe média alta. Os conflitos internos e a falta de amparo de setores da Igreja Católica, em grande parte devido à discussão em favor do aborto, fez com que o PT adotasse manobras desesperadas durante a campanha. Os veículos midiáticos observando essa movimentação noticiavam a defesa do partido ao “casamento de homossexuais”. Assim, as pautas circunvizinhas ao aborto e aos direitos de gays e lésbicas foram sacrificadas a fim de uma aproximação com setores conservadores.

Enquanto isso, no cenário político nacional, o PT enfrentava desafios internos e o contexto mais amplo passava por transformações significativas nos anos 1990. Esse período foi marcado por um processo de contenção da dívida externa, valendo-se de reformas no setor público, a partir da transferência de ativos ao setor privado. Assim, mecanismos adotados nos governos de Fernando Collor de Mello (1990-1992), Itamar Franco (1993-1994) e Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), consolidaram um projeto neoliberal no país, fruto da

²⁰ Esse evento nacional sofreu algumas mudanças de nomenclaturas ao longo dos anos. Durante o 7º Encontro que contava com a maior participação de mulheres lésbicas foi decidido a mudança do nome a fim de estimular a visibilidade lésbica no movimento.

globalização da economia. O plano era reinserir o Brasil no mundo, buscando atrair investimentos e fomentar o comércio e a indústria. As privatizações de órgãos estatais reduziram os investimentos públicos, transformando os movimentos sociais. As organizações não governamentais que estavam em crescimento no país passaram a receber recursos do Estado, como o programa “Comunidade solidária”, criado por Ruth Cardoso, e os financiamentos do Ministério da Saúde para o combate ao HIV/AIDS, além de recursos de agências internacionais. Essas medidas fomentaram uma aproximação entre Estado e sociedade civil (Lamounier, 2005).

No âmbito estadual, o cenário paranaense também passava por grandes mudanças. Em 1990, Roberto Requião (PMDB) assumiu o cargo de governador do Estado. Seu perfil nacionalista ia na contramão do neoliberalismo, marcado pela onda de privatizações defendidas pelo governo federal. Em 1994, Requião perde as eleições para Jaime Lerner (PFL) que até então era prefeito de Curitiba. Diferentemente de seu adversário político, Lerner assumia uma postura liberal, buscando articular pautas voltadas à modernização do Estado, e a políticas que gerassem o desenvolvimento da infraestrutura das cidades. Em seu governo, implementou políticas de privatizações de estatais como a Companhia Paranaense de Energia (COPEL) e a Companhia de Saneamento do Paraná (SANEPAR). Essas ações estavam alinhadas com o governo federal, consolidando um modelo político-econômico capitalista (Laibida, 2019; Mauch, 2016).

Nas eleições municipais de 1992, em Curitiba, o então prefeito Jaime Lerner apoiou Rafael Greca (PDT) como sucessor, que pautou sua campanha a partir da narrativa da capital paranaense como “cidade modelo”. Seu principal opositor, nesse pleito, foi Maurício Fruet (PMDB), que contava com o apoio de Roberto Requião. Ganhou as mídias, durante a campanha, a alegação de que Greca era homossexual, postura que procurava “macular” sua reputação, trazendo uma conotação negativa à suposta homossexualidade. Posteriormente, em 1996, o apoio de Greca à campanha de Toni Reis seria novamente alvo de insinuações da mídia local.

Concomitante às transformações políticas e econômicas, parcela da sociedade civil se articulava na organização de políticas inclusivas voltadas para a população que era atingida pela epidemia da AIDS, em especial homossexuais masculinos e travestis. Um dos exemplos foi o Encontro Nacional de Pessoas Vivendo com HIV/AIDS, realizado em 1991 no Rio de Janeiro, além de outras conferências nacionais e internacionais relacionadas ao enfrentamento da

doença. No ano seguinte, surge a Associação de Travestis e Liberados²¹ (ASTRAL), como forma de resistência a violência policial e a subalternidade que essas mulheres enfrentavam na sociedade. Fruto desse ativismo, no ano de 1993 aconteceu no Rio de Janeiro o Encontro Nacional de Travestis e Liberados que atuavam na Prevenção da Aids (ENTLAIDS). O evento foi de suma importância pois marcou politicamente a formação do movimento de travestis. Inspirado nesse acontecimento, em 1994 surge o Grupo Esperança em Curitiba, voltado às pautas de mulheres travestis e que foi gestado a partir de discussões realizadas no Grupo Dignidade (Odara, 2020; Passos, 2022).

No ano seguinte, em 1995, Curitiba sedia, simultaneamente, o VIII Encontro Brasileiro de Gays e Lésbicas (EBGL) e o Encontro de Gays e Lésbicas que Trabalham com AIDs. Para esse evento, foram utilizados recursos do Ministério da Saúde para a logística dos participantes. Isso evidenciava a busca por financiamentos a fim de garantir a manutenção dessas instituições. Nesse encontro é fundada a Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Travestis²² (ABGLT). Além disso, a aproximação com a política institucional fez com que em 1996 Luiz Mott, presidente do Grupo Gay da Bahia, fosse convocado pela presidência da república para o lançamento do Programa Nacional de Direitos Humanos (Grupo Dignidade, 2008).

Dessa maneira, tais apontamentos ajudam a entender o campo de possibilidades em que Toni Reis está inserido, na movimentação do Paraná e naquelas oriundas de Brasília. Nosso biografado se candidata em 1996, pelo PT, à Câmara Municipal de Curitiba, disputando uma das 35 vagas do legislativo municipal. Nesse pleito, o PT contou com outros 35 nomes, e apoiou Angelo Vanhoni e Ricardo Gomyde para o executivo. “Nós, homossexuais, queríamos sair das páginas policiais, de saúde e de comportamento para entrar nas manchetes de assuntos políticos do país” (Reis, entrevista, 2024). Sua candidatura fazia parte de um cenário mais amplo na política brasileira, pois se tratava da primeira campanha articulada nacionalmente com a presença de homossexuais.

Além disso, esse ano foi marcado por grandes movimentações para nosso viajante. Toni Reis era apoiado pelo então deputado estadual Angelo Vanhoni e Ricardo Gomyde (PT), candidatos à prefeitura pela coligação Frente Curitiba Popular, composta por PT, PCB, PV e PCdoB. Na corrida pelo poder executivo, também estavam Cássio Taniguchi (PDT), apoiado

²¹ O termo “liberados” referia-se a homens cisgêneros que mantinham relações afetivas, sexuais ou conjugais com travestis e mulheres transexuais, reconhecendo-as como parceiras legítimas e, muitas vezes, participando da vida cotidiana e política dessas mulheres (Pelúcio, 2007).

²² Durante o 8º Encontro Nacional de Gays e Lésbicas, grupos como a Associação de Travestis e Liberados (ASTRAL) reivindicaram sua participação e visibilidade no movimento, por intermédio da inclusão de suas demandas.

pelo então prefeito Rafael Greca e pelo governador Jaime Lerner. Outros nomes como Carlos Simões (PSDB) e Edson Muhlmann (PST) também estavam na disputa. Naquele ano, as eleições contavam com o uso da urna eletrônica, além de ter sido a eleição das estreias, pois os políticos estavam concorrendo pela primeira vez ao executivo (Gazeta do povo, 2012; Rehbein, 2008).

Com efeito, a decisão de ocupar espaços na política partidária foi tomada a partir do encontro Internacional Lesbian and Gay Association (ILGA), realizado em julho de 1995, no Rio de Janeiro, agregando a presença de grupos de homossexuais do Brasil e de diferentes países. No mesmo ano, o Movimento Homossexual Brasileiro se articulou na cidade de Salvador. Desse encontro resultou no lançamento de candidaturas nas capitais, em partidos como PT, PMDB, PDT, PFL, PGT e PSTU²³. Como se percebe, o espectro ideológico era diversificado, o que também expressava a dinâmica do movimento e flexibilidade programática dos partidos.

Em sua trajetória, nosso viajante se constituiu a partir das percepções adquiridas sobre política institucional e o diálogo com o poder público. Conhecido publicamente como “boa-praça e do tipo correto”²⁴, para existir, sua postura forjou táticas dentro do campo político. Dessa maneira, ele elabora e constrói uma narrativa sobre si, elegendo determinadas lembranças que não se configuram a partir de uma continuidade e coerência de suas múltiplas experiências. Assim, a memória se estabelece como elemento importante na construção da identidade individual e coletiva (Halbawachs, 1990; Pollak, 1992). No entendimento de Toni Reis, a inserção nos partidos políticos significou uma forma de colocar o movimento homossexual em evidência, trazendo para a esfera pública as pautas dos direitos de pessoas LGBTQIA⁺. Essa articulação, por outro lado, evidenciou conflitos e deixou marcas nas vivências pessoais: “hoje falando assim, aí foi uma besteira” (Reis, 2024). Suas memórias trazem sinais de realização e resistência, como veremos adiante.

O desejo de Toni Reis em entrar na vida política remete a 1990, antes de sua campanha a vereador. As ações promovidas pelo Grupo Dignidade e pela criação da Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Transexuais, Travestis e Intersexos (ABGLT) trouxeram uma notoriedade social ao nosso personagem. A criação de uma organização em âmbito nacional deu lugar a uma militância que prioriza a ação política, enfatizando a necessidade de medidas

²³ No Paraná, quatro candidatos que se declaravam homossexuais concorriam para as prefeituras municipais: Kaká (PSB) em Colombo, Edson Bezerra (PT) em Londrina, Milanês (PSB) em Paranaguá e Jeferson de Souza (PTB) em Porecatu (Carta assumindo a cidadania, 1996).

²⁴ Referência a entrevista concedida por Toni Reis ao jornal Gazeta do Povo (03 jul. 2011).

efetivas e representatividade que trouxessem resultados tangíveis. Essa busca por diálogos mais propositivos e pragmáticos com o governo e a sociedade era o foco dos ativistas que buscavam defender uma cadeira no poder do Estado. Todavia, tanto Toni Reis como David Harrad²⁵ observam que a política brasileira não se firmou como solução das dificuldades enfrentadas pela comunidade LGBTQIA⁺. Essa parece ser uma visão do presente sobre o passado recente dos personagens. A desilusão da política, como ferramenta de transformação social, mostra uma visão diferente das expectativas do movimento homossexual na década de 1990.

Ademais, o caminho político percorrido por Toni Reis é também marcado por tensionamentos ocasionados por suas decisões dentro do movimento homossexual brasileiro. A trajetória não é lisa, retilínea, senão irregular e sinuosa. O surgimento da ABGLT no VIII Encontro Brasileiro de Gays e Lésbicas (EBGL), em 1995, teria ofuscado pautas como a criação da Comissão Nacional de Direitos Humanos de Gays e Lésbicas, o que gerou descontentamentos por parte de alguns ativistas. Esse acontecimento marcou um terreno de disputas de narrativas e divergências. Segundo Marisa Fernandes, uma das fundadoras do Grupo Lésbico Feminista (LF), a institucionalização do movimento, servindo-se de uma organização de caráter centralizador, burocrático e de objetivos estratégicos mostra uma política agenciada sob os mesmos moldes que a heterossexual. Além disso, a falta de protagonismo de mulheres lésbicas em cargos de tomadas de decisões na ABGLT demonstrava tensões em relação a questões de igualdade de gênero (Fernandes, 2018).

“Eu fundei a primeira organização, a primeira entidade brasileira, saiu do Estatuto do Grupo Dignidade, da minha cabeça, a ABGLT” (Reis, 2024). Toni Reis enfatiza seu protagonismo na elaboração dessa instituição formada em 1995 como marco do ativismo LGBTQIA⁺. Segundo ele, os valores tradicionais e hierárquicos nas tomadas de decisões colaboraram para uma abordagem pragmática na resolução dos problemas. Entende que, para alcançar resultados, é importante ser flexível na busca por caminhos que contribuam, efetivamente, para o movimento e para as causas que se propõe a defender. Esse entendimento faz parte de sua identidade e ajuda a compreender sua candidatura política e seu modo de articular as demandas sociais.

²⁵ Na entrevista realizada com David, é possível identificar uma participação ativa no percurso trilhado pelo cônjuge, evidenciado o entrelaçamento das vivências do casal com a construção da candidatura de Toni Reis em 1996.

“Atitude para ousar ser”: a campanha eleitoral de Toni Reis

As eleições municipais de 1996 foram realizadas em todo o Brasil no dia 3 de outubro, visando escolher os representantes para o executivo e legislativo municipal. A campanha de Toni Reis à câmara de vereadores curitibana foi realizada a partir de doações voluntárias. David Harrad relata ter sido um dos apoiadores financeiros, visto que o candidato não possuía financiamento²⁶ do partido: “eu comecei a ganhar bem como tradutor e consegui ajudar a custear a campanha” (Harrad, 2024). Com as eleições assumiram uma dívida de aproximadamente 20 mil reais, valor que foi quitado com os trabalhos de tradução. Sem estrutura partidária, improvisaram um comitê no apartamento do casal, onde discutiam propostas e estratégias para o pleito daquele.

O local escolhido para o lançamento da campanha foi a extinta Sociedade Beneficente Protetora dos Operários, sendo um espaço de resistência e expressão da comunidade LGBTQIA⁺ de Curitiba. Nele ocorria, durante as décadas de 1960 a 1990, o Baile dos Enxutos, que ficou conhecido como Gala Gay durante o carnaval curitibano. Nesse evento, aconteciam desfiles de fantasias com direito a premiações, além de performances de mulheres travestis e drag queens. O período carnavalesco era o único momento em que as dissidências sexuais eram “toleradas” pela cidade conservadora (Siqueira, 2024).

Além disso, ainda no período da pré-campanha, é organizado um evento no Rock’n Roller, em Curitiba, em 31 de maio. David recorda que o espaço reunia muitas pessoas em clima de diversão, pois além do ambiente festivo, também tinha “um viés político” (Harrad, 2024). Entre os materiais que remetem à oficialização da candidatura, destacamos três pela simbologia e acionamentos comunitários (Imagem 1). Em um deles, há o chamamento coletivo para “sair do armário”, a fim de expressar o direito inalienável de se expressar: “manifeste-se”. Manifestar-se, aliás, é tornar-se público, declarar-se, assumir-se. Essa noção fazia eco a ideia de Toni Reis, ou seja, dar visibilidade como estratégia para lutar pelos direitos da população LGBTQIA⁺. Outro ponto que chama atenção é o uso da estrela. Nas campanhas políticas, esse símbolo pode ter múltiplos significados, desde representar a ideia de progresso e renovação, até

²⁶ O Fundo Partidário, oficialmente chamado de Fundo Especial de Assistência Financeira aos Partidos Políticos, foi criado pela Lei nº 4.737/1965, que instituiu o Código Eleitoral. Nas eleições de 1996, sua distribuição ocorria de acordo com a Lei nº 9.096/1995 com os seguintes critérios: 5% eram divididos igualmente entre todos os partidos com estatutos registrados no TSE, e 95% proporcionalmente ao número de votos válidos obtidos na última eleição para a Câmara dos Deputados. Segundo o TSE, o Partido dos Trabalhadores recebeu R\$ 273.348,72 nas eleições municipais de 1996. No entanto, não há registros públicos sobre os valores repassados individualmente a cada candidato, já que o financiamento público de campanhas ainda não era regulamentado como nos dias atuais (Brasil, 2025).

a evocação de movimentos históricos de esquerda. Desde seu surgimento, o PT adota a estrela como símbolo político, sendo também utilizada no material de campanha de Toni Reis.

O panfleto anuncia ainda atrações artísticas que seriam apresentadas naquela noite, com Drag Queens, Gogo Boys e Girls, coreógrafos, grupos de dança e artista plástica.

Imagem 6: Evento da campanha de Toni Reis em 1996



Na imagem 1C, da esquerda para a direita: Drag queen, Toni Reis, David Harrad e não identificado.

Fonte: Acervo da pesquisa.

Com base nesses elementos, observamos que Toni Reis aciona o entretenimento como estratégia para falar de política, criando um ambiente de celebração e unidade. O objetivo seria alcançar visibilidade e atrair eleitores, promovendo uma imagem de personagem acessível e carismático. Sendo um candidato representante das pautas LGBTQIA⁺ e de minorias sociais, a elaboração de eventos como esse estabelece uma conexão emocional com seu eleitorado, enfatizando a sensação de pertencimento e de comunidade. Logo, a discussão política é produzida em um espaço de familiaridade com o eleitor, contribuindo no engajamento da campanha.

Nessa ótica, o papel dos apoiadores e adversários ajuda a compreender uma campanha eleitoral. Isso expressa a dinâmica da disputa, bem como na mobilização das narrativas elaboradas sobre o candidato. Na imagem 1C, observamos como se pretende construir a imagem política. A ideia de um sujeito presente, envolvido com a comunidade e com as causas sociais tende a reforçar sua identidade enquanto líder progressista. Dançar conforme a música ou criar sua própria estratégia? Toni Reis buscou se aliar a grupos em situação de

vulnerabilidade como trabalhadoras do sexo, mulheres trans e travestis.

Em vista disso, para a campanha, foram criados dois comitês: o “Putapoio”, com cerca de 50 trabalhadoras do sexo, e o “Cidadania não tem roupa certa”, formado por mulheres travestis, além da participação de simpatizantes e de drag queens (Jornal do Estado, 27 ago. 1996). A intenção era montar um estande na rua XV de Novembro, uma das ruas principais do centro de Curitiba, para a distribuição de materiais de campanha. Nota-se que o movimento entre os apoiadores buscava legitimar sua articulação e circular em diferentes espaços e grupos, com manifestações de apoios de lideranças nacionais²⁷.

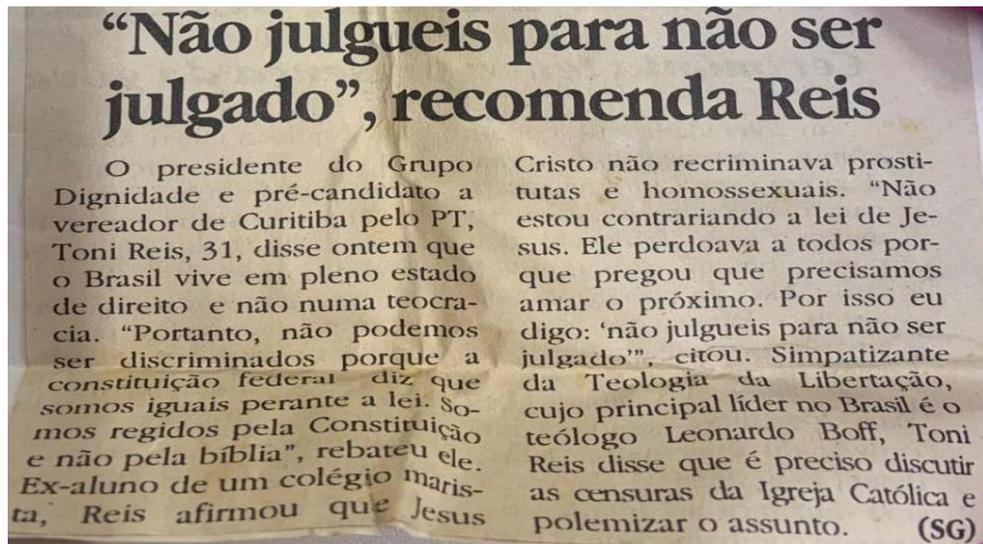
Por outro lado, entre os adversários, Toni Reis enfrentou a oposição de setores conservadores da Igreja Católica, que reagiram de forma crítica à candidatura de homossexuais. Para exemplificar o teor desse embate: o confronto com o arcebispo Dom Pedro Fedalto, já ocorrido noutras ocasiões²⁸, explicitava o conflito de valores morais. Além disso, a presença de dissidências sexuais na política simbolizava, alegadamente, uma ameaça à família e à moralidade cristã. Afinal, como dizia o prelado, “eu vou dizer a estas pessoas (favoráveis aos candidatos homossexuais) que elas não estarão ajudando a sociedade a promover a família. E o que é a família? É o amor de um homem para uma mulher. Que amor é este entre pessoas de um mesmo sexo?”.

Imagem 7: Reações públicas diante da candidatura de homossexuais em Curitiba



²⁷ Além de Marta Suplicy, Toni Reis contou com o apoio político do deputado federal José Genoíno e da deputada federal Benedita da Silva, ambos do Partido dos Trabalhadores.

²⁸ Os embates entre Toni Reis e Dom Pedro Fedalto ocorriam frequentemente, principalmente, por meio dos jornais. Em um texto de 1993, intitulado “A igreja e a homossexualidade”, Toni questiona a visão conservadora do bispo e do Papa João Paulo II com relação ao HIV/AIDS. Em janeiro de 1996, antes do lançamento de sua candidatura, a Igreja Católica lançou uma cartilha sobre orientação sexual. O texto condenava a educação sexual fora do ambiente familiar, o sexo fora do casamento e o uso de métodos contraceptivos como a camisinha. A reação do Grupo Dignidade e Toni Reis foi protocolar um abaixo-assinado ao então governador Jaime Lerner, reivindicando a implementação de um programa de educação sexual na rede pública de ensino (Folha Paraná, 1996).



Fonte: Jornal do Estado (17 jan. 1996).

Essa postura do arcebispo é rebatida por Toni Reis, sendo denunciada como uma forma de censura da Igreja. Para debater, ele costumava usar a mesma “arma do inimigo”: a Bíblia. Em referência à condenação da candidatura de homossexuais na política, nosso viajante, na mesma matéria, afirmou: “Não julgues para não ser julgado” (Jornal do Estado, 17 jan.1996), relatando que Jesus não recriminava prostitutas e homossexuais e trazendo à tona uma reflexão em relação ao amor ao próximo. Toni Reis parecia lidar bem com o discurso e simbologia religiosa, talvez, porque, como se declarava católico, desde a infância, recebeu os sacramentos iniciáticos da vida cristã e havia participado de movimentos e pastorais ligados à Igreja.

É válido registrar que um ponto que chama a atenção de Toni Reis é o silenciamento do bispo em relação às candidaturas ligadas aos neopentecostais, como as da Igreja Universal do Reino de Deus, dirigida pelo bispo Edir Macedo. Segundo o líder eclesial, não era possível “criticar estes candidatos porque vivemos numa democracia, numa sociedade ecumênica onde há diálogo entre pessoas das mais variadas religiões”. Nessa ceara, parece existir um alinhamento ideológico em relação as propostas e os princípios cristãos defendido pelos dois segmentos religiosos, como a valorização da vida, os valores da família e a moralidade sexual, e o inimigo comum era aquele que hasteava da homossexualidade.

Nesse ano, 1996, a Campanha da Fraternidade – mobilização anual da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) que propõe, durante a quaresma, a reflexão sobre temas sociais, políticos e econômicos à luz da fé cristã – trazia o lema “Justiça e paz se abraçarão”, fazendo um apelo para que a consciência política fosse integrada. Toni Reis aproveita o tempo quaresmal para, de forma eloquente e pouco cordial, afirmar que a consciência política do prelado “parece não ter acompanhado o processo de democratização, muito menos entendido

que todos têm direito a uma cidadania igual. O Arcebispo exibe que sob a sua orientação, a Campanha de Curitiba terá conotações fortemente discriminatórias e antidemocráticas” (Jornal do Estado, 23 jan. 1996).

Por consequência, a relação pouco amistosa envolvendo Dom Pedro Fedalto parece ter causado mal-estar na campanha, já que a mesma visibilidade que recebia também o inseria no centro de polêmicas que, inevitavelmente, tendiam a promover desgastes. Alguns movimentos de aproximação foram realizados, mediados pela Irmã Fernanda, religiosa ligada à Ordem das Oblatas: “ela fazia essa ligação entre o bispo e o Toni. Ela não era lésbica, mas ela tinha a cabeça aberta” (Harrad, 2024). Outra tentativa de aproximação ocorreu quando Angelo Vanhoni, candidato petista a prefeito, acompanhou Toni Reis em uma visita ao bispo, na Cúria da arquidiocese. Nessa ocasião, teria presenteado o bispo com um exemplar do livro “Direito de amar: a história de um casal gay” (Estado do Paraná, 3 set. 1996). Esse gesto sinalizava para o diálogo com a Igreja, afinal essa disputa poderia ser realizada noutras trincheiras.

Além disso, durante a campanha, além dos desafios com a falta de financiamento e reações de setores conservadores da sociedade, surgiu um impasse que poderia ter impacto direto na candidatura. No dia 7 de março de 1996, David Harrad e Toni Reis foram surpreendidos com a visita da polícia federal, no apartamento onde residiam. Segundo a denúncia, David estava em situação irregular no Brasil e devia deixar o país em até oito dias. Seu visto de turista, que permitia a permanência por até três meses, estava vencido. Naquele momento, a legislação brasileira não reconhecia o casamento entre pessoas do mesmo sexo, o que impossibilitava a regularização de sua permanência por meio de união conjugal com Toni.

Diante dessa adversidade, o caminho seria arrumar um trabalho formal. Porém, as barreiras culturais e linguísticas tornavam inviável tal possibilidade. A alternativa foi tornar o caso público²⁹. O casal, que vivia junto desde 1990, buscou a imprensa para contar sua história e mobilizar o poder público. Segundo David, esse movimento trouxe visibilidade à campanha política, pois as pessoas sabiam quem ele era por conta da repercussão nacional (Harrad, 1996).

Consequentemente, esse acontecimento impulsionou o projeto, protocolado no Congresso Nacional, que buscava legalizar o casamento entre homossexuais, apresentado por Marta Suplicy³⁰, deputada federal pelo PT. A deputada se tornou uma das principais apoiadoras

²⁹ Com a visibilidade do casal, David foi contratado para prestar um serviço temporário de consultoria em uma agência da ONU, no âmbito do Ministério da Saúde, sendo uma solução naquele momento para a permanência do inglês no Brasil.

³⁰ O projeto de Lei n. 1151 de 1995 (PL 1151/1995) foi apresentado à Câmara dos Deputados em 1995 pela então deputada federal Marta Suplicy. A proposta inicial passou por reformulações e, em 1996, contou com uma Comissão Especial que incluía ativistas como Luiz Mott (GGB) e Toni Reis (Grupo Dignidade). O projeto gerou grande debate na sociedade e no Congresso Nacional, e foi aprovado na Câmara dos Deputados em 2013. Neste

das candidaturas dissidentes no país, e sobre Toni Reis comentou “que é uma pessoa que assume sua homossexualidade. O Toni leva uma bagagem de vida, de experiência, de dor, de discriminação pra Câmara que é muito importante” (Suplicy, 1996).

Essa é uma das falas de Marta Suplicy, gravada quando de sua estadia em Curitiba, por ocasião da campanha de Toni Reis. Chama a atenção a ênfase dada às experiências vivenciadas pelo candidato, dizendo da capacidade para ampliar a atuação no legislativo municipal. Esse mecanismo também é utilizado em outros materiais de campanha, quando constrói uma cena de dúvidas e percalços para, na sequência, evidenciar a superação e sucesso do protagonista da história. Na construção da imagem política, utiliza estratégias que busca uma aproximação com os eleitores, que pode ser demonstrada na maneira como o indivíduo ultrapassa e conquista a vitória sobre os obstáculos surgidos na vida. Trata-se de uma narrativa heroica e teleológica, em que o sujeito progressivamente supera as dificuldades. O percurso de sua história, nessa chave narrativa, se configura como um projeto linear e homogêneo, remetendo a ideia de ilusão biográfica (Bourdieu, 2006).

Para ser ousado é preciso “pura coragem”: as pautas defendidas na campanha

Você votaria em um candidato gay?
“Não, porque ele é gay, praticamente vira mulher ele não é homem”
“Não, porque não há possibilidade de colocar um homem
nessa qualidade num posto elevado”
“Acho que sim, se ele fosse competente, não interessa sua sexualidade”

Essas são algumas opiniões da população curitibana anunciadas durante as eleições de 1996. A campanha promovida pelo programa televisivo *Fala Paraná* buscou mobilizar o ponto de vista da sociedade acerca do tema. Tais posicionamentos, que em sua maioria eram contrários ao ingresso de homossexuais na política, demonstra como o assunto da diversidade sexual era recebido. As manifestações, em geral, continham ironias, chacotas, humilhações e desqualificação quanto a capacidade intelectual e moral dessas pessoas. Elas externalizam posições de marginalidade em que a expressão da orientação sexual e identidade de gênero é pautada nas instituições representativas e o quanto essa luta está longe de acabar (Santos, 2016).

Diante desse panorama em que uma campanha que era definida como ousada e corajosa, Toni Reis recebeu 3.100 votos, insuficientes para conquistar uma cadeira na Câmara de

mesmo ano o Supremo Tribunal Federal (STF) reconheceu a união estável como equivalente ao casamento, dispensando a necessidade de aprovação de um novo projeto legislativo.

Vereadores. Apesar de não vencer as eleições, nosso viajante trouxe pontos importantes para serem discutidos na sociedade. Suas principais pautas eram centradas na educação, na saúde e nos direitos humanos. Devemos ressaltar que essas bandeiras foram pensadas estrategicamente pelo movimento GLBT, sendo comum aos candidatos homossexuais que se lançaram ao executivo e legislativo no Brasil. No seu portfólio, constava a experiência como presidente da Casa do Estudante Universitário (CEU), entre 1987 a 1988, a formação universitária no curso de Letras pela Universidade Federal do Paraná (UFPR), além de seu protagonismo na fundação do Grupo Dignidade, espaço a partir do qual eram promovidas campanhas de prevenção ao HIV/AIDS e as doenças sexualmente transmissíveis (DST's).

Em consonância com essa estratégia, descartando os apelos e *slogan* de que “gay vota em gay”, Toni Reis não fez uma campanha que privilegiasse a pauta identitária, procurando abranger também os diferentes setores da população da capital. “Não vamos olhar somente para nosso umbigo, não usaremos um mandato exclusivamente para os gays, mas para toda a cidade” (Gazeta do Povo, 28 abr. 1996). Assumindo essa estratégia, ele buscou construir uma base ampla de apoio ao entender que para ganhar as eleições necessitava buscar votos nos diversos grupos da sociedade, inclusive dos conservadores e da Igreja.

Ainda nessa perspectiva, nosso protagonista acreditava na importância da valorização da identidade para que a visibilidade fosse efetivada e os direitos conquistados. Um de seus materiais de campanha apresentava elementos simbólicos que refletiam a mensagem que buscava passar. No panfleto (Imagem 3), frente e verso, nota-se o uso do documento de identidade, contendo assinatura e a impressão digital como forma de afirmar abertamente quem era. A utilização da cor vermelha e da estrela são símbolos conhecidos como do PT. No verso, o material faz alusão a carteira de identidade, sendo um documento que atesta a nacionalidade e origem de uma pessoa. A assinatura de Toni Reis e o slogan “pura coragem” sinalizam para uma ousadia política frente a perseguições, crimes de ódio, violência verbal e física dentre outros receios em sustentar uma campanha assumidamente gay.

As frases “Felicidade não rima com discriminação”, “cidadania e dignidade para todos”, “todos nós temos algo em comum, somos todos diferentes com direitos iguais” expressam as pautas levantadas na candidatura. A defesa dos direitos humanos e respeito à igualdade eram bandeiras defendidas não apenas por Toni Reis, mas pelo movimento GLBT.

Imagem 8: Material de campanha de Toni Reis



Fonte: Acervo da pesquisa.

Outro elemento que desperta interesse tem a ver com o número de urna do candidato: 13624. É que o número 24, no jogo do bicho, está associado ao veado, animal frequentemente usado, de maneira pejorativa, para se referir aos homossexuais. Como forma de resistência a essa estigmatização, Toni Reis adota essa numeração, que foi recebido em um tom de chacota por parte dos veículos de comunicação:

O candidato Toni Reis, homossexual assumido, ganhou tranquilamente o número 13.624 no encontro que sorteou os números dos candidatos do PT (Jornal do Estado, 9 jun. 1996).

Não houve disputa pelo número 24 entre os candidatos a vereador pelo PT de Curitiba, no sorteio realizado na noite de quarta-feira. Toni Reis, que carrega a bandeira do homossexualismo, reivindicou o 13.624 e ninguém contestou (Jornal Folha de Londrina, 7 jun. 1996).

Os jornais e a televisão desempenham um papel relevante nas campanhas eleitorais. Nos anos 1990, a mídia tradicional possuía grande influência na formação da opinião pública, seja pelos programas televisivos, pelo horário de propaganda eleitoral ou notícias divulgadas pela imprensa. Durante a campanha, Toni Reis participou de um debate sobre a presença de homossexuais na política no Programa QI na TV. O episódio contou, ainda, com a participação do advogado Dalio Zippin, do vereador Eliseu Furquim (PFL), militar aposentado, e do pastor Curt Albrecht, da Igreja Luterana do Brasil.

No decorrer do programa, os argumentos verbalizados demonstram que a opinião dos participantes focava o alegado despreparo dos homossexuais, cujas candidaturas eram vistas como pouco promissoras para futuros mandatos. Outro ponto levantado era a visão da imoralidade cristã enfatizada pelo pastor luterano, visto que, segundo a Bíblia, seria pecaminoso o modo de vida homossexual. É notável que a presença de Toni Reis nesse debate incomodou representantes de setores da sociedade, igrejas e militares, como se o nosso viajante não pudesse trafegar naquele percurso da esfera pública. De fato, era como se estivesse vetado o trânsito de homossexuais naquela via expressa³¹.

Percebe-se, durante o programa, que a questão da sexualidade excedia o âmbito privado, com perguntas como: “há mais homossexuais no poder legislativo?”, gerando desconforto a Toni Reis. A propósito, situação semelhante ocorreu em agosto desse ano, 1996, quando, em uma sessão do Congresso Nacional, em que se discutia o casamento entre pessoas do mesmo sexo, Toni Reis e David Harrad enfrentaram perguntas constrangedoras e preconceituosas sobre a vida sexual do casal. Uma das reações, e como resistência ao pelotão de ataque conservador, o casal se beijou – um gesto simbólico no centro do poder político do Brasil (Manchete, 17 ago. 1996).

As pautas levantadas por Toni Reis na campanha eleitoral de 1996 giravam em torno da saúde, educação e direitos humanos. Quanto à saúde, algumas de suas propostas se relacionavam ao combate ao HIV/AIDS. Durante a década de 1990, essa epidemia foi um dos principais desafios de saúde pública. Nesse período, o Brasil começou a se destacar internacionalmente por adotar uma abordagem inovadora com a distribuição gratuita de medicamentos antirretrovirais. As campanhas educativas de prevenção e a promoção do uso de preservativos eram essenciais para enfrentar o estigma e reduzir a disseminação do vírus (Barros, 2018).

Além disso, naquele momento, o movimento GLBT entrou no debate da democratização de informações acerca do HIV/AIDS, de sorte que a distribuição de folhetos sobre o uso da camisinha como forma de prevenção para o sexo seguro era realizada em boates, saunas e casas noturnas, compondo parte das ações concernentes à saúde pública. No Paraná, essa movimentação era dirigida pelo Grupo Dignidade que, em parceria com o Ministério da Saúde, desenvolvia campanhas informativas sobre os modos de se proteger da doença, destinadas aos

³¹ Subvertendo a ordem e a opinião hegemônica, um aspecto curioso foi a postura do advogado Dalio Zippin, que, em 1995, atuou no emblemático caso de Gisele Gaga, uma travesti brutalmente assassinada por um policial militar durante o VII Encontro de Homossexuais em Curitiba. A postura favorável de Zippin a Toni Reis, reforça o compromisso com os direitos humanos e a luta por justiça social.

profissionais do sexo, travestis e homens gays, considerados grupos de risco (Trevisan, 2004; Grupo Dignidade, 2008).

Uma das propostas consistia na implementação de Conselhos Locais de Saúde e fóruns populares, cujo objetivo era envolver a população na fiscalização e construção de alternativas para melhores condições dos equipamentos de saúde. Com a Constituição de 1988, e a criação do Sistema Único de Saúde (SUS) em 1990, os Conselhos de Saúde e as Conferências de Saúde estavam se consolidando como espaços de participação democrática, permitindo que a população e trabalhadores de saúde participassem das políticas públicas. Toni Reis expressava o desejo de que 10% do orçamento municipal fossem destinados à saúde, sendo uma maneira de garantir recursos para o setor e contribuir para a estabilidade financeira do setor. Outros pontos consistiam em promover melhores condições de trabalho aos servidores da saúde, defesa de implantação de sistemas de saneamento básico para toda população e promoção da saúde preventiva combinando a integração de ações educativas.

Em relação à educação, pauta igualmente cara a Toni Reis, que foi professor da rede estadual entre os anos de 1992 e 1995, três propostas foram defendidas: a criação de Conselho Municipal de Educação, a elaboração de programa permanente de educação sexual interdisciplinar nas escolas e a construção e melhorias nas moradias estudantis.

A proposta de criar um Conselho Municipal de Educação se alinhava diretamente aos princípios da Constituição de 1988 e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996, que promovia a descentralização da gestão educacional e a participação social. A criação de um conselho poderia fortalecer o controle social e garantir que as decisões sobre a educação fossem feitas de forma democrática e participativa, envolvendo a comunidade e os educadores. Essa iniciativa reivindicava o direito da sociedade de exigir maior transparência e participação nas decisões políticas (Saviani, 1999; Cury, 2006).

Na verdade, a educação sexual nas escolas foi o tema que ganhou visibilidade nos anos 1990, especialmente com a crescente preocupação sobre a disseminação do HIV/AIDS entre os jovens. Nessa esteira, a proposta de Toni Reis consistia em implementar um programa permanente de educação sexual nas escolas. Isso se deu pela ideia em educar os jovens para a prevenção, combatendo tabus e promovendo um entendimento sobre sexualidade. A questão da sexualidade devia ser enfocada em uma perspectiva interdisciplinar, envolvendo profissionais da saúde, da sociologia, da psicologia, entre outros, a fim de que o currículo escolar incorporasse o tema de uma maneira complexa e integradora (Bueno; Ribeiro, 2018).

Toni Reis já desenvolvia ações nessa direção, mediante o projeto “Ensinando a viver”, criado em 1995 e vinculado ao Grupo Dignidade. Nele, discutia a educação sexual dentro das

escolas públicas de Curitiba e da região metropolitana. Tinha como objetivo combater o preconceito na comunidade escolar com oficinas de formação aos professores e palestras aos estudantes. Segundo dados do Grupo, durante dois anos de atuação “o projeto atingiu 28 escolas, 649 alunos, 259 professores, e 23 funcionários” (Grupo Dignidade, 2008, p. 41).

No Paraná, o debate dessa temática nas escolas esbarrou nas reações de grupos como a Igreja Católica. Em 1996, a Igreja lançou uma cartilha de orientação sexual elaborada pelo Vaticano a respeito da condenação da educação sexual fora de casa, entendendo que é responsabilidade do núcleo familiar, além de retomar a condenação ao sexo fora do casamento e o uso da camisinha entre casais (Santa Sé, 1995). Para Toni Reis, essa atitude religiosa favorece “a morte e não a vida, porque hoje em dia fazer sexo sem camisinha é um risco”. Segundo o protagonista da nossa investigação, essa postura propagava a desinformação, visto que a escola é um ambiente de formação humana. Ele entendia como uma das soluções a implementação de um programa de educação sexual na rede pública de ensino, pois as campanhas isoladas promovidas pela Secretaria da Saúde tinham impacto limitado.

Outra questão tinha a ver com a experiência de Toni como presidente da Casa do Estudante Universitário (CEU), refletindo sua preocupação com as condições de vida dos estudantes, especialmente, daqueles que partem de outras regiões para estudar em Curitiba. A melhoria das moradias estudantis era uma demanda na década de 1990, já que muitos desses espaços enfrentavam problemas de infraestrutura, falta de recursos e condições precárias.

A pauta dos direitos humanos, igualmente, ganhou força com a constituição brasileira de 1988, que levou, depois, o epíteto de constituição cidadã. A emenda que proibia a discriminação com base na orientação sexual havia sido construída junto a grupos homossexuais do Brasil. Durante a votação da proposta, 33 pastores evangélicos posicionaram-se contra a medida, fundamentando seus votos em argumentos que associavam a proposta à imoralidade, à anormalidade e à promiscuidade. Embora a emenda não tivesse sido levada adiante, alcançou efeitos em estados como Sergipe e Mato Grosso que adotaram uma legislação antidiscriminatória. Esse movimento seria a base para outras movimentações no Congresso Nacional, como o casamento entre pessoas do mesmo sexo e a proibição da LGBTfobia (Green, 2022).

Ainda na esfera dos direitos humanos, Toni Reis enfatizava a promoção da cidadania de mulheres, negros, trabalhadores do sexo, pessoas com necessidades especiais, juventude, crianças, adolescentes e homossexuais. Em destaque observamos duas propostas. A primeira se trata da criação de Conselhos Municipais de Direitos Humanos, cujo objetivo consistia na ampliação da participação social na formulação de políticas de direitos humanos, conforme está

na Constituição de 1988, estabelecendo a necessidade de garantir a participação da sociedade civil na construção e implementação dessas políticas, fortalecendo a democracia e a proteção dos direitos fundamentais. Já a segunda proposta previa a inclusão da proibição da discriminação por orientação sexual e identidade de gênero na Lei Orgânica de Curitiba, com a devida tipificação como crime. Essa medida visava a garantir proteção legal a pessoas LGBTQIA⁺, oferecendo instrumentos jurídicos para punir práticas preconceituosas e promover a igualdade de direitos.

Notamos que as vivências de Toni Reis legitimaram e pavimentaram, em grande parte, sua candidatura a partir de um capital cultural, simbólico e político (Bourdieu, 1989). Ao se lançar como candidato abertamente homossexual, desafiou as estruturas tradicionais desse campo, trazendo demandas ligadas à diversidade e aos direitos da população LGBTQIA⁺.

Algumas considerações: é o fim da viagem ou início de novos “desvios”?

Ao longo deste texto, procuramos abordar a dimensão política na trajetória de Toni Reis, com destaque para sua candidatura a vereador nas eleições municipais de 1996 pelo Partido dos Trabalhadores. Sua campanha se insere em um cenário marcado pela transformação, reverberando o processo de redemocratização que passava o Brasil, em que os movimentos sociais reivindicavam participação política e ações efetivas de inclusão de suas demandas.

Embora não tenha conquistado uma cadeira na Câmara Municipal, Toni Reis chamou a atenção da mídia, demonstrando sua capacidade de pautar discussões relevantes e dar visibilidade às questões da diversidade sexual e dos direitos humanos. Sua campanha buscava votos, ao mesmo tempo em que reposicionava as fronteiras do campo político, na medida que incluía temas de justiça social e equidade como centrais no debate público, ressignificando o que é considerado “legítimo” ou “relevante” na arena eleitoral.

Ao apresentar uma candidatura, ele parece ter procurado explorar as brechas do sistema político, trazendo à tona demandas de quem vive e afirma uma sexualidade dissidente. Durante os meses que antecederam a eleição de outubro de 1996, precisou responder perguntas constrangedoras de setores da sociedade, mais interessados em explorar curiosidades sobre sua vida sexual do que em discutir as propostas de sua campanha. Além desse ambiente hostil, Reis encontrou forte resistência de instituições como a Igreja Católica, que, publicamente, se posicionava contra a possibilidade de um candidato homossexual ocupar espaços de poder. Por outro lado, recebeu apoio de lideranças nacionais, muitas delas referência nas lutas pelos direitos das mulheres e da comunidade LGBTQIA⁺. Esses apoios parecem ter sido fundamentais para fortalecer a campanha e tornar público temas caros, como o do casamento

entre pessoas do mesmo sexo.

Outro ponto que merece destaque é a presença de David Harrad, seu esposo, cuja atuação ia além do mero papel de coadjuvante, afinal esteve na construção da trajetória de Toni Reis, contribuindo de forma ativa para os avanços que marcaram sua história. Observamos que a vida privada do casal está atrelada a vida pública, visto que a luta pessoal para David ficar no Brasil também se configurou como uma luta coletiva.

A candidatura de Toni Reis, apesar de não ter resultado em vitória nas urnas, foi simbólica e estratégica. Sua história evidencia a importância de desafiar estruturas conservadoras e ocupar espaços políticos, mesmo diante das contradições e resistências encontradas ao longo do percurso. Toni Reis voltaria a se aventurar na política, tendo sido candidato a vereador em 2000: dessa vez, pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB), quando alcançou 9.357 votos. Posteriormente, em 2014, concorreu a uma vaga à Assembleia Legislativa do Paraná, pelo PCdoB, conquistando 25.649 votos: insuficientes, portanto, para garantir sua eleição. A partir dessas frustrações eleitorais, parece ter entendido que sua atuação se dá noutro frente, como no diálogo com parlamentares, por meio do exercício de advocacia, algo que realiza até os dias atuais.

Sua trajetória política faz pensar sobre o cenário político internacional e seus reflexos no Brasil. Enfatizamos que, no momento de escrita desse texto, estamos vivenciando uma série de retrocessos que ameaçam a existência de pessoas trans e resultam na perda de direitos por parte da população LGBTQIA⁺. As medidas inconstitucionais promovidas pelo presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, evidenciam a vulnerabilidade desses direitos diante de governos ultraconservadores. Nas terras tupiniquins, acontecimentos como esses inflamam discursos de ódio por parte de setores conservadores, que tentam deslegitimar os avanços conquistados pela comunidade (Silva, 2024; Pereira, 2024).

A presença de lideranças políticas comprometidas com a defesa dos direitos humanos se torna fundamental. Figuras como Erika Hilton, Monica Benicio, Duda Salabert, Erica Malunguinho, entre outros personagens que atuam no cenário político brasileiro, parece ser premente para resistir às tentativas de apagamento e retrocesso de direitos. Vale mencionar a manifestação de Dalia Costa, militante transfeminista, agredida em uma festa da Universidade Federal de Pernambuco. Em 2018, em uma audiência pública na Assembleia Legislativa daquele Estado, ela afirmou: “Opressão a gente não discute: a gente elimina”. Seu posicionamento reforça a luta que todos enfrentam para existir e ter os direitos assegurados.

Esses exemplos atuais sinalizam, por fim, que, ao revisitarmos a complexa trajetória de Toni Reis, reconhecemos o peso e a importância de sua atuação em momentos nos quais a

simples afirmação pública de uma identidade dissidente, *per se*, já configurava um ato político. Sua candidatura em 1996, ao mesmo tempo em que expôs os limites de uma democracia ainda em consolidação, contribuiu para abrir caminhos para que outras pessoas que lutam pelos direitos LGBTQIA+ no Brasil, hoje, pudessem ocupar, democraticamente, os epicentros de poder que Toni, naquela conjuntura, almejou adentrar.

Fontes

- CARTA ASSUMINDO A CIDADANIA. Aprovada na reunião de grupos e núcleos organizados de gays, lésbicas e travestis no Estado do Paraná, 27 jan. 1996.
- ESTADO DO PARANÁ. **Igreja ataca candidaturas gays**. 17 jan. 1996.
- ESTADO DO PARANÁ. **Os gays e a Igreja Católica**. 23 jan. 1996.
- FOLHA DE LONDRINA. **Endereço certo**. 7 jun. 1996.
- GAZETA DO POVO. **Os gays descobrem a política**. 28 abr. 1996.
- GAZETA DO POVO. 1996: Taniguchi perpetua a república do Ippuc. Disponível em: <https://bit.ly/4cWnAb5>. Gazeta do Povo. 2012. Acesso em: 05 maio 2025.
- Grupo Dignidade. **Depoimento de Marta Suplicy**. [vídeo]. Curitiba. 1996.
- GRUPO DIGNIDADE. **Uma história de dignidade** – contribuindo para a construção da cidadania de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais (LGBT). Curitiba: Grupo Dignidade, 2008.
- HARRAD, David. **Entrevista concedida a Izabela de Paula Gomes**. Curitiba, 16 dez. 2024.
- JORNAL DO ESTADO. **Na cabeça**. 9 jun. 1996.
- JORNAL DO ESTADO. **Comitê de prostitutas apoia candidato homossexual**. 27 ago. 1996.
- MANCHETE. **Política x homossexualismo**. 17 ago. 1996.
- NÚCLEO DE GAYS E LÉSBICAS DO PARTIDO DOS TRABALHADORES. Documento sobre direitos LGBTQIA+: propostas e ações. São Paulo: Partido dos Trabalhadores, 1994.
- QI NA TV. **Toni Reis candidato a vereador**. [vídeo]. Curitiba. 1996.
- REIS, Toni. **Entrevista concedida a Izabela de Paula Gomes**. Curitiba, 23 jul. 2024.
- SANTA SÉ. **Sexualidade humana: verdade e significado** – orientações educativas em família. Pontifício Conselho para a Família, 8 dez. 1995. Disponível em: <https://bit.ly/4lStCO2>. Acesso em: 03 maio 2025.
- ZERO HORA. **Encontro em Brasília define o Programa de governo de Lula**. 01 maio 1994.

Referências

- AVELAR, Alexandre de Sá. A biografia como escrita da História: possibilidades, limites e tensões. **Revista de História** (UFES), v. 24, p. 157-172, 2010.

- BARROS, Sandro Garrido de. **Política Nacional de Aids: construção da resposta governamental à epidemia HIV/aids no Brasil**. Salvador: EDUFBA, 2018.
- BOURDIEU, Pierre. **A ilusão biográfica**. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (Orgs.). Usos e abusos da História Oral. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2006, p. 183-191.
- BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.
- BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. **Fundo Partidário**. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/partidos/contas-partidarias/fundo-partidario-1>. Acesso em: 16 jun. 2025.
- BUENO, Rita Cássia Pereira; RIBEIRO, Paulo Rennes Marçal. História da educação sexual no Brasil: apontamentos para reflexão. **Revista Brasileira de Sexualidade Humana**, v. 29, n. 1, p. 49-56, 2018.
- CRUZ, Rodrigo. **Do protesto as urnas: o movimento homossexual na transição política**. 2015. 52 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal de São Paulo, São Paulo, 2015.
- CRUZ, Rodrigo. Do protesto de rua a política institucional: A causa homossexual nas eleições de 1982. In: GREEN, James N.; QUINALHA, Renan; CAETANO, Marcio; FERNANDES, Marisa (Orgs.). **História do Movimento LGBT no Brasil**. São Paulo: Alameda, 2018, p. 255-277.
- CURY, Carlos Roberto Jamil. Conselhos de educação: fundamentos e funções. **RBP AE**, v. 22, n. 1, p. 41-67, jan./jun. 2006.
- DEHESA, Rafael de la. **Queering the public sphere in Mexico and Brazil: sexual rights movements in emerging democracies**. Durham: Duke University Press, 2010.
- FACCHINI, Regina; SIMÕES, Júlio Assis. **Na trilha do arco-íris: do movimento homossexual ao LGBT**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2009.
- FERNANDES, Marisa. Ações Lésbicas. In: GREEN, James N.; QUINALHA, Renan; CAETANO, Marcio; FERNANDES, Marisa (Org.). **História do Movimento LGBT no Brasil**. São Paulo: Alameda, 2018, p. 91-120.
- GAMA, Maria Clara Brito. O movimento Homossexual Brasileiro na Assembleia Nacional Constituinte (1987/88). **Revista Brasileira de Estudos da Homocultura**, v. 4, n. 14, p. 82-108, maio/ago. 2021.
- GREEN, James Naylor. A luta pela igualdade: desejos, homossexualidade e a esquerda na América Latina. **Cadernos AEL**, v. 10, n. 18-19, 2003.
- GREEN, James Naylor. **Além do Carnaval: a homossexualidade masculina no Brasil do século XX**. São Paulo: Editora Unesp, 2022.
- HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.
- LAIBIDA, Daiane Carnelos Resende. As políticas públicas de Roberto Requião: uma agenda neoliberal ou social democrata? **Revista NEP**, v. 5, n. 1, p. 160-182, 2019.
- LAMOUNIER, Bolívar. **Da independência a Lula: dois séculos de política brasileira**. São Paulo: Augurium Editora, 2005.
- MACRAE, Edward. **A construção da igualdade: identidade sexual e política no Brasil da abertura**. Campinas: Editora Unicamp, 1990.
- MAUCH, Walter Luiz. Patrimonialismo, tecnoburocracia e neoliberalismo: a reforma do

- Estado no governo Jaime Lerner (1995-2002). **Revista NEP**, v. 2, n. 1, p. 62-63, 2019.
- ODARA Thiffany. **Pedagogia da desobediência**: Travestilizando a educação. Salvador: Devires, 2020.
- PASSOS, Maria Clara. **Pedagogias das travestilidades**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2022.
- PELÚCIO, Larissa. **Abjeção e desejo**: uma etnografia sobre relações afetivo-sexuais entre travestis e seus parceiros. São Paulo: Edusc, 2007.
- PEREIRA, Rafael Rodrigues. A institucionalização dos discursos de ódio e antidemocráticos: seus perigosos efeitos na retomada de direitos e na violência LGBTIfóbica. **Revista Brasileira de Estudos da Homocultura**, v. 7, n. 1, p. 1-27, 2024.
- POLLAK, Michel. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.
- REHBEIN, Mauro Pioli. **Curitiba – 50 anos de eleições municipais – as forças políticas que nas democracias e no governo militar disputam o poder**. 2008. 406 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia – Núcleo de Pesquisa Instituições e Poder) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2008.
- SANTOS, Gustavo Gomes da Costa. Diversidade sexual, partidos políticos e eleições no Brasil Contemporâneo. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 21, p. 147-186, set./dez. 2016.
- SCHMIDT, Benito Bisso. Biografia e regimes de historicidade. **Métis: história e cultura**, v. 2, n. 3, p. 57-72, jan./jun. 2003.
- SCHMIDT, Benito Bisso. Contar vidas em uma época presentista: a polêmica sobre a autorização prévia. *In*: AVELAR, Alexandre de Sá; SCHMIDT, Benito Bisso (Orgs.). **Grafia da vida**: reflexões e experiências com a escrita biográfica. São Paulo: Letra e Voz, 2012, p. 17-31.
- SAVIANI, Dermeval. **A nova lei da educação**: trajetórias, limites e perspectivas. Campinas, São Paulo: Autores Associados, 1999.
- SILVA, Júlia Duarte. **A Comissão de Direitos Inalienáveis do governo Trump**: um estudo sobre o conservadorismo social e suas interfaces na estratégia de desconstrução dos Direitos Humanos. 2024. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Relações Internacionais) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2024.
- SIQUEIRA, Ricardo de. Baile de Carnaval abria o armário de Curitiba. Disponível em: <https://www.portalcomunicare.com.br/baile-de-carnaval-abria-o-armario-de-curitiba/#:~:text=Era%20no%20Baile%20dos%20Enxutos,pessoas%20do%20resto%20do%20pa%C3%ADs.Comunicare.2024.Acesso%20em%204%20maio%202025.>
- TREVISAN, João Silvério. **Devassos no paraíso**: a homossexualidade no Brasil, da Colônia à atualidade. 6. ed. Rio de Janeiro: Record, 2004.
- VELHO, Gilberto. Trajetória individual e campo de possibilidades. *In*: VELHO, Gilberto. **Projeto e metamorfose**: antropologia das sociedades complexas. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003, p. 31-48.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da trajetória de Toni Reis, este trabalho buscou evidenciar como as experiências individuais, inseridas em contextos históricos e sociais, contribuem para a constituição de identidades e para a construção de espaços de atuação política. A abordagem biográfica permite não apenas explorar episódios da vida do biografado, mas também compreender as dinâmicas subjetivas que perpassam sua existência, militância e presença pública enquanto sujeito dissidente em um país que lidera, pelo 16º ano consecutivo, o *ranking* mundial de homicídios contra pessoas LGBTQIA⁺.

Ao longo da escrita, uma frase do escritor e poeta João Guimarães Rosa ecoou em meus pensamentos: “A coisa não está nem na partida nem na chegada. Está é na travessia”. Ao mergulhar em uma trajetória, compreendi que o mais valioso não está na linha de chegada, mas no próprio percurso das experiências vividas, nos gestos cotidianos de construir e reconstruir a si mesmo e nas constantes negociações e contradições das relações humanas.

Desse modo, na elaboração desta pesquisa, compreendemos algumas personas de Toni Reis, visto que não é possível explorar uma trajetória em sua totalidade a partir de uma narrativa linear e coesa que mascara as discontinuidades, as contradições e rupturas. Bourdieu (2006) foi providencial para que não caíssemos na ilusão biográfica. Ao analisar os relatos e as fontes presentes neste estudo, percebemos como essa fantasia pode operar de forma silenciosa, naturalizando certos percursos e ocultando os efeitos das estruturas sociais. Não procuramos construir uma narrativa que posicione Toni Reis como vilão ou mocinho, mas como sujeito de múltiplos condicionamentos sociais, históricos e simbólicos que atravessam sua vida, vivida em uma sociedade complexa (Velho, 2003).

Ao utilizarmos a metáfora da viagem para o entendimento da vida de Toni Reis, procuramos evidenciar que são os caminhos trilhados, com seus desvios, paradas, avanços e recuos, que forjam a singularidade de sua existência. Assim, como todo viajante carrega marcas do caminho por onde passa, cada passo dado por Toni inscreve sentidos que ultrapassam o âmbito individual, entrelaçando-se com as demandas sociais da comunidade LGBTQIA⁺. Tendo presente essa metáfora, procuramos, tanto metodológica como teoricamente, organizar a pesquisa da seguinte maneira: no primeiro artigo, convidamos o leitor a arrumar as malas e localizar nosso biografado no tempo e no espaço. Esse movimento serviu como ponto de partida para situar o cenário revelando o quanto ainda é escassa, na academia, a presença de narrativas que abordam as existências de Toni Reis e sua militância política. Percurso se iniciava.

Na segunda parada, entramos na primeira estação propriamente dita. Aqui, mergulhamos em algumas vivências de Toni Reis: suas relações familiares, especialmente com os irmãos e a mãe, bem como os conflitos vivenciados dentro da Igreja, espaço que se revelou como um território de conflitos identitários. Nessa travessia, passamos por cidades como Coronel Vivida, Quedas do Iguaçu, Curitiba, até alcançar o exterior, lugar onde Toni Reis conheceu David Harrad, seu companheiro de vida e de militância. Este deslocamento internacional não apenas amplia o horizonte geográfico de sua trajetória, como também evidencia um período importante de sua construção política. Ao regressarmos à capital paranaense em 1992, nos deparamos com um marco importante: a fundação do Grupo Dignidade, em pleno contexto de enfrentamento à epidemia de HIV/AIDS. Nosso biografado esteve diretamente envolvido nesse empreendimento afetivo e político.

No terceiro artigo, avançamos para o ano de 1996, período em que Toni Reis se lança como candidato a vereador em Curitiba. Nesta parte do percurso, analisamos os sentidos políticos e simbólicos dessa candidatura, em um Brasil que ainda estava em um processo de construção democrática. Investigamos como Toni articulou sua pauta política, suas alianças e seus embates públicos. Ele alcançou uma visibilidade através dos meios midiáticos, nos jornais e nos programas televisivos. Apesar de não ter vencido nas urnas, sua candidatura foi simbólica e estratégica para a pauta dos movimentos inclusivos.

Desse modo, o entrelaçamento entre a história individual e coletiva revelou-se fundamental para entender como Toni Reis acionou suas referências familiares e as experiências ligadas a exclusão e preconceito em estratégias de resistência e (sobre)vivência na sua atuação como ativista, educador e candidato político. Sua trajetória permite evidenciar que a identidade é um processo contínuo de negociação, marcado por disputas simbólicas e políticas, e que a influência no espaço público por sujeitos historicamente marginalizados desafia as normas hegemônicas, produzindo novos sentidos e novos debates contemporâneos.

Enfatizo que, ao longo do processo de pesquisa, notei que minhas percepções sobre Toni Reis foram sendo gradualmente ressignificadas. No início, minha compreensão estava ancorada em imagens e narrativas cristalizadas e idealizadas. À medida que mergulhei nas fontes, analisei documentos, realizei entrevistas e fui sendo confrontada com a complexidade de sua trajetória, marcada por contradições, tensões e deslocamentos. O contato com ele, por intermédio da escuta a partir de nossas conversas e da própria escrita desse texto, me possibilitou uma compreensão mais complexificada, talvez menos simplista, sobre os modos como se constroem as subjetividades dos indivíduos.

Esse trabalho buscou expressar a relevância da biografia como ferramenta metodológica e epistemológica na historiografia contemporânea. Em diálogo com a história oral e a história pública, procuramos dar o devido protagonismo as experiências até então subalternizadas, através do compromisso ético junto aos movimentos sociais na busca por ampliar os horizontes do saber histórico e estabelecendo pontes entre a pesquisa acadêmica e os debates públicos em torno da diversidade e dos direitos humanos.

Nesse percurso, optamos por desenvolver esta dissertação no formato de artigos, ao longo dos quais vivenciamos desafios significativos, sobretudo, no que diz respeito à limitação de espaço imposta por essa estrutura. A necessidade de condensar argumentos, análises e discussões teóricas exigiu um constante exercício de seleção criteriosa do conteúdo e das fontes utilizadas. Esse formato, embora restritivo em termos de extensão, também permitiu, no nosso entendimento, uma abordagem mais objetiva e comunicativa, o que dialoga diretamente com a história pública, pela ideia de publicizar o conhecimento acadêmico para o grande público.

Partindo dessa noção, essa pesquisa se insere nos debates contemporâneos da história pública queer, ao assumir o compromisso de dialogar com a comunidade LGBTQIA⁺ e reivindicar diferentes formas de compartilhar o saber histórico através de outras narrativas possíveis. Para além de contribuir para o campo da historiografia LGBTQIA⁺ brasileira, torna-se fundamental refletir sobre o fortalecimento de políticas públicas que se efetivem nas universidades e demais espaços. Procuramos, ainda, direcionar nosso olhar para a cidade de Curitiba, de modo a valorizar a memória que emerge em outros territórios e contextos sociais para além do eixo Rio-São Paulo.

Segundo François Dosse (2009, p. 14), o “biógrafo sabe que jamais concluirá sua obra, não importa o número de fontes que consiga exumar. Diante dele abrem-se pistas novas, onde corre o risco de se enredar a cada passo”. Neste estudo, percorremos apenas parte da história de Toni Reis, com ênfase na sua juventude e nos anos 1990, período fundamental para a consolidação de sua atuação pública, cientes de que sua trajetória se estende muito além das balizas temporais. Após esse período, Toni oficializou sua união com David Harrad e, juntos, adotaram três filhos, Alisson, Felipe e Alice, por meio de avanços legais conquistados pela luta pelos direitos da união homoafetiva, reconhecida no Brasil em 2011, e da adoção por casais do mesmo sexo, garantida por decisão do Supremo Tribunal Federal em 2015.

Destacamos, ademais, a atuação do Grupo Dignidade que, com mais de três décadas de existência, continua atuando na promoção da cidadania e dos direitos das pessoas LGBTQIA⁺. Vale mencionar o Centro de Documentação Prof. Dr. Luiz Mott, vinculado ao Grupo Dignidade

e a Diretoria de Pesquisa, História e Memória desempenha um papel importante na preservação de registros e valorização das memórias dessa comunidade.

Ao concluir esta pesquisa, reconheço que este trabalho não se limita a abordar a trajetória de Toni Reis ou da comunidade LGBTQIA⁺, mas revela aspectos do meu próprio percurso enquanto pesquisadora. Compreendemos que tanto o pesquisador como o biografado se transformam nesse processo, e eu me transformei. Fui desafiada a rever posições, escolher alguns caminhos em detrimento de outros e a entender a complexidade das experiências humanas.

Assim, essa jornada, como toda viagem, não se encerra aqui. Ela continua em movimento, num processo sujeito a retomadas, atualizações e desdobramentos. A história narrada segue viva, transgressora e aberta a novos desvios, porque é no caminho que se encontra o sentido!

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Juniele Rabêlo de. Práticas de História pública: O movimento social e o trabalho de história oral. In: MAUAD, Ana Maria; ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; SANTHIAGO, Ricardo (Orgs.). **História pública no Brasil: Sentidos e itinerários**. São Paulo: Letra e Voz, 2016, p. 47–56.
- AVELAR, Alexandre de Sá. A biografia como escrita da História: possibilidades, limites e tensões. **Dimensões**, v. 24, p. 157-172, 2010.
- BOURDIEU, Pierre. **A ilusão biográfica**. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaina (Orgs.). Usos e abusos da História Oral. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2006, p. 183-191.
- DOSSE, François. **O desafio biográfico: escrever uma vida**. São Paulo: EdUSP, 2009
- FACCHINI, Regina. Movimento homossexual no Brasil: recompondo um histórico. **Caderno AEL**, v. 10, n. 18/19, 2003.
- FERREIRA, Jorge. De volta ao público. João Goulart – uma biografia. In: MAUAD, Ana Maria; ALMEIDA, Juniele Rabêlo; SANTHIAGO, Ricardo (Orgs.). **História pública no Brasil: sentidos e itinerários**. São Paulo: Letra e Voz, 2016.
- JÚNIOR, Durval Muniz de Albuquerque. A singularidade: uma construção nos andaimes pingentes da teoria histórica. In: **História: a arte de inventar o passado: ensaios de teoria da história**. Bauru: Edusc, 2007, p. 247-254.
- LACERDA, Nara. Brasil teve quase 300 mortes violentas por LGBTfobia em 2024. **Brasil de Fato**, São Paulo, 18 jan. 2025. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2025/01/18/brasil-teve-quase-300-mortes-violentas-por-lgbtfobia-em-2024/>. Acesso em: 10 maio 2025.
- LEVI, Giovanni. O trabalho do historiador: pesquisar, resumir, comunicar. **Revista Tempo**, v. 20, p. 1-20, 2014.
- NETO, Lira. **A arte da biografia: como escrever histórias de vida**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.
- PORTELLI, Alessandro. A entrevista de história oral e suas representações literárias. In: PORTELLI, Alessandro. **Ensaios de história oral**. São Paulo: Letra e Voz, 2010, p. 209-230.
- Resultados para Presidente no Paraná em Curitiba (PR). **Gazeta do Povo**. 2018. Disponível em: <https://especiais.gazetadopovo.com.br/eleicoes/2018/resultados/municipios-parana/curitiba-pr/presidente/>. Acesso em: 10 maio 2025.
- ROVAI, Marta. Publicizar sem simplificar: o historiador como mediador ético. In: ALMEIDA, Juniele Rabêlo; MENESES, Sônia. **História pública em debate: patrimônio, educação e mediações do passado**. São Paulo: Letra e Voz, 2018.
- SANTHIAGO, Ricardo. Palavras no tempo e no espaço: A gravação e o texto de história oral. In: ALMEIDA, Juniele Rabêlo; ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira (Orgs.). **Introdução à História Pública**. São Paulo: Letra e Voz, 2011.
- VELHO, Gilberto. Trajetória individual e campo de possibilidades. In: VELHO, Gilberto. **Projeto e metamorfose: antropologia das sociedades complexas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003, p. 31-48.
- VELHO, Gilberto. Ciências sociais e biografia individual. **Estudos Históricos**, n. 38, p. 3-9, jul./dez. 2006.

Veja resultados do 2º turno das eleições 2022 nas 399 cidades do Paraná. **G1 Paraná**. 31 out 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/pr/parana/eleicoes/2022/noticia/2022/10/31/veja-resultados-do-2o-turno-das-eleicoes-2022-nas-399-cidades-do-parana.ghtml>. Acesso em: 10 maio 2025.